

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUCIANA DE ARAÚJO VIEIRA

METASSÍNTESE DA TEMÁTICA ADOÇÃO EM REVISTAS DE PSICOLOGIA
QUALIS A

MACEIÓ /AL
2019

LUCIANA DE ARAÚJO VIEIRA

METASSÍNTESE DA TEMÁTICA ADOÇÃO EM REVISTAS DE PSICOLOGIA
QUALIS A

Dissertação de Mestrado de Luciana de Araújo Vieira apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Orchiucci Miura

MACEIÓ-AL

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4 - 661

V658m Vieira, Luciana de Araújo.
Metassíntese da temática adoção em revistas de psicologia qualis A / Luciana de Araújo Vieira. – 2020.
129 f. : il.

Orientadora: Paula Orchiucci Miura.
Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 120-129.

1. Psicologia. 2. Adoção. 3. Crianças. 4. Adolescentes. 5. Metassíntese como assunto. I. Título.

CDU: 159.9.072.4-053.2/.6



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANA DE ARAÚJO VIEIRA

Título do Trabalho: "Metassíntese da temática Adoção em Revistas de Psicologia Qualis A".

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Paula O. Miura

Profa. Dra. Paula Orchiucci Miura (PPGP/UFAL)

Comissão Examinadora:

Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo

Profa. Dra. Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo (IP/USP)

Heliane de Almeida Lins Leitão

Profa. Dra. Heliane de Almeida Lins Leitão (IP/UFAL)

Maceió-AL, 16 de dezembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são muitos, porém indispensáveis...

Agradeço a Deus que me concedeu a vida e uma “nova vida”, graças ao seu amor verdadeiro e misericordioso. Minha gratidão por me permitir a realização do sonho de cursar Mestrado em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas e por me conceder a força necessária para não desistir dele diante das inúmeras adversidades que atravessei neste percurso.

Ao meu filho Artur, meu pedido de desculpas pelas inúmeras vezes em que o privei da minha atenção e companhia devido aos estudos; Filho, a você todo o meu amor, você é a maior e melhor razão do meu viver, o motivo pelo qual busco ser alguém melhor todos os dias.

Aos meus Pais Nailda e Jonas, por toda uma vida a mim dedicada, onde nunca me faltou amor, proteção, respeito e incentivo, a vocês meu reconhecimento por tudo o que sou, por estarem ao meu lado nas verdes veredas e nos momentos em que passei pelos vales sombrios. À minha avó Maria Das Dores Passos, cujo colo sempre foi o meu baluarte, cuja vida sempre foi meu exemplo de superação.

Aos meus irmãos Alexandre e Luciano, por sempre torcerem por mim.

Aos meus familiares, por todo o apoio e carinho a mim dispensados.

Aos amigos queridos, registro minha alegria por fazerem parte da minha vida.

À minha amiga-comadre Karen Samea, com quem tenho o privilégio de compartilhar todos os sabores e dissabores da vida, celebro nossa amizade como uma verdadeira bênção.

À minha Secretária e amiga Cida, que se dedica há tantos anos ao cuidado do nosso lar e do meu filho, sua contribuição foi essencial neste meu percurso.

Ao Xande, que reencontrei aos 40 minutos do segundo tempo da finalização desse estudo, meu agradecimento pelo incentivo nesta reta final, depois de você tudo ficou melhor, meu amor!

Ao ex-coordenador do Abrigo Institucional Acolher, Amaro Jorge, que me incentivou a galgar novos degraus profissionais e ajustou meus horários laborativos de acordo com minhas demandas acadêmicas. Estendo meus agradecimentos a todos os colegas de trabalho do Acolher e da Maternidade Escola Santa Mônica que torceram por mim nesta etapa.

À Igreja Batista Independente Manancial, local onde sempre encontro acolhimento, conforto e carinho.

Meu agradecimento mais que especial à minha orientadora Professora Dra. Paula Orchiucci Miura, minha gratidão por me apresentar com tanta competência o mundo da pesquisa, do qual quase nada conhecia, não foi fácil professora, mas, por meio da sua compreensão e

orientação, pude transformar minhas dificuldades em verdadeiras lições. Obrigada por todo o comprometimento, eficiência e aprendizagem ao longo do curso e tanta paciência diante das minhas “pausas”.

Meu muito obrigada à Professora Dra. Adélia Augusta Souto, pela parceria na elaboração dos artigos produzidos, por ser referência com o grupo de pesquisa Epistemologia e Ciência Psicológica, por ter me proporcionado a experiência da supervisão de campo de Ellen Borges Tenório Galdino, hoje psicóloga e uma amiga muito querida.

À Professora Dra. Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo, meus agradecimentos sinceros pelo convite na participação da validação do teste HTP, por todas as brilhantes colaborações feitas e pela disponibilidade na participação da banca de qualificação e na banca de defesa.

Do mesmo modo, agradeço à Professora Dra. Heliane de Almeida Lins Leitão, pela aceitação da participação na banca de qualificação, cuja orientação foi preciosa para o aprimoramento deste estudo, além disso, expressei minha satisfação pelo privilégio de tê-la novamente na composição da banca de defesa.

Todo o meu carinho à companheira de orientação e profissão, Gline Cavalcante Costa que sempre ofereceu sua doçura como pessoa, pessoa com quem me identifiquei e compartilhei minhas dificuldades acadêmicas.

Meu agradecimento especial à Polyanna Azevedo, auxiliar em administração do Instituto de Psicologia da UFAL, a quem recorri tantas vezes pra retirar dúvidas e solicitar auxílio, minha gratidão pela educação com que sempre me atendeu e pela responsabilidade com que desempenha seu ofício.

Por fim, a todos as crianças e adolescentes que passaram e ainda se fazem presentes no Abrigo Institucional Acolher, vocês são a razão maior da existência deste trabalho.

Brindemos juntos esta vitória!!!

“Todos os filhos são biológicos e todos os filhos são adotivos. Biológicos, porque essa é a única maneira de existirmos concreta e objetivamente; adotivos, porque é a única forma de sermos verdadeiramente filhos”

Luiz Schettini Filho

RESUMO

A adoção de crianças e adolescentes no Brasil acontece desde os tempos coloniais. Ao longo do desenvolvimento sócio-histórico-cultural do país foi se reconfigurando e se estabelecendo como um instituto legal. É um fenômeno complexo, multifacetado e de interesse multidisciplinar e a pesquisa em Psicologia sobre essa temática se mostra fundamental, tanto no âmbito social, quanto no acadêmico e clínico. Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo geral analisar as produções científicas nacionais na área da Psicologia e como objetivos específicos: selecionar os periódicos nacionais com conceitos *Qualis A* conceituados pela Capes no quadriênio 2013-2016; mapear os artigos que abordem a temática da adoção; destacar os objetivos, aspectos-teóricos- metodológicos e desmembramentos temáticos em cada artigo. Foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura do tipo Metassíntese, a partir da busca com o descritor “adocao”, e a partir da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foi possível selecionar 44 artigos provenientes de 5 revistas *Qualis A1* e 14 revistas *Qualis A2*. Os resultados da análise quantitativa sobre a temática da adoção no país mostraram um recorte temporal compreendido entre o período de 2001 a 2019. Isso demonstrou que, embora o instituto da adoção exista no Brasil desde o tempo da era colonial, somente nos últimos 20 anos a temática ganhou substancial crescimento no âmbito das pesquisas, o que pode ser justificado pelos marcos legais que envolveram a temática da adoção de crianças e adolescentes no país, em especial, a Nova Lei Nacional da Adoção. No que diz respeito às instituições envolvidas nas produções deste trabalho, predominou-se as instituições públicas de ensino superior, demonstrando a relevância destas na produção científica nacional. Da amostra estudada, apenas quatro pesquisas foram apoiadas por agências de fomento, o que indicou o quanto a área da Psicologia necessita de incentivo à pesquisa científica, sobretudo na temática em tela. A análise qualitativa foi dividida em duas categorias: Pesquisas de Campo e Pesquisas Teóricas e Documentais. Os eixos temáticos predominantes identificados foram adoção tardia e a homoparentalidade, aspectos que parecem ter sido considerados como mais emergentes por parte dos pesquisadores. Embora tenha sido considerada nas pesquisas a importância das crianças e adolescentes como protagonistas principais de todo o processo da adoção, apenas duas pesquisas compuseram suas amostras especificamente com elas. Grande parte das pesquisas teve como participantes as famílias adotantes e profissionais atuantes no contexto adotivo. Concluiu-se que as pesquisas em psicologia são relevantes para a discussão da temática da adoção, podendo contribuir com uma reflexão crítica acerca desta, bem como pode vir a subsidiar a elaboração e implantação de Políticas Públicas voltadas para as crianças e adolescentes, sobretudo nas redes que integram o fenômeno complexo do instituto no Brasil.

Palavras-chave: Adoção. Psicologia. Crianças e adolescentes. Metassíntese.

ABSTRACT

The adoption of children and adolescents in Brazil has been taking place since colonial times. Throughout the country's socio-historical-cultural development has been reconfiguring and establishing itself as a legal institution. It is a complex and multifaceted event of multidisciplinary interest. This way, the research in Psychology about this subject is of fundamental importance in social, academic and clinical areas. Given the above, this paper aims to analyze the national scientific productions in Psychology area, and as specific goals: select national journals with Qualis A concepts by CAPES between 2013 and 2016, select articles about adoption, highlight the objectives, theoretic-methodological aspects and thematic breakdowns in each article. A systematic review of the Metasyntesis literature was performed from the search with the descriptor "adoption" and from the application of the inclusion and exclusion criteria, it was possible to select 44 articles from 5 journals Qualis A1 and 14 journals Qualis A2. The results of the quantitative analysis about adoption in the country showed a timeframe from 2001 to 2019. This showed that although the institute of adoption has existed in Brazil since the time of the colonial era, only in the last 20 years has gained substantial growth in research, that can be justified by the legal frameworks that involved the adoption of children and adolescents in the country, especially the New National Adoption Law. Regarding the institutions involved in the production of this work, the public higher education institutions predominated, demonstrating their relevance in the national scientific production. Regarding the sample studied, only four studies were supported by funding agencies, which indicated how scarce the incentive for scientific research in Psychology is. The qualitative analysis was divided into two categories: Field Research and Theoretical and Documentary Research. The predominant thematic axes in this sample were late adoption and homoparenting, aspects that were considered most emerging by the researchers. Although the research highlighted the importance of children and adolescents as the main protagonists of the whole process of adoption, only two surveys composed their samples specifically with them. Most of the research involved adopting families and professionals working in the foster context. It was concluded that researches in psychology have a relevant contribution to the visibility and discussion of the subject in question, and may contribute to a critical reflection on the complex phenomenon of adoption in Brazil, as well as may subsidize the elaboration and implementation of Public Policies to children and adolescents, especially those that are tailored to protection in the type of care institution.

Keywords: Adoption. Psychology. Children and adolescents. Metasynthesis.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AL	Alagoas
ANGAAD	Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DGP	Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EAFA	Escala de Atitudes Frente à Adoção
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDUFAL	Editora da Universidade Federal de Alagoas
ENAPA	Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção
FACEX	Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte
FAPIC	Fundo de Apoio à Iniciação Científica
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
GAA	Grupo de Apoio à Adoção
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MP	Ministério Público
NLNA	Nova Lei Nacional da Adoção
PIA	Plano individual de Atendimento
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Representações Sociais
SBP	Sociedade Brasileira de Psicologia
SCIELO	<i>Scientific Eletronic Library</i>

SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
TJ	Tribunal de Justiça
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UMINHO	Universidade do Minho
UPORTO	Universidade do Porto
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
ULISBOA	Universidade de Lisboa
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	Universidade de Brasília
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UNIFAJ	Centro Universitário de Jaguariúna
UNIP	Universidade Paulista
UNIPÊ	Universidade de João Pessoa
USF	Universidade de São Francisco
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Listas das revistas nacionais Qualis A1, seus respectivos dados e missão	34
Tabela 2 - Listas das revistas nacionais Qualis A2, seus respectivos dados e missão	35
Tabela 3 - Total de artigos relacionados ao descritor “adoção” nos periódicos A1 e A2 de Psicologia	39
Tabela 4 - Artigos eliminados por critérios de exclusão	41
Tabela 5 - Total de artigos nos periódicos A1 e A2 de Psicologia após a fase do refinamento	42
Tabela 6 - Lista de artigos da amostra final em ordem temporal	43
Tabela 7 - Total de produções conforme número de autores por artigo	50
Tabela 8 - Produção de autores em mais de um artigo	50
Tabela 9 - Total de artigos por Universidades/Instituições que os autores estavam vinculados, por Região do país e no Exterior	56
Tabela 10 - Total de instituições que os autores estavam vinculados	61
Tabela 11 - Total de artigos publicados por instituição e por Estados Brasileiros	61
Tabela 12 - Pesquisas financiadas	64
Tabela 13 - Total de artigos publicados com parcerias entre os autores	65
Tabela 14 - Organização das categorias e subcategorias	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Da História aos Dias Atuais sobre Adoção no Brasil	14
1.2 Marcos Legais da Adoção no Brasil	19
2 JUSTIFICATIVA	24
3 OBJETIVOS	26
3.1 Objetivo Geral	26
3.2 Objetivos Específicos.....	26
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	27
4.1 Sistematização da Metassíntese.....	30
4.2 Procedimentos.....	31
5 RESULTADOS	34
5.1 Levantamentos das Revistas Científicas de Psicologia no Brasil –QualisA	34
5.2 Total de Artigos encontrados por Revistas	38
5.3 Amostra Inicial da Fase de Refinamento	40
5.4 Análise dos Artigos.....	66
5.4.1 Pesquisas de Campo	69
5.4.1.1 Famílias e crianças.....	69
5.4.1.2 Profissionais	88
5.4.1.3 População em geral.....	96
5.4.2 Pesquisas Teóricas e Documentais.....	101
6 DISCUSSÃO	107
7 CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

1.1 Da História aos Dias Atuais sobre Adoção no Brasil

A história da adoção no Brasil possui um longo percurso, que se iniciou nos tempos da colonização, época em que a adoção era associada à caridade, onde também era bastante comum famílias abastadas possuírem em sua composição a presença de filhos de terceiros, os chamados “filhos de criação”. Todavia, a permanência destes no interior dos lares não era formalizada, e eles tampouco tinham os mesmos privilégios que os filhos biológicos, sendo criados de forma singular e inferior, e habitualmente servindo de mão-de-obra para os demais membros da família. Os “filhos de criação” não tinham dormitórios próprios e sequer dormiam juntos com os filhos consanguíneos (PAIVA, 2004).

Paiva (2004) enfatiza que a construção da prática adotiva no Brasil teve como alicerce a “caridade” cristã e a mão-de-obra gratuita, razões pelas quais, até os dias de hoje essa via de filiação é permeada de mitos, preconceitos e falta de conhecimento por parte da sociedade. De acordo com Weber (2001), a conhecida adoção “à brasileira” consistia na prática ilegal de registrar em cartório um filho nascido de outra pessoa sem respeitar os trâmites legais do poder judiciário, e até meados dos anos 1980 correspondia a 90% das adoções feitas no país. Outra herança cultural presente no contexto brasileiro trata-se da associação da adoção à infertilidade humana, recurso procurado por casais sem filhos e/ou inférteis (PAIVA, 2004).

A cultura dos laços sanguíneos designada pelo modo patriarcal de família — pai, mãe e filhos — também serviu como parâmetro de valorização do biologismo na construção familiar, ou seja, as semelhanças físicas entre os genitores e seus descendentes passaram a ser valorizadas e consideradas superiores a quaisquer outras. Ariès (2006) acentua que, embora houvesse o vínculo familiar entre pais e filhos não consanguíneos, havia uma preocupação voltada para a semelhança biológica, porque a criança seria a representação dos seus pais, desta forma procuravam tratar a adoção como motivo de “segredo de família”.

Até os dias atuais é comum, entre os pretensos adotantes, a preferência por crianças de idade inferior aos dois anos de idade com características físicas semelhantes às suas. De acordo com Vieira (2004), essa busca de perfil de criança idealizado pelos adotantes seria a clara tentativa de reproduzir da maneira mais fiel possível a experiência que teriam, caso tivessem concebido o filho, bem como, trata-se de uma forma de minimizar os riscos de se deparar com a deselegância de pessoas que pudessem questionar as diferenças entre pais e filhos. Conforme o autor, este fato pode ser considerado um fator negativo em algumas

famílias adotantes, posto que, por se sentirem inferiores, podem continuar a perpetuar a adoção como fato sigiloso.

Conforme Rizzardo (2008) em termos jurídicos, a adoção corresponde à aquisição de um filho através de ato judicial de nomeação, ou seja, estabelece-se entre pessoas, laços de parentesco civil de paternidade, maternidade e filiação. De acordo com o autor, há uma definição mais natural caracterizada pelo ato jurídico que objetiva outorgar às crianças e adolescentes desprovidos de famílias um ambiente de convivência familiar e comunitária liderados por pessoas capazes de satisfazer às necessidades físicas, materiais, afetivas e sociais que um ser humano precisa para se desenvolver integralmente e dentro da normalidade comum.

A adoção no Brasil foi regulamentada pela Lei Nacional de Adoção, Lei 12.010/2009 (BRASIL, 2009); pelo Código Civil, Lei 10.406/2002 (BRASIL, 2002); pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990 (BRASIL, 1990); bem como pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006). Esses documentos apontam que todo ser humano tem o direito fundamental de pertencer a uma família e nela ser criado, educado e cuidado, conforme descreve o artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (BRASIL, 1990, p.16).

Conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (BRASIL, 2019), há atualmente 5.084 crianças e adolescentes disponíveis no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) no Brasil, sendo 2.265 do sexo feminino (44,5%) e 2.819 do sexo masculino (55,5%). Quanto à idade de ambos os sexos pode-se observar: abaixo de um ano (26 crianças); um ano (28 crianças); dois anos (43 crianças), três anos (58 crianças); quatro anos (69 crianças); cinco anos (91 crianças); seis anos (89 crianças); sete anos (148 crianças); oito anos (159 crianças); nove anos (214 crianças); dez anos (239 crianças); onze anos (338 crianças); doze anos (426 adolescentes); treze anos (546 adolescentes); catorze anos (601 adolescentes); quinze anos (682 adolescentes); dezesseis anos (684 crianças) e dezessete anos (643 adolescentes).

Os dados estatísticos apresentados apontam para a compreensão de uma maior quantidade de crianças e adolescentes do sexo masculino e de ordem crescente no que concerne à disponibilidade para adoção, conforme a idade avança. Os índices de crianças dos

três anos até os dezessete anos, os classificados como tardios, atingem 4.987 crianças e adolescentes, de um total de 5.084 de todo o Brasil. Adoção tardia é um adjetivo usado para designar a adoção de crianças maiores, compreendida como a que abrange as crianças a partir dos dois anos de idade e, para alguns teóricos, a partir dos três anos de idade. Carvalho e Ferreira (2000) afirmam que esta classificação remete à ideia de uma adoção que não está no tempo em que deveria, o que reforça o preconceito de que ser adotado é privilégio de bebês.

Ainda de acordo com o CNJ (2019), há no Estado de Alagoas 40 crianças e/ou adolescentes aptos para a adoção, atingindo o percentual de 0,79% do total brasileiro, e em Maceió existe a possibilidade de adoção para 26 crianças e/ou adolescentes com idades variadas, entre os cinco anos e os dezessete anos, de ambos os sexos, cadastrados no CNA. A lista de pretendentes habilitados na capital consta de 166 pessoas, o que aponta outro relevante ponto de discussão, a saber, a disparidade entre o número de crianças e adolescentes aptos à adoção e o número de habilitados, haja vista que existe maior quantidade de “filhos” que anseiam por “pais”, sugestionando que se não houvesse restrições do perfil idealizado pelos pretensos adotantes (no que tange à idade, etnia, sexo, doenças tratáveis e não tratáveis, etc), seria possível a adoção de mais de uma criança e ou adolescente para cada família interessada no múnus da parentalidade adotiva, desse modo, provavelmente não ocorreria um processo de pré-natal adotivo tão moroso para os futuros pais e relevantemente, as crianças e adolescentes acolhidas não vivenciariam uma permanência tão acentuada nos serviços de acolhimento do país, posto que tal fator compromete enfaticamente o desenvolvimento salutar, seja físico ou psicológico dos mesmos.

Com a implantação do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), o Poder judiciário brasileiro vislumbrou a otimização não apenas dos processos de adoção convencional, mas buscou celeridade nos processos classificados como adoção tardia, para que assim a idade das crianças e adolescentes institucionalizadas que anseiam por uma família substituta não se torne mais um óbice em suas vidas. Entende-se por família substituta o conceito que se apresenta a seguir:

Em oposição à família natural, quando seus membros estão ligados por laços sanguíneos, há a família substituta, que pelos termos da lei nº 8.069, assim é considerada em relação ao menos que nela ingressa sem qualquer laço de parentesco biológico com os demais membros (RIZZARDO, 2008, p. 571).

A respeito dessa questão, teóricos que têm investigado e discutido a temática esclarecem que:

Em geral, somente as crianças de até três anos conseguem colocação em famílias brasileiras. A partir dessa idade a adoção torna-se mais difícil. Grande parte das crianças consideradas mais velhas ou são adotadas por estrangeiros ou permanecem em instituições (EBRAHIM, 2001, p. 74).

Outro teórico ratifica mesma opinião: “principalmente as afrodescendentes e pertencentes a minorias étnicas, com deficiências e transtornos mentais, com necessidades específicas de saúde, grupos de irmãos e outros” (GONÇALVES, 2013, p. 20). Essas crianças continuam institucionalizadas por longo período na expectativa de que uma família substituta as acolha, enquanto isso os pretensos à adoção convencional aguardam em uma extensa fila de espera por bebês.

Foi realizado um estudo com pretendentes à adoção feito por Weber e Pereira (2010), que revelou o principal motivador para a adoção: a infertilidade ou esterilidade dos adotantes, que apresentaram as seguintes especificidades: 75% escolheram o gênero da criança quando já possuem filhos biológicos; 62% dos que não têm filhos biológicos, não demonstraram preferências; 54% preferem crianças de até três anos; 52% não apresentam preferência pelo gênero; 49% afirmam que não têm preferência pela cor de pele; 30% dos adotantes com o ensino médio escolheram explicitamente, fazer uma adoção inter-racial; 29% desejam meninas e 19% meninos; 12% selecionaram até os 6 anos de idade ou não definiram o perfil; 6% dos adotantes com ensino superior tendem a preferir crianças com até um ano; 2% aceitam crianças com problemas de saúde.

Em outra pesquisa, Weber e Pereira (2011) buscaram investigar os sentimentos e opiniões de 154 filhos adotivos com idades entre 13 e 56 anos com as seguintes temáticas: família biológica, família adotiva, a revelação acerca da adoção e por último, como lidam com todos estes quesitos pessoais. Os principais aspectos encontrados foram: há diferença significativa entre os filhos que sabem da adoção antes dos sete anos e aqueles que souberam posteriormente a essa idade. Os filhos que souberam precocemente desenvolvem um relacionamento familiar mais salutar que aqueles que descobriram tardiamente, estes últimos se sentem envergonhados de revelar aos outros que são adotados, posto que acreditam que serão discriminados.

Ainda conforme o estudo de Weber (2012), a mudança de uma consciência social não ocorre em meses e em poucos anos. O autor aponta para a importância do papel dos Grupos de Apoio à Adoção no cenário da defesa dos direitos da infância e da adolescência nos últimos 17 anos, contribuindo com a quebra de paradigmas, com a promoção e garantia da convivência familiar e comunitária.

Para tanto, faz-se importante resgatar a identidade e o surgimento dos Grupos de

Apoio à Adoção, definidos por Bittencourt e Toledo (2013) como:

Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, constituídas por famílias adotantes, habilitados à adoção, pretendentes, profissionais e militantes da causa da adoção, o objetivo é fomentar uma consciência para o papel social da adoção no Brasil, buscando compreender a adoção como uma forma de garantir prioritariamente o direito da criança/ adolescente em ter uma família e não somente para resolver os desejos dos adotantes (BITTENCOURT; TOLEDO, 2013, p. 24).

Os grupos surgiram, na maioria das vezes, por iniciativa de pais adotivos que sentiram a necessidade de trocar experiências com outras famílias e fortalecer as relações com seus filhos, decidiram então, promover reuniões para debater entre si e/ou profissionais da área, casos concretos ou aspectos da adoção. Em outros casos, foram os próprios profissionais, psicólogos, assistentes sociais, promotores de justiça e juízes os articuladores das primeiras reuniões que deram origem aos grupos. Atualmente, existe mais de 100 Grupos de Apoio espalhados no país disseminando conhecimento teórico e prático, fruto das experiências dos atores envolvidos, a mudança gerada por tais grupos acerca da adoção e seu processo tem sido impactante (BITTENCOURT; TOLEDO, 2013).

Em consonância com a ideia de Bittencourt e Toledo (2013) verifica-se o despreparo de muitas famílias no processo de adotar. Estas buscam na filiação a solução de carências e conflitos pessoais (sendo o principal, a infertilidade), com total desconhecimento das questões legais, somando-se às dificuldades de adaptação familiar e social de algumas crianças e adolescentes, com história pregressa de abandono, violência, negligência e longo tempo de institucionalização, que acabam colocando em risco e dificultando a formação do vínculo afetivo, fundamental para o sucesso do processo de adoção, especificamente no que concerne à adoção de crianças e adolescentes maiores. Somam-se a essas dificuldades acima mencionadas, o avanço da idade da criança e do adolescente disponível à adoção, no que concerne às experiências vivenciadas, hábitos adquiridos e valores introjetados por meio das famílias de origem e ou do tempo de convivência nos serviços de acolhimento, estas especificidades são tidas por muitos adotantes como o fator negativo mais preponderante no período de convivência inicial ou ainda justificado como o insucesso do processo adotivo interrompido por adotantes ou adotados.

Inicialmente, o foco dos Grupos de Apoio girava em torno dos mitos e preconceitos relativos à adoção, sobretudo a tardia. Bittencourt e Toledo (2013) citam alguns tópicos relacionados: Por que não se falar abertamente sobre adoção? Por que o filho adotivo é

sempre rotulado como problemático? Por que não falar a verdade sobre a história da criança? Por que tratar os pais adotantes como super-heróis ou corajosos? Por que selecionar critérios como cor da pele ou cor do cabelo? Por que demora tanto os trâmites no processo de adoção? Por que alguém habilitado recentemente adotou mais rápido que aquele alguém que se encontra na fila de espera há anos?

Por força de questionamentos como estes acima, bem como relatos de vivência dos integrantes envolvidos, os Grupos de Adoção acabaram por definir uma nova cultura na qual a adoção não poderá ser tratada como segredo de família, ou uma mera imitação do que foi negado pela biologia, ou sequer uma filiação diferenciada da biológica. Tais grupos passaram a reconhecer a adoção como verdadeiro direito da criança e do adolescente privados do convívio familiar, com isso, propuseram a correção do foco de: “uma criança para uma família” para “uma família para a criança”, dando o primeiro passo pela luta de adoções necessárias, isto é, de crianças com deficiências e portadoras de doenças tratáveis e não tratáveis (BITTENCOURT; TOLEDO, 2013). Em Maceió, existe o G.A.A.AL, grupo voluntário organizada pelo Juizado da Infância e da Juventude da Capital, com o intuito de oferecer suporte a pretensos adotantes, padrinhos afetivos e militantes da causa.

Dada a sintonia entre os grupos, foi articulado o Movimento Nacional de Apoio à Adoção através da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD) com sede em Uberlândia-MG, que passou a fazer representação nacional dos grupos frente aos poderes constituídos, zelando pelo melhor interesse da criança e do adolescente. Um dos Grupos de Apoio à adoção mais organizado, atuante e conhecido no Brasil é o ACALANTO (com sede em vários Estados), responsável pela organização e realização do evento de referência nacional no país, o ENAPA (Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção) que ocorre anualmente em diferentes regiões do país.

Para Bittencourt e Toledo (2013), aprimorou-se no Brasil nos últimos quinze anos, um espaço aberto de luta e conhecimento pelo direito à convivência familiar e comunitária de todas as crianças e adolescentes confinados e esquecidos em serviços de acolhimento.

1.2 Marcos Legais da Adoção no Brasil

De acordo com o que afirma Bevilacqua (1923), antes mesmo da existência do Código Civil Brasileiro, as leis existentes no Brasil faziam menção à adoção de maneira simples e incompleta. Assim, os juristas buscavam no Direito Romano, o preenchimento das lacunas do direito pátrio. Conforme aponta Moncorvo (1926), a primeira referência à adoção

na legislação brasileira apareceu em 1693 e dizia respeito às crianças deserdadas com frequência nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. O governo da época não prestava amparo às mesmas e alegava não dispor de recursos para a implantação do serviço. Desta forma, as crianças eram recolhidas e criadas por famílias denominadas de caridosas, tendo em vista que se considerava a adoção como ato religioso e prática de bondade naquele tempo.

As leis brasileiras referentes à adoção evoluíram consideravelmente desde o primeiro Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916). As primeiras modificações nos artigos do Código Civil foram introduzidas por meio da Lei Federal nº 3.133/57 (BRASIL, 1957), e um dos quesitos foi a redução da idade do adotante para 30 anos, fazendo com que a diferença de idade entre o adotante e a criança fosse de 16 anos. A Lei nº 4.655/65 (BRASIL, 1965) dispôs outros artigos, destacando-se o artigo acerca da legitimidade adotiva, o que para Rizzardo (2002), atribuiu ao adotado os mesmos direitos e deveres reconhecidos pelo filho legítimo. Posteriormente, a Lei nº 6.697/1979 instituiu o Código de Menores (BRASIL, 1979), trazendo novas adaptações no trâmite legal da adoção.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direito. Rizzardo (2008) destaca que a partir do ECA, ocorreram consideráveis alterações na legislação que trata da adoção no Brasil. Ao mesmo tempo em que se acentua a visibilidade da adoção no país, a mesma tem se direcionado para atender prioritariamente os interesses das crianças e adolescentes, procurando ser meio de solução para o crescente número de crianças abandonadas, negligenciadas, violentadas oriundas de famílias marginalizadas e disfuncionais. A temática da adoção no Brasil faz parte de um contexto de muitas transformações no conceito e modalidade de família, e dentre as transformações no cenário jurídico e social salienta-se como conquista relevante a aprovação da Lei Nacional de Adoção, Lei 12.010/2009, com promulgação no dia três de agosto de 2009 (BRASIL, 2009) que contempla o reconhecimento da união homoafetiva como família e a possibilidade de adoção por parte desta, bem como da adoção monoparental.

No âmbito jurídico, a alteração mais recente acerca da temática da adoção trata-se da Lei 13.509/2017 de 22 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018), que altera o ECA, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990) e dispõe acerca de procedimentos como: entrega voluntária de crianças para a adoção, bem como a descrição dos direitos legais dos genitores doadores; destituição do poder familiar e suas etapas prévias, projeto de apadrinhamento e suas modalidades (afetiva, financeira e social). Ademais, a lei dispõe acerca do processo de acolhimento institucional, processo de guarda e adoção de crianças e adolescentes. É mister

enaltecer como ponto de destaque na supracitada lei, a consolidação de mudanças nas leis trabalhistas, a exemplo, a extensão de garantias trabalhistas a à pessoas adotantes, bem como a equiparação da licença maternidade e paternidade na adoção igualmente à licença permitida diante dos filhos biológicos, independentemente da idade da criança ou do adolescente que foi adotado. Destaca-se o Artigo 19, que tratada entrega voluntária por parte da gestante/genitora que deseje doar seu filho para a adoção, esta deverá ser encaminhada à Justiça local (Vara da Infância e da Juventude), ter acesso ao Programa de escuta qualificada pela equipe técnica daquela Instituição jurídica, bem como assistência da Rede Pública de Saúde, posteriormente. Na impossibilidade da criança doada permanecer no seio da família extensa, caberá ao Juiz decretar a destituição do Poder familiar, colocar a criança sob guarda provisória e habilitá-la para a plena adoção dentro do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), salientando que a genitora terá o sigilo garantido em sua decisão de doação e ainda, em caso de desistência da doação, seguirá com o filho (a), sendo ambos acompanhados pela Justiça por 180 dias. Uma outra transformação significativa trazida por esta última Lei nº 13.509/2017 (BRASIL, 2018) foi a alteração da permanência da criança e do adolescente nas instituições de acolhimento pelo tempo máximo de 18 meses, salvo superior interesse fundamentado por autoridade judiciária, contudo, essa prerrogativa está muito distante de ser realmente efetivada, em raríssimos casos esse prazo é cumprido em todo o país, embora esteja estabelecida legalmente que os serviços de acolhimentos devem oferecer acolhimento provisório para as crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, como ratifica o artigo 101 do ECA (BRASIL, 2015, p.69). Um outro advento foi que recém-nascidos e crianças acolhidos em abrigos sob ordem de medida protetiva, devem ser incluídos no Cadastro Nacional de Adoção quando não forem procurados pela família no prazo de 30 dias, contando a partir da data do acolhimento, tem-se aqui um outro gargalo na dinâmica da clientela institucionalizada, posto que costumeiramente isso não ocorre. Uma outra alteração prevista dentro da mesma Lei acima mencionada tratado acréscimo de dois parágrafos no Artigo 19 do ECA, que preconiza que se uma adolescente estiver assistida por serviço de acolhimento e for mãe, o direito à convivência integral com seu (sua) filho (a) é assegurado, e além disso, deve receber apoio de equipe mínima composta por Assistente Social e Psicólogo.

Na mesma lei (BRASIL, 2018) há a permissão de apadrinhamento de crianças e adolescentes por adultos não habilitados no CNA, entre outros benefícios que visam dar celeridade aos processos de adoção e, sobretudo dar visibilidade às crianças com faixa etária acima dos seis anos, consideradas mais difíceis de serem adotadas por famílias substitutas.

O Programa de Apadrinhamento, previsto no artigo 192 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e incluso a partir da Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2018), dispõe que a criança e o adolescente inserido em serviço de acolhimento institucional ou familiar poderão participar do programa de apadrinhamento. Esse programa tem como finalidade assegurar às crianças e adolescentes em acolhimento institucional, em especial àquelas de difícil reinserção na família natural, extensa ou substituta, o direito de uma reintegração social, através da reestruturação de seus valores, já que na instituição de acolhimento estão sujeitas a inúmeras privações, incluindo a ausência de vínculos afetivos. Embora a intenção do programa de apadrinhamento seja para todas as crianças e adolescentes inseridos em serviços de acolhimento, o programa é especialmente dirigido à adoção tardia, conforme indica o novo parágrafo 4º (artigo 19-B) do ECA: “O perfil da criança e do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para criança ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva”.

São três modalidades de apadrinhamento previstas na Lei acima mencionada e descrita conforme página virtual do Tribunal de Justiça de Alagoas (SILVEIRA, 2016): 1. Afetivo, que busca proporcionar um convívio mais direto e duradouro, a criança ou adolescente passa a ser visitada na unidade onde reside e posteriormente passam finais de semana e férias com os padrinhos se assim desejarem. Nessa modalidade busca-se a quebra de paradigmas com o convívio de crianças e adolescentes de maior idade, bem como se objetiva a redefinição do conceito de família para os mesmos; 2. Financeiro, no qual o padrinho ou madrinha pode pagar um curso profissionalizante, um tratamento médico, reforço escolar ou algo que contribua para o desenvolvimento físico, psicológico ou educacional do público-alvo; e 3. Social, em que um prestador de serviço ou empresa disponibiliza seu trabalho voluntariamente para atender às necessidades das crianças e adolescentes, podendo participar médicos, psicólogos, professores, odontólogos, entre outros profissionais.

Conforme conceituam Zerbinatti e Kemmelmeier (2014), o programa de apadrinhamento amparado pelo ECA objetiva amenizar os efeitos trazidos pela institucionalização de crianças e adolescentes, caracterizando-se pela participação e acompanhamento do padrinho na vida, proporcionando uma nova vivência familiar e de integração psicossocial. Nesse eixo, é preciso destacar que a participação no programa de Apadrinhamento Afetivo não é uma medida mais rápida para a adoção, ela não acontecerá vinculada ao programa. No entanto, as crianças e adolescentes que participam do programa

estão em uma idade, que, em nosso país, é tratada com possibilidades remotas de adoção ou retorno ao convívio familiar, e para estas o programa de Apadrinhamento Afetivo parece ser a medida legal mais próxima a lhes proporcionar a convivência familiar e comunitária externa à situação de acolhimento institucional.

Ainda de acordo com Zerbinatti e Kimmelmeier (2014), o programa de apadrinhamento deve ser executado com cuidado e sob vigilância da instituição de acolhimento, além disso, é um tema que levanta muitas inquietações e divergências de opiniões: enquanto alguns acham benéfico, outros opinam que a formação de vínculos entre os protagonistas é perigosa, posto que pode atrapalhar a aproximação e aceitação da criança com uma família substituta e causar mais uma ruptura traumática na história de vida das crianças e adolescentes apadrinhados.

Na medida em que as transformações sociais ocorrem e as leis se alteram, os aparelhos jurídicos também buscam os ajustes necessários nas ferramentas essenciais no contexto da adoção no Brasil. No mês de agosto de 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019) lançou o novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), segundo o qual os 27 Tribunais Estaduais Brasileiros passarão a operar a plataforma que possui um inédita programação de alertas, com o qual as corregedorias e os magistrados poderão acompanhar todos os prazos referentes aos acolhidos, perfil dos pretendentes à adoção e acerca dos processos afins. O objetivo principal é o de otimizar os processos, bem como proporcionar celeridade à demanda. Regido Pela Resolução de número 289/2019 (BRASIL, 2019), o SNA propõe uma visão integral dos autos da criança e do adolescente, desde sua inserção na medida de proteção até o seu desligamento, seja pela reinserção familiar nuclear ou extensa ou pela adoção legal em família substituta. Por meio do atual Sistema, será possível o maior controle quanto aos prazos já vencidos, a vencer e os que estão em trâmite regular. Além dos benefícios acima descritos, tal implementação facilitará a garantia constitucional da permanência da criança e do adolescente em serviço de acolhimento pelo prazo máximo de 18 meses, conforme dispõe o artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, modificado por meio da Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2018). O período anterior era de até dois anos.

2 JUSTIFICATIVA

A maior motivação para a escolha deste tema se deu pela experiência profissional da pesquisadora como psicóloga integrante da equipe técnica que compõe o Abrigo Institucional Acolher, uma instituição governamental mantida pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) do município de Maceió-AL. O atendimento é voltado para crianças e adolescentes do sexo masculino e com faixa etária dos sete aos dezessete anos de idade, com determinação judicial de medida protetiva por decorrência de negligência e violência familiar, abandono, dentre outros motivos. Há grande prevalência dos assistidos serem destituídos do poder familiar, assim, a dinâmica institucional faz com que a prática adotiva seja habitual, o que despertou o interesse de um maior aprofundamento acerca desta temática que é tão substancial e tão necessária. Ademais, como psicóloga inserida na alta complexidade do SUAS e fazendo parte da rede de proteção social especial, é importante ampliar os conhecimentos acerca da referida temática, bem como considerar a necessidade do saber e fazer científico nos Programas de Pós-Graduação da Psicologia Brasileira, sobretudo na temática aqui abordada, posto que a escassez acerca do assunto ainda é considerável. É importante salientar ainda os diversos assuntos que derivam da temática, como se pode observar no corpo desta pesquisa. Ressalta-se que a priori, a ideia era o desenvolvimento de uma pesquisa sobre adoção tardia no Brasil, todavia, o ensaio inicial de busca à temática foi muitíssimo restrito no que tange ao eixo desejado, impossibilitando o estudo mais específico, sendo assim, foi optado então pelo tema da adoção em um sentido amplo da palavra, na tentativa de detectar as temáticas mais presentes no presente recorte.

Deste modo, o estudo se integra à Linha de Pesquisa 1, denominada *Subjetividades, Políticas e Processos Psicossociais*, enquadrada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), cujo objetivo é reunir pesquisadores que estudam os modos de subjetivação, políticas e processos psicossociais, partindo de diferentes abordagens teóricas, metodológicas e interdisciplinares. Agrega pesquisas relacionadas aos modos de subjetivação, políticas públicas, participação política, movimentos sociais, eixos de poder e diferenciação, tais como gênero, raça, etnia, classe social, territorialidade, orientação sexual, além de analisar os pressupostos teóricos-metodológicos, políticas de conhecimento e intervenção em psicologia. Entre os professores permanentes que compõem o grupo encontra-se a orientadora desta pesquisadora, Professora Dra. Paula Orchiucci Miura, estudiosa de indivíduos em vulnerabilidade social e sofrimento psíquico e temas afins, portanto, o eixo temático da adoção contempla a proposta da linha de

pesquisa selecionada pela pesquisadora.

A adoção é um tema complexo. Pelos vieses que decorrem do tema central, seus desdobramentos são importantes de serem pesquisados e discutidos, seja a adoção tardia, a adoção monoparental, a adoção homoafetiva, a entrega legal de filhos para adoção, a preparação dos habilitados, a realidade brasileira dos serviços de acolhimento, entre tantas outras vertentes. Deste modo, a temática é multidisciplinar e interdisciplinar, sendo este objeto de pesquisa relevante a todas as áreas de conhecimento que se interessem pela causa. Além disto, a temática faz parte de um conjunto de transformações sociais na seara brasileira, as re(configurações) familiares nas últimas décadas, a possibilidade da adoção monoparental e da adoção homoparental, advindas a partir da aprovação da Lei Nacional da Adoção, Lei 12.010/2009, com promulgação no dia 03 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), foi uma verdadeira quebra de paradigmas perante a desconstrução do conceito de família no país. A amplitude da temática tornou-se um tópico de debate social importantíssimo, seja na mídia, nos Grupos de Apoio à Adoção credenciados, nos Congressos, nas Instituições de Acolhimento, nas demais entidades que englobam a rede de proteção das crianças e dos adolescentes, nas Universidades ou nos Tribunais de Justiça. O intuito da pesquisa não é somente dar destaque ao tema, mas instigar a cadeia de organizações envolvidas e a sociedade, para que reflitam, discutam e proponham melhorias nas legislações, na celeridade dos processos que envolvem a adoção, na fiscalização da qualidade oferecida pelos serviços de acolhimento institucional e por toda a rede de apoio do Estado, na melhor capacitação das equipes técnicas, entre tantas outras necessidades. Vislumbra-se que o saber adquirido instrumentalize os interessados na temática na busca da minimização do preconceito social frente à adoção, na dissolução dos mitos inerentes, e, sobretudo que se encontre saídas para a real visibilidade das mais de 9.000 crianças e adolescentes aptas à adoção no país (CNJ, 2019), que esperam atrás dos altos muros dos “abrigos” o direito constitucional de pertencer a uma família e por ela serem cuidados, protegidos e amados.

Diante do exposto, a relevância social deste estudo, objetiva muito além do aprofundamento científico acerca da temática no Brasil: traz a proposta de provocar a sociedade como um todo diante da problemática da adoção no país. Ademais, espera-se que o recorte dos artigos selecionados no presente estudo proporcione a reflexão da atuação e compromisso ético das Ciências perante a temática, em especial a Psicologia como Ciência e Profissão, área tão preponderante em todos os âmbitos sociais, especificamente, imprescindível em todos os segmentos que trabalham com adoção no Brasil.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar as produções acadêmicas nacionais na área da Psicologia sobre adoção.

3.2 Objetivos Específicos

Selecionar as revistas científicas na área da Psicologia no Brasil com *Qualis A*;

Mapear os artigos que tragam a temática da adoção nas revistas de Psicologia no Brasil com *Qualis A*;

Destacar os objetivos, aspectos teórico-metodológicos e seus desmembramentos temáticos em cada artigo selecionado.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa. As abordagens qualitativas se configuram melhor nas investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análise de discursos e de documentos. O emprego das abordagens qualitativas e quantitativas possibilita uma melhor avaliação tanto na dimensão explicativa quanto na compreensiva, uma vez que tendem a se complementar, permitindo que as relações sociais possam ser analisadas nos seus diferentes aspectos. Ou seja, a pesquisa quantitativa pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa (MINAYO, 2010).

Este estudo se baseia em uma Revisão Sistemática de Literatura do tipo metassíntese. O interesse da escolha metodológica se deu por meio do conhecimento e da referência do grupo de pesquisa Epistemologia e Ciência Psicológica, certificado pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq) e vinculado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob liderança das Professoras Dras. Adélia Augusta Souto de Oliveira e Paula Orchiucci Miura. O grupo existe desde o ano de 2005 e ainda conta com integrantes dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia da mesma universidade. A repercussão principal dos trabalhos deste grupo trata-se da produção de conhecimento científico na área da Psicologia. O grupo estuda duas linhas de pesquisa, a saber: Sofrimento psíquico em grupos vulneráveis e Sujeito e Realidade nas Teorias Psicológicas. Tendo em vista essas duas linhas de pesquisa, os estudos desenvolvidos são predominantes com grupos de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade psicossocial ou centrados em aspectos epistemológicos da psicologia e suas interfaces com outras áreas da ciência, desde que os eixos teóricos e práticos dialoguem por meio do interesse comum alicerçados nos fundamentos do saber psicológico. Nas produções advindas deste grupo de pesquisa, há um interesse pela metassíntese, como observa-se nas produções listadas a seguir, frutos de dissertações de mestrado do programa do Curso de Psicologia da UFAL, algumas delas consultadas por esta pesquisadora para conhecimento e aperfeiçoamento deste estudo: Paulo Sergio dos Santos Junior, *A Fotografia na Psicologia: Metassíntese de Teses e Dissertações Brasileiras* (2018); Carolina Gomes Monteiro Souza, *Retratção na Lei Maria da Penha: um estudo psicossocial* (2017); Livia Teixeira Canuto, *O conceito de infância em artigos brasileiros de Psicologia* (2017); Gilberto Eleuterio da Silva Junior, *Conceito de pessoa com deficiência: permanência e rupturas no processo psicossocial de significação* (2016); Valeria Vanessa Ferreira dos Santos, *Da historicidade como argumento ao argumento da*

historicidade: sentidos presentes nas publicações da revista psicologia & sociedade entre os anos 1986-2015 (2016); Camila Teixeira de Lima, *Adjetivações da Obra de Vigotski na Produção Científica da Psicologia Brasileira* (2014); Juliano Almeida Bastos, *Saúde mental e Trabalho: Metassíntese da Produção Acadêmica no Contexto da Pós-Graduação Brasileira* (2014); Alexsander Lima da Silva, *Processo de Transexualização: uma análise inter e intrageracional de histórias de vida* (2013); Alcimar Eneas Rocha Trancoso, *Juventudes: O conceito na produção científica brasileira* (2012).

Este método vem sendo utilizado como um instrumento investigativo satisfatório na busca de conhecimento por meio da pesquisa científica. Além das obras de dissertação acima mencionadas, o grupo vem trabalhando com pesquisas que têm como banco de dados o Diretório de Pesquisas do CNPq, e algumas destas pesquisas foram publicadas recentemente: Rocha, Oliveira e Menezes, “A Infância no Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq: contribuições metodológicas para uma análise Sócio-Histórica dos grupos na área da Psicologia” (2019); Menezes, Oliveira, Moraes, Bueno e Rocha, “Adolescência nos grupos de pesquisa do CNPq” (2018).

Uma outra produção relevante do grupo acerca da metassíntese foi publicada como livro, pela EDUFAL, no ano de 2017, a saber: Oliveira, Bastos, Canuto, Santos Junior, Bueno e Rocha, “A produção de conceitos e métodos na pesquisa psicológica: contribuição da metassíntese ao conhecimento científico”. Tais referências apontam algumas produções do grupo de pesquisa supracitado, bem como as inovações do fazer ciência na academia, no que diz respeito ao método na área da Psicologia alagoana, em interface com demais academias Brasileiras.

O presente trabalho, por meio da produção científica, investigou a temática da adoção, e nele buscou-se a construção de uma reflexão acerca deste fenômeno por intermédio das abordagens qualitativas e quantitativas, visto que, dentro de suas especificidades, encontrou-se, na revisão sistemática de literatura do tipo metassíntese, a possibilidade de mapear e analisar criticamente o que vem sendo produzido na área da Psicologia acerca da adoção no contexto brasileiro, buscando identificar os avanços e retrocessos do conhecimento científico, fator importante para o desenvolvimento teórico e metodológico da própria ciência.

Considerando-se o aumento da produção científica nas ciências existentes, sobretudo após a ampliação dos programas de pós-graduação no Brasil na década de 1970, pôde-se obter através de diferentes formatos de documentos de domínio científico, como teses, dissertações e artigos, uma maneira de aprofundamento teórico sobre um assunto específico.

Privilegiou-se a área da Psicologia nesta pesquisa, considerando-se que se faz necessário uma análise crítica do estado de produção do conhecimento relacionado à temática abordada.

Para Romanowski e Vosgerau (2014), a crescente expansão da pesquisa acadêmica, suscita a realização de estudos que permitam levantamentos, balanços, mapeamentos, análises críticas, buscando colocar em evidência os temas e assuntos focalizados, as abordagens metodológicas, procedimentos e análises, os aportes teórico-metodológicos, resultados que possam ser replicados ou evitados, bem como as lacunas que podem estimular a produção de novas pesquisas. Consequentemente, os estudos direcionados através da revisão sistemática de literatura possibilitam a compreensão do movimento da área pré-determinada, sua atual configuração, propensões teóricas metodológicas, sinalizando para o pesquisador as tendências, recorrências e lacunas existentes. Ainda de acordo com Romanowski e Vosgerau (2014), os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes referentes a um tema podendo implicar muitas vezes na reformulação histórica do diálogo acadêmico, propondo uma nova direção, configuração e encaminhamento acerca do tema relacionado.

Nesse estudo elegeu-se a revisão sistemática de literatura que segundo Castro (2001), pode ser caracterizada como uma revisão planejada e com rigor metodológico, com a finalidade de responder a uma pergunta específica, utilizando métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os documentos, e para coletar e analisar os dados desses documentos incluídos na revisão — neste caso em especial, selecionados na área da Psicologia.

Conforme Greenhalg (1997) e Lopes e Fracolli (2008), a revisão sistemática de literatura corresponde a uma síntese de grande quantidade de estudos que abordam o mesmo objeto, sendo os resultados do estudo, os verdadeiros sujeitos da pesquisa. De acordo com Rother (2007) e Mendes, Silveira e Galvão (2008), a instituição responsável pela elaboração e divulgação das revisões sistemáticas e de sua eficácia na pesquisa denominada Colaboração Cochrane recomenda que a Revisão Sistemática de Literatura siga sete etapas, a saber: 1) Formulação da pergunta; 2) Localização dos estudos; 3) Avaliação crítica dos estudos; 4) Coleta de dados; 5) Análise e apresentação dos dados; 6) Interpretação dos dados; 7) Aprimoramento e atualização da revisão.

Mais especificamente, a revisão sistemática de literatura do tipo metassíntese possibilita uma revisão bibliográfica ampliada acerca de uma temática previamente selecionada e conduz o pesquisador a uma análise crítica do conteúdo científico, fazendo produzir mais conhecimento a partir do que já foi pesquisado. Conforme Oliveira, Trancoso,

Bastos e Canuto (2015), a metassíntese pode ser caracterizada como uma estratégia metodológica que proporciona a interpretação dos resultados encontrados em pesquisas realizadas, numa área específica do conhecimento ou em áreas de interesse comum.

Em consonância com o que apontam Oliveira, Trancoso, Bastos e Canuto (2015), a metassíntese pode colaborar com o desenvolvimento da ciência, pois, além de destacar o conhecimento que já existe, aponta para novas metas de investigação, objetivando a produção crítica da ciência e produzindo mais conhecimentos. Para sistematizar uma metassíntese é necessária a implantação de etapas sequenciais e complementares que beneficiarão o êxito dos objetivos pretendidos. Ainda sob a ótica de Oliveira, Trancoso, Bastos e Canuto (2015) seguem abaixo algumas sugestões propostas pelos autores supracitados para sistematizar a metassíntese: definição do objeto (objeto de investigação); definição das fontes (bancos virtuais de produção científica, teses, dissertações); definição dos tipos de documentos (diários, documentos públicos, artigos); composição da amostra (material selecionado e com potencial analítico).

4.1 Sistematização da Metassíntese

A partir da ideia de Flick (2009), é possível planejar a metassíntese seguindo as seguintes fases:

1. **Exploração:** Caracteriza-se pela fase em que o pesquisador acessa as diversas fontes em busca de documentos, utilizando-se de ferramentas como os descritores de busca selecionados ou as palavras-chave, com o intuito de localizar documentos relacionados ao objeto investigado. Posteriormente à escolha dos documentos selecionados, inicia-se uma leitura seletiva, almejando-se aprimorar a qualidade do conteúdo que irá compor a amostra da pesquisa.
2. **Refinamento:** Paraphraseando Oliveira, Trancoso, Bastos e Canuto (2015), pode-se compreender esta etapa como o tratamento dos dados, e primeiramente, deve-se analisar se os conteúdos selecionados dizem respeito efetivamente com o objeto de pesquisa; o refinamento possui a intenção de formar uma amostra relevante no que tange ao objetivo da pesquisa, o que faz com que se reduza o volume e eleve-se a qualidade dos documentos estudados.
3. **Cruzamento:** Essa etapa objetiva averiguar duplicidades de materiais coletados, dependendo da utilização dos descritores e quantidade de fontes.
4. **Descrição:** Para Bastos (2013), nessa fase predomina o conhecimento da amostra

através das informações que identificam cada documento, ou seja, estabelecem-se vários pontos de identificação tais como: Tipo (tese ou dissertação), área do conhecimento, período de publicação, procedência geográfica e vinculação institucional. Recomenda-se a utilização de uma planilha eletrônica para a organização dos dados, o que facilita a análise e consultas posteriores durante o processo de construção da pesquisa (TRANCOSO, 2012, p 150).

5. Análise: É nesta etapa que o pesquisador articula as informações, estabelece conexões, confronta dados apresentados, ultrapassa o conteúdo de cada documento para alcançar uma compreensão que está entre eles. Deve haver uma relação de diálogo com o que se lê, apropriar-se do conteúdo como forma de expandir e/ou gerar possibilidades de análise em relação ao objeto de estudo, abrindo um caminho interativo entre o leitor e a obra, o admirador/observador e a obra de arte estabelecendo relação livre e criadora da pessoa com estas obras.

Oliveira, Trancoso, Bastos e Canuto (2015) compreendem que a leitura dos apontamentos de cada texto selecionado deve ser executada de forma que integrem um só corpo textual. Deve-se buscar pontos convergentes e divergentes entre os autores, opiniões complementares e interdependentes, e assim elaborar as categorias de análise. Portanto, a metassíntese é capaz de produzir um mapa das produções a respeito de determinado tema, permitindo uma conexão de explicações a respeito de tema específico que ainda não foi vinculado a uma explicação mais abrangente.

4.2 Procedimentos

A Revisão Sistemática de Literatura do presente projeto do tipo Metassíntese tratou de investigar a Adoção e seus vieses na área da Psicologia e no contexto Brasileiro. Teve como localização dos estudos a produção científica em revistas de psicologia com *Qualis* A1 e A2 avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no quadriênio 2013-2016, conforme descritas no *site* da Plataforma Sucupira¹.

Cabe salientar os conceitos de produção intelectuais classificados como A1 e A2 conforme normatiza o Ministério da Educação (FUNDAÇÃO CAPES, 2014):

O *Qualis*-periódicos é um sistema usado para classificar a produção

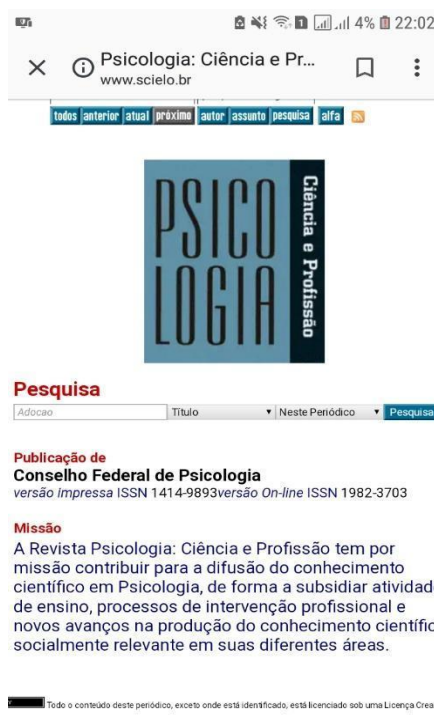
¹FUNDAÇÃO CAPES. Ministério da Educação do Brasil. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 09 jun. 2019.

científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos.

A classificação dos periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização, podendo ser enquadradas em oito estratos, A1; A2; B1; B2; B3; B4; B5 e C, estando divididos por ordem decrescente de valor e qualidade da produção científica.

A priori foi feita uma seleção das revistas científicas de Psicologia com seus devidos nomes e com a classificação a qual pertencem (A1 e A2). Posteriormente, pesquisou-se os periódicos previamente selecionados em suas páginas individualizadas disponíveis no *site Scientific Electronic Library (SciELO)*, e após acessar a página de cada periódico, foi utilizado o descritor “adoção”. Entretanto, verificou-se que devido à acentuação gráfica da palavra, o resultado da busca gerava erro, assim, os acentos foram retirados, ficando a palavra “adocao” como descritor de busca. Conjuntamente, utilizou-se os filtros (“Por título” e “Neste periódico”), campos de pesquisa presentes nas páginas de acesso aos periódicos, que visam a busca pelos títulos dos artigos e somente da revista pesquisada individualmente, como é possível de ser visto na imagem abaixo:

Figura 1 - Campos de pesquisa no site SciELO.



Fonte: *print screen* do campo de pesquisa da página, na *web*.

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: revistas científicas de Psicologia; nacionais; documentos que permitissem a leitura na íntegra; na língua portuguesa; disponíveis nas versões *on-line* que de fato contemplaram a temática da adoção como instituto, o que foi possível por meio da leitura cuidadosa do título, das palavras-chave de cada artigo e do resumo.

Como critérios de exclusão, os artigos duplicados foram descartados, os que se encontravam fora da língua portuguesa, os que não permitiram a leitura na íntegra os que não contemplaram de fato a temática abordada no corpo do artigo, resenhas de obras, resumos de dissertação ou tese, embora aparecesse o descritor no título, também foram descartados.

Não existiu o marcador de temporalidade no tocante aos anos de publicação dos artigos, posto que isto tornaria a pesquisa restrita aos últimos anos e não ofereceria um panorama das transformações ao longo dos anos no que diz respeito à adoção, bem como não apontaria a evolução ou involução das publicações científicas na área da Psicologia como Ciência, profissão e disseminadora de conhecimento à sociedade.

A partir da busca acima citada, os arquivos de interesse (planilhas e tabelas com identificação das instituições, autores, descrição dos artigos, etc.) da pesquisadora foram armazenados em pastas identificadas e salvos no *Google Drive* à medida em que o trabalho ia sendo desenvolvido, o que possibilitou a organização e segurança digital dos levantamentos quantitativos e qualitativos da referida pesquisa.

5 RESULTADOS

5.1 Levantamentos das Revistas Científicas de Psicologia no Brasil –*Qualis A*

Inicialmente, no mês de julho de 2018 foi realizado na Plataforma Sucupira (FUNDAÇÃO CAPES, 2019) um levantamento das revistas científicas de Psicologia para verificar a classificação com conceito *Qualis A1* e *A2*. O total alcançado foi de 200 revistas nacionais e internacionais para o conceito *A1* e, conforme descrito no método, foram selecionadas todas as revistas nacionais *Qualis A1*, que após a utilização dos critérios, contabilizaram cinco revistas.

Tabela 1 - Listas das revistas nacionais *Qualis A1*, seus respectivos dados e missão

NOMES DA REVISTAS A1	ISSN, FORMATO e PROCEDÊNCIAS	MISSÃO
<i>Estudos de Psicologia</i>	1982-0275 (<i>on-line</i>) 0103-166X impressa PUCCAMP- Campinas-SP	Tem como missão promover e divulgar o conhecimento científico na área da psicologia; publica artigos originais, trabalhos teóricos, revisões críticas e comunicações relevantes de interesse da Psicologia.
<i>Psicologia em Estudo</i>	1413-7372(impresso e <i>on-line</i>) 1807-0329 Paraná (<i>on-line</i>) Universidade Estadual de Maringá-PR	Publica textos originais acerca de temas relacionados à Psicologia e suas interfaces com as Ciências da Saúde e Ciências Humanas. A revista publica artigos exclusivamente na perspectiva qualitativa.

<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>	1678-7153 (<i>on-line</i>) 0102-7972 (impresso) UFRGS-Rio Grande do Sul	A missão dessa revista é publicar trabalhos originais nas áreas de Psicologia do Desenvolvimento, Avaliação Psicológica, Psicologia da saúde e Psicologia experimental.
<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>	0102-3446 (impresso) 1806-3446 (<i>on-line</i>) UNB-Brasília	Revista oriunda do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília com a missão de publicar trabalhos originais na área da psicologia.
<i>Paideia</i>	1982-4327 (<i>on-line</i>) 0103-863X (impresso) USP Ribeirão Preto	Possui como missão publicar trabalhos originais relacionados à psicologia e áreas afins.

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

Na busca de revistas com conceito A2, apareceram 413 registros de periódicos nacionais e internacionais. Do mesmo modo foram selecionadas as nacionais, que contabilizaram quatorze revistas.

Tabela 2 - Listas das revistas nacionais Qualis A2, seus respectivos dados e missão

NOMES DAS REVISTAS A2	ISSN, FORMATOS E PROCEDÊNCIAS	MISSÃO
<i>Ágora</i>	1516-1498 (impresso) 1809-4414(<i>on-line</i>) Rio de Janeiro	Tem como missão a publicação de trabalhos inéditos em Psicanálise e áreas afins, bem como realiza conferências, traduções, artigos de valor histórico e resenhas.
<i>Arquivos Brasileiros</i>	0100-8692 (<i>on-line</i>)	Sua missão é promover a

<i>de Psicologia</i>	1809-5267 (<i>on-line</i>) 1809-5267(<i>on-line</i>) Rio de Janeiro	divulgação do pensamento e da pesquisa no âmbito da Psicologia Brasileira e Psicologia Internacional. Voltada para as interfaces com as demais áreas do conhecimento, assuntos emergentes, perspectivas críticas, abordagens e estratégias voltadas para elementos culturais e sociais.
<i>Avaliação Psicológica</i>	2175-3431 (impresso) 1677-0471(<i>on-line</i>) Campinas-SP	Objetiva publicar trabalhos originais, preferencialmente relatos de pesquisas, artigos de revisão da literatura, notas técnicas e resenhas de livros na área da Avaliação Psicológica.
<i>Estudos e Pesquisas em Psicologia</i>	1808-4281 (<i>on-line</i>) 1676-3041 (impresso) UERJ-Rio de Janeiro	Possui a finalidade de publicar textos inéditos em Psicologia e áreas afins sob a forma de artigos, comunicações breves de pesquisas, resumos de teses, resenhas de filmes e entrevistas relevantes para a área.
<i>Psico (PUCRS)</i>	0103-5371 (impressa) 1980-8623(<i>on-line</i>) PUCRS-Rio Grande do Sul	Visa publicar estudos empíricos ou revisões sistemáticas na área da Psicologia, prioritariamente, estudos e experimentos englobando Psicologia cognitiva, avaliação psicológica, Psicologia social, Psicologia do desenvolvimento, Psicologia da saúde, Psicologia clínica, neuropsicologia e Psicobiologia.

<i>Psicologia e Sociedade</i>	1807-0310 (<i>on-line</i>) 0102-7182 (impresso) PUC-Minas Gerais	Publica artigos originais, especialmente pesquisas e discussões na interface entre a Psicologia e a sociedade, tendo em vista o desenvolvimento da Psicologia Social numa postura crítica, transformadora e interdisciplinar.
<i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>	1414-9893 (impresso) 1982-3703 (<i>on-line</i>) CFP- Brasília	Revista do Conselho Federal de Psicologia que objetiva contribuir para a disseminação do conhecimento científico em Psicologia em suas diferentes áreas.
<i>Psicologia Clínica</i>	0103-5665 (impresso) 1980-5438 (<i>on-line</i>) PUC-Rio de Janeiro	Divulga trabalhos originais na área da Psicologia Clínica, contribuindo para a qualidade da produção e para a consolidação desse campo no Brasil.
<i>Psicologia em Revista</i>	1677-1168 (impresso) 1678-9563 (<i>on-line</i>) PUC-Minas Gerais	Revista voltada às múltiplas teorias e práticas vigentes nos campos da Psicologia. Objetiva a interlocução com outros saberes, no campo das ciências humanas e sociais.
<i>Psicologia Escolar e Educacional</i>	1413-8557(impresso) 2175-3539 (<i>on-line</i>) ABRAPEE- São Paulo	A revista é um veículo de divulgação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e tem a missão de debater a produção científica na área de Psicologia Escolar e Educacional.
<i>Psicologia: Teoria e</i>	1516-3687 (impresso)	Conceituada como um veículo

<i>Prática</i>	Mackenzie-São Paulo	científico que visa publicar trabalhos inéditos em Psicologia e áreas afins. Os documentos podem ser teóricos, artigos e de revisão.
<i>Psicologia USP</i>	1413-8271 (impresso) 2175-3563 (<i>on-line</i>) USP-São Paulo	Pretende estimular a interlocução da Psicologia com as demais áreas do conhecimento, bem como destacar as propostas teórico-metodológicas pertencentes à diversidade de objetos estudados.
<i>Psico-USF</i>	1413-8271(impresso) 2175-3563 (<i>on-line</i>) Universidade de São Francisco- Campinas-SP	Almeja servir de fórum para a contemplação de pesquisas atuais no campo da Psicologia e como um veículo de produção de conhecimento aos profissionais da área.
<i>Temas em Psicologia</i>	1413-389X (impresso) Ribeirão Preto-SP	Publicação da Sociedade Brasileira de Psicologia-SBP, com a missão de divulgar estudos variados na área da Psicologia, tais como, revisões críticas da literatura, notas temáticas e cartas aos editores.

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

5.2 Total de Artigos encontrados por Revistas

Pesquisou-se individualmente, em cada página virtual dos periódicos de Psicologia outrora selecionados e foi utilizado o campo de busca com o descritor “adocao” mutuamente com os filtros “Por Título” e “Neste periódico”, espaço de busca disponível em cada *site* das revistas. A Tabela 3 demonstra o total de artigos encontrados.

Tabela 3 - Total de artigos relacionados ao descritor “adoção” nos periódicos A1 e A2 de Psicologia

QUALIS	NOME DA REVISTA	DESCRITOR “ADOCÃO”
A1	<i>Estudos de Psicologia</i>	4
	<i>Psicologia em Estudo</i>	2
	<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>	5
	<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>	5
	<i>Paideia</i>	6
A1	SUBTOTAL	22
A2	<i>Ágora</i>	1
	<i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i>	1
	<i>Avaliação Psicológica</i>	0
	<i>Estudos e Pesquisas em Psicologia</i>	3
	<i>Psico(PUCRS)</i>	1
	<i>Psicologia e Sociedade</i>	5
	<i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>	5
	<i>Psicologia Clínica</i>	1
<i>Psicologia em Revista</i>	2	
A2	<i>Psicologia Escolar e Educacional</i>	0
	<i>Psicologia: Teoria e Prática</i>	5
	<i>Psicologia-USP</i>	1

	<i>Psico-USF</i>	1
	<i>Temas em Psicologia</i>	5
A2	SUBTOTAL	31
A1 + A2	TOTAL	22 + 31 = 53

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

Nas revistas científicas de Psicologia Brasileiras classificadas com *Qualis A1* — *Estudos de Psicologia, Psicologia em Estudo, Psicologia, Reflexão e Crítica, Psicologia, Teoria e Pesquisa e Paideia* — os resultados encontrados, no que diz respeito à quantidade de documentos utilizando-se o descritor “adocao”, foram 22 artigos.

Nas revistas científicas de Psicologia Brasileira classificadas como A2 — a saber, *Ágora, Arquivos Brasileiros de Psicologia, Avaliação Psicológica, Estudos e Pesquisas em Psicologia, Psico, Psicologia e Sociedade, Psicologia, Ciência e Profissão, Psicologia Clínica, Psicologia em Revista, Psicologia Escolar e Educacional, Psicologia, Teoria e Prática, Psicologia USP, Psico USF e Temas em Psicologia* —, os resultados encontrados foram 31 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão restaram 28 artigos provenientes de periódicos em Psicologia do tipo A2, sendo o quantitativo total encontrado (A1 e A2) de 53 artigos.

5.3 Amostra Inicial da Fase de Refinamento

Considerando o que trazem Oliveira, Trancoso, Bastos e Canuto (2015), no refinamento, inicialmente, deve-se examinar se o conteúdo dos documentos catalogados possui efetivamente relação com o objeto de pesquisa, por meio da leitura da expressão utilizada como descritor de busca no título, no resumo e nas palavras-chave, os quais devem ser analisados em conjunto. Dessa forma o refinamento se caracteriza por essa intenção de convergir de forma gradual e criteriosa para a composição de uma amostra que tome a relevância do conteúdo como parâmetro, o que irá reduzir o volume e elevar a qualidade e a consistência dos documentos.

A etapa inicial do Refinamento foi composta por 53 artigos avaliados conforme os critérios de inclusão e exclusão descritos no item procedimento deste estudo. Foram

excluídos artigos duplicados, artigos fora da língua portuguesa, bem como aqueles que na busca apareceram os descritores, entretanto, não tratavam da temática propriamente dita. Como forma de esclarecer, segue um exemplo ocorrido no momento da busca no periódico “Psicologia-USP”, em que apareceu o seguinte artigo: *Adoção, citação e difusão do artigo científico: o que é que se difunde?* Destarte, artigos com tal semelhança foram excluídos. Na tabela abaixo pode-se observar os artigos eliminados por intermédio dos critérios de eliminação:

Tabela 4 - Artigos eliminados por critérios de exclusão

ARTIGO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO
JARDIM, João Bosco. Adoção, citação e difusão do artigo científico: o que é que se difunde? <i>Psicol. USP.</i> v. 22, n. 2, p. 357-366, 2011.	Não tratou a respeito do tema.
BUSSAB, Vera Silvia Raad. Fatores hereditários e ambientais no desenvolvimento: a adoção de uma perspectiva interacionista. <i>Psicol. Reflex. Crit.</i> v. 13, n. 2, p. 233-243, 2000.	Não tratou a respeito do tema.
SILVA, Carolina Lemos da Benetti; SILVA, Pereira da Cruz. Older child adoption: a study of the affiliation process. <i>Estud. psicol.</i> , v. 32, n.1, p. 121-127, 2015.	Língua estrangeira
OLIVEIRA, Débora Silva de; SCHWARTZ, Eda Regina Doederlein. The new Adoption Law: legal and psychological aspects. <i>Estud. psicol.</i> , v. 30, n. 3, p. 445-453, 2013.	Língua estrangeira
MOZZI, Gisele de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Adoption of Children with Disabilities: a study with adoptive parents. <i>Paideia</i> , v. 26, n. 63, p. 101-109, 2016.	Língua estrangeira
KARAMAN, Neslihan Guney; ÇOK, Figen. Adolescent risk-taking, comparison between adolescent's and adults's opinion. <i>Paideia</i> , v.17, n. 38, p. 357-364, 2007.	Língua estrangeira

ROYSEN, Rebeca. O corpo e a adoção de práticas sustentáveis : estudo de caso em uma ecovila. <i>Psicol. Soc.</i> , v. 30, 2018.	Não tratou a respeito do tema, embora o descritor esteja presente com sentido distinto.
SILVA, Gisele Cristina Fernandes da. A criança como sujeito no processo de adoção . <i>Paideia</i> , v. 19, n. 42, 2009.	Resenha de livro.
ARAUJO DA SILVA, Jaqueline. Adoção de crianças maiores : percepções e vivências dos adotados. <i>Psicol. rev.</i> , v. 16, n. 2, p. 434-436, 2010.	Resumo de dissertação.

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

Tabela 5 - Total de artigos nos periódicos A1 e A2 de Psicologia após a fase do refinamento

QUALIS	NOME DA REVISTA	TOTAL APÓS A UTILIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO
A1	Estudos de Psicologia	2
	Psicologia em Estudo	2
	Psicologia: Reflexão e Crítica	4
	Psicologia: Teoria e Pesquisa	5
	Paideia	3
A1	SUBTOTAL	16
	Ágora	1
	Arquivos Brasileiros de Psicologia	1
	Avaliação Psicológica	0
	Estudos e Pesquisas em Psicologia	3

A2	Psico(PUCRS)	1
	Psicologia e Sociedade	4
	Psicologia: Ciência e Profissão	5
	Psicologia Clínica	1
	Psicologia em Revista	1
A2	Psicologia Escolar e Educacional	0
	Psicologia: Teoria e Prática	5
	Psicologia-USP	0
	Psico-USF	1
	Temas em Psicologia	5
A2	SUBTOTAL	28
A1 e A2	TOTAL	44

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

Nas revistas científicas de Psicologia Brasileiras classificadas com *Qualis A1*, inicialmente tinham sido encontrados 22 artigos, e após a utilização dos critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos no corpo deste estudo, restaram 16 artigos. E nas revistas classificadas como A2, inicialmente foram encontrados 31 artigos e após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão restaram 28 artigos. Deste modo, o número encontrado (A1 e A2) foi de 53 artigos e após o refinamento, o total foi de 44 artigos, compondo a amostra final deste trabalho. A Tabela 6 apresenta todos os artigos desta amostra.

Tabela 6 - Lista de artigos da amostra final em ordem temporal

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	REVISTA
1. Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade	EBRAHIM, Surama Gusmão.	Psicol. Reflex. Crit. , v.14, n. 1, jan. 2001, p. 73-80,

emocional.		ISSN 0102-7972.
2. Adoção tardia: uma visão comparativa.	EBRAHIM, Surama Gusmão.	Estud. psicol. , Campinas, v.18, n. 2, ago 2001, p. 29-40, ISSN 0103-166X.
3. Reflexão Social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas.	REPPOLD, Caroline Tozzi; HUTZ, Cláudio Simon.	Estud. psicol. , Natal, v. 8, n. 1, abr 2003, p. 25-36. ISSN 1413-294X.
4. Percepção de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção.	MELLO, Ivana Suely Paiva Bezerra de; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito.	Psicol. cienc. prof. , , v. 23, n. 1, mar 2003, p. 76-83. ISSN 1414-9893
5. A adoção na mídia: revisão da literatura nacional e internacional.	GAGNO, Adriana Pellanda; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj.	Paidéia , Ribeirão Preto, v. 13, n. 25, jun 2003, p. 111-118, ISSN 0103-
6. A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes.	COSTA, Liana Fortunato; CAMPOS, Niva Maria Vasques.	Psic.: Teor. e Pesq. , v. 19, n. 3, dez 2003, p. 221-230, ISSN 0102-3772.
7. A subjetividade presente no estudo psicossocial da Adoção.	CAMPOS, Niva Maria Vasques; COSTA, Liana Fortunato.	Psicol. Reflex. Crit. , v. 17, n. 1, 2004, p. 95-104, ISSN 0102- 7972.
8. A demanda nos processos de habilitação para adoção e a função dos dispositivos judiciais.	COIMBRA, José César.	Estud. pesqui. psicol. , v. 5, n. 2, dez 2005, p. 64-78, ISSN 1808-4281.
9. Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia.	ARAÚJO, Ludgleydsonn Fernandes et al.	Psicol. Soc. , v. 19, n. 2, ago 2007, p. 95-102, ISSN 0102-7182.
10. Tornar-se pai e mãe em	COSTA, Nina Rosa do	Psicol. Reflex. Crit. , v. 20,

um processo de adoção tardia.	Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde.	n. 3, 2007, p. 425-434, ISSN 0102-7972.
11. Adoção e exclusão insidiosa: o imaginário de professores sobre a criança adotiva.	PONTES, Mariana Leme da Silva et al.	Psicol. estud. , v. 13, n. 3, set 2008, p. 495-502, ISSN 1413-7372.
12. A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção.	ROSA, Daniela Botti da.	Psicol. clin. , v. 20, n. 1, 2008, p. 97-110, ISSN 0103-5665.
13. A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos.	FONSECA, Célia Maria Souto Maior de Souza; SANTOS, Carina Pessoa; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito.	Paidéia , Ribeirão Preto, v. 19, n. 44, dez 2009, p.303-311, ISSN 0103-863X.
14. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança.	MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza	Estud. psicol. , Natal, v. 14, n 2, ago 2009, p. 113-121, ISSN 1413-294X.
15. A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção.	OLIVEIRA, Shimênia Vieira de; PRÓCHNO, Caio César Souza Camargo.	Psicol. cienc. prof. , v. 30, n. 1, 2010, p. 62-84, ISSN 1414-9893.
16. A adoção no Brasil: algumas reflexões.	MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza.	Estud. pesquis. psicol. , v. 10, n. 2, ago 2010, ISSN 1808-4281.
17. Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência.	SANTOS, Carina Pessoa et al.	Psicol. teor. prat. , v. 13, n. 2, ago 2011, p.89-102, ISSN 1516-3687.
18. Construção e validação de instrumento para prática	DUGNANI, Katia Cristina Bandeira and MARQUES,	Paidéia (Ribeirão Preto), Dez 2011, vol.21, no.50,

interventiva na adoção.	SusiLippi.	p.317-328. ISSN 0103-863X
19. Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos.	OTUKA, Livia Kusumi; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos.	Psic.: Teor. e Pesq. , v. 28, n. 1, mar 2012, p. 55-63, ISSN 0102-3772.
20. A nova lei nacional de adoção: desafios para a reinserção familiar.	SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica.	Psicol. estud. , v. 18, n. 1, mar 2013, p. 125-135, ISSN 1413-7372.
21. Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade.	OTUKA, Livia Kusumi; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos.	Estud. psicol. Campinas, v. 30, n. 1, mar 2013, p. 89-99, ISSN 0103-166X.
22. O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas.	PEREIRA, Cícero Roberto et al.	Psic.: Teor. e Pesq. , v. 29, n. 1, mar 2013, p. 79-89, ISSN 0102-3772.
23. A adoção de crianças por gays.	AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VERÍSSIMO, Hugo LOURENÇO, Gilclécia Oliveira.	Psicol. Soc. , v. 25, n. 3, 2013, p. 631-641, ISSN 0102-7182.
24. Recuperação desenvolvimental após adoção: características da criança e da família adotiva.	BAPTISTA, Joana; SOARES, Isabel; HENRIQUES, Margarida.	Psicol. Reflex. Crit. , v. 26, n.2, 2013, p. 396-404, ISSN 0102-7972.
25. O impacto da nova lei nacional de adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos	SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica.	Psicol. rev. , Belo Horizonte v. 19, n. 3, 2013, p. 422-440, ISSN 1677-1168.

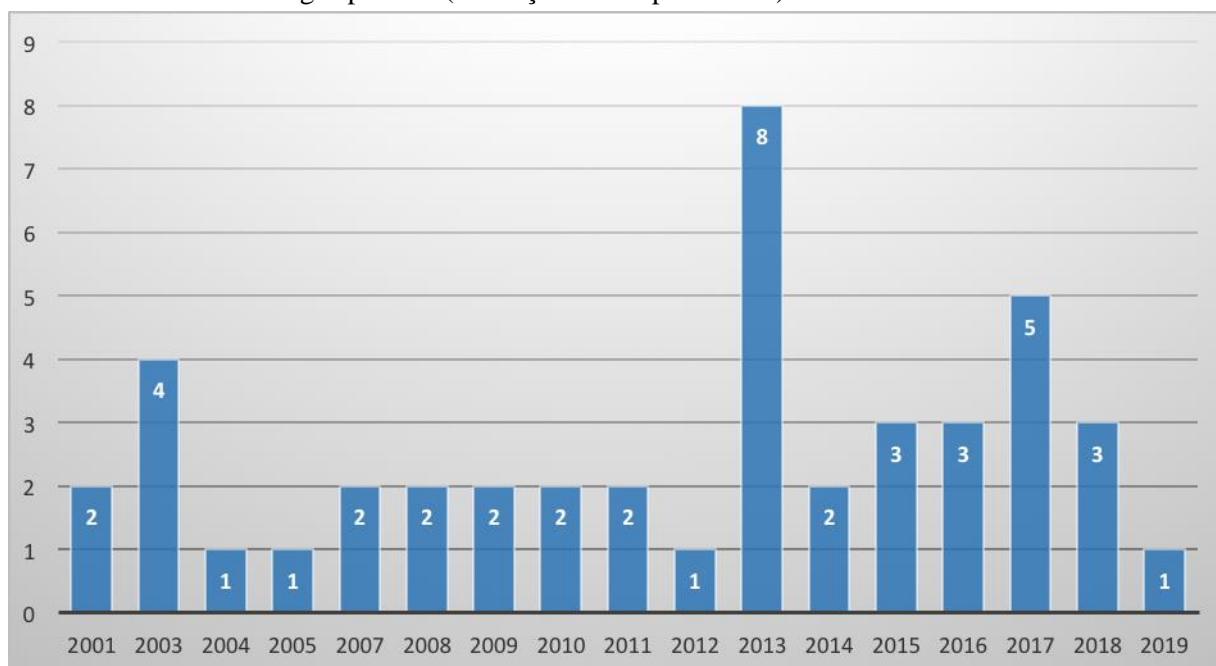
e assistentes sociais que integram as equipes técnicas.		
26. Adoção e preparação infantil na percepção dos profissionais do juizado da infância e juventude de Belém-PA.	CONTENTE, Suellen Reis; CAVALCANTE, Lilia Iêda Chaves; SILVA, Simone Souza da Costa.	Temas psicol. , v. 21, n. 2, 2013, p. 317-333, ISSN 1413-389X.
27. O acolhimento institucional na perspectiva da nova lei da adoção.	SILVA, Milena Leite, ARPINI, Dorian Mônica.	Psicol. teor. prat. , v. 15, n. 3, dez 2013, p. 95-106, ISSN 1516-3687.
28. Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos.	SEQUEIRA, Vânia Conselheiro; STELLA, Claudia.	Psicol. teor. prat. , v. 16, n. 1, abr 2014, p. 69-78, ISSN 1516-3687.
29. A construção cultural de significados sobre adoção: um processo semiótico.	VALÉRIO, Tatiana Alves de Melo; LYRA, Maria C. D. P..	Psicol. Soc. , v. 26, n. 3, dez 2014, p. 716-725, ISSN 0102-7182.
30. Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva.	DANTAS, Fabiana de Souza e Silva; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde.	Temas psicol. , v. 23, n. 3, set 2015, p. 593-606, ISSN 1413-389X.
31. Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de direito e serviço social.	CERQUEIRA-SANTOS, Elder; SANTANA, Gevanna.	Temas psicol. , v. 23, n. 4, dez 2015, p. 873-885, ISSN 1413-389X.
32. Entregar o filho para adoção é abandoná-lo? Concepção de Profissionais da Saúde.	MARTINS, Bruna Maria Corazza et al.	Psicol. cienc. prof. , v. 35, n. 4, dez 2015, p. 1294-1309, ISSN 1414-9893.
33. Quero entregar meu bebê para adoção: O manejo de profissionais da saúde.	FARAJ, Suane Pastoriza et al.	Psic.: Teor. e Pesq. , v. 32, n. 1, mar 2016, p. 151-159, ISSN 0102-3772.
34. Homoparentalidade e	MACHIN, Rosana.	Psicol. Soc. , v. 28, n. 2, ago

adoção: (RE) afirmando seu lugar como família.		2016, p. 350-359, ISSN 0102-7182.
35. Adoção e mídia televisiva: a telenovela amor à vida em análise.	AYRES, Lygia Santa Maria.	Arq. bras. psicol. , v. 68, n. 3, dez 2016, p. 92-109, ISSN 1809-5267.
36. Adoção e mito: os destinos do mito familiar na cena da família contemporânea. Estudo a partir de um caso clínico de adoção na França atual.	COMBIER, Claudine Veilletand ; BINKOWSKI, Gabriel.	Ágora , Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, mar 2017, p. 159-172, ISSN 1516-1498.
37. A equipe psicossocial na colocação da criança nos processos de adoção.	SILVA, Patrícia Santos da et al	Psicol. cienc.prof. , v. 37, n. 3, set 2017, p. 608-623, ISSN 1414-9893.
38. Adoção e psicanálise: a escuta do desejo de filiação.	OLIVEIRA, Patrícia Aurília; BRECKENFELD, Alexandre de; SOUTO, Jailma Belarmino; SILVA JÚNIOR, Edivan Gonçalves da.	Psicol. cienc. prof. , v. 37, n. 4, dez 2017, p. 909-922, ISSN 1414-9893.
39. Escala de atitudes frente à adoção: construção e validação.	BRASILEIRO, Tamiris da Costa et al.	Psico , Porto Alegre, v. 48, n. 1, 2017, p. 50-60, ISSN 0103-5371.
40. “Doeu muito em mim!”: vivência de entrega de um filho para adoção na visão de mães doadoras.	FARAJ, Suane Pastoriza et al.	Estud. pesqui. psicol. , v. 17, n. 2, mai 2017, p. 475-493, ISSN 1808-4281.
41. Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais.	SAMPAIO, Débora da Silva; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha.	Temas psicol. , v. 26, n. 1, mar 2018, p. 311-324, ISSN 2358-1883.
42. Adoção de crianças por casais homossexuais: as	SANTOS, José Victor De Oliveira et al.	Temas. psicol. , v. 26, n. 1, mar 2018, p. 139-152.,

representações sociais.		ISSN 2358-1883.
43. Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: revisão da literatura.	CECÍLIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio.	Psico-USF , v. 23, n. 3, jul 2018, p. 497-511, ISSN 1413-8271.
44. A trajetória de adoção de uma criança por um casal de lésbicas.	TOMBOLATO, Mário Augusto; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; SANTOS, Manoel Antônio dos.	Psic.: Teor. e Pesq. , v. 35, 2019, ISSN 0102-3772.

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

Gráfico 1 – Total de artigos por ano (marcação de temporalidade)



Fonte: Elaboração autoral, 2019.

O Gráfico 1 demonstra a quantidade de artigos encontrados por ano, mesmo não tendo sido aplicado o marcador de temporalidade, observa-se que as produções selecionadas para a pesquisa datam do ano de 2001 a 2019, e apontam para um crescimento da produção acadêmica acerca da temática nos últimos 20 anos. Na amostra selecionada, a quantidade de artigos entre os anos de 2001 a 2012 variaram entre 1 a 3 artigos por ano. O ano de 2013 foi o que mais se destacou: nele apareceram publicações de oito artigos.

Tabela 7 - Total de produções conforme número de autores por artigo

Quantidade de autores	Quantidade de artigos
1	06
2	18
3	10
4	09
5	01
Total	44

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

A tabela 7 apontou que dos 44 artigos estudados nesta pesquisa, a quantidade de autores participantes por artigo variou entre um e cinco autores. A maior quantidade de artigos (18) foi produzida por dois autores, 10 artigos foram elaborados por três autores, nove artigos por quatro autores, seis artigos por um autor e somente um artigo foi produzido por cinco autores diferentes. Os dados demonstraram que a elaboração da maioria dos artigos se deu por dois ou mais autores, o que revelou a participação de dois ou mais pesquisadores na elaboração dos artigos e execução da pesquisa.

Tabela 8 - Produção de autores em mais de um artigo

AUTORES (AS)	TÍTULO DO ARTIGO	INSTITUIÇÕES	REVISTA E ANO DE PUBLICAÇÃO
Surama Gusmão Ebrahim	-Adoção Tardia: uma visão comparativa; -Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade	Universidade Federal da Paraíba.	<i>-Estudos de Psicologia, 2001; -Psicologia, Reflexão e</i>

	emocional.		<i>Crítica</i> , 2001.
Niva Maria Vasques Campos	-A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes; -A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção.	Universidade Católica de Brasília/ Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.	- <i>Psicologia, Teoria e Pesquisa</i> , 2003; - <i>Psicologia, Reflexão e Crítica</i> , 2004.
Liana Fortunato Costa	-A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes; -A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção.	Universidade Católica de Brasília/ Universidade de Brasília.	- <i>Psicologia, Teoria e Pesquisa</i> , 2003; - <i>Psicologia, Reflexão e Crítica</i> , 2004.
Livia Kusumi Otuka	-Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos; -Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade.	Universidade de São Paulo- Ribeirão Preto.	- <i>Psicologia, Teoria e Pesquisa</i> , 2012; - <i>Estudos de Psicologia</i> , 2013.

Fabio Scorsolini-Comin	<p>-Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos;</p> <p>-Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade;</p> <p>-Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: revisão de literatura.</p>	Universidade Federal do Triângulo Mineiro.	<p>-<i>Psicologia, Teoria e Pesquisa</i>, 2012;</p> <p>-<i>Estudos de Psicologia</i>, 2013;</p> <p>-<i>Psico-USF</i>, 2018.</p>
Manoel Antônio dos Santos	<p>-Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos;</p> <p>-Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade;</p> <p>- A trajetória de adoção de uma criança por um casal de lésbicas.</p>	Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto.	<p>-<i>Psicologia, Teoria e Pesquisa</i>, 2012;</p> <p>-<i>Estudos de Psicologia</i>, 2013;</p> <p>-<i>Psicologia, teoria e Pesquisa</i>, 2019.</p>

Milena Leite Silva	<p>-A nova lei nacional de adoção: desafios para a reinserção familiar</p> <p>-O impacto da nova lei nacional de adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas.</p>	Universidade Federal de Santa Maria-RS.	<p><i>-Estudos de Psicologia, 2013;</i></p> <p><i>-Psicologia em Revista, 2013.</i></p>
Mônica Dorian Arpini	<p>-A nova lei nacional de adoção: desafios para a reinserção familiar;</p> <p>-O impacto da nova lei nacional de adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas;</p> <p>- Quero entregar meu bebê para adoção: o manejo de profissionais da saúde.</p>	Universidade Federal de Santa Maria-RS.	<p><i>-Estudos de Psicologia, 2013;</i></p> <p><i>-Psicologia em Revista, 2013;</i></p> <p><i>-Psicologia, Teoria e Pesquisa, 2016.</i></p>
Bruna Maria Corazza Martins	<p>-Entregar o filho para a adoção é abandoná-lo? Concepções de profissionais da saúde;</p> <p>-Quero entregar meu bebê para adoção: o manejo de profissionais da saúde.</p>	Universidade Federal de Santa Maria-RS.	<p><i>-Psicologia, Ciência e Profissão, 2015;</i></p> <p><i>-Psicologia, Teoria e Pesquisa, 2016.</i></p>

<p>Suane PastorizaFaraj</p>	<p>-Entregar o filho para a adoção é abandoná-lo? Concepções de profissionais da saúde; -Quero entregar meu bebê para adoção: o manejo de profissionais da saúde; -“Doeu muito em mim”!: vivência de entrega de um filho para adoção na visão de mães doadoras.</p>	<p>Universidade Federal de Santa Maria-RS.</p>	<p><i>-Psicologia, Ciência e Profissão, 2015;</i> <i>-Psicologia, Teoria e Pesquisa, 2016;</i> <i>-Estudos e pesquisas em Psicologia, 2017.</i></p>
<p>Samara Silva dos Santos</p>	<p>-Entregar o filho para a adoção é abandoná-lo? Concepções de profissionais da saúde; -Quero entregar meu bebê para adoção: o manejo de profissionais da saúde.</p>	<p>Universidade Federal de Santa Maria-RS.</p>	<p><i>-Psicologia, Ciência e Profissão, 2015;</i> <i>-Psicologia, Teoria e Pesquisa, 2016.</i></p>
<p>Aline Cardoso Siqueira</p>	<p>-Entregar o filho para a adoção é abandoná-lo? Concepções de profissionais da saúde; -Quero entregar meu bebê para adoção: o manejo de profissionais da saúde; -“Doeu muito em mim”! : vivência de entrega de um filho para adoção na visão de mães doadoras.</p>	<p>Entidade Palotina de Educação e Cultura de Santa Maria-RS.</p>	<p><i>-Psicologia, Ciência e Profissão, 2015;</i> <i>-Psicologia, Teoria e Pesquisa, 2016;</i> <i>-Estudos e pesquisas em Psicologia, 2017.</i></p>

Ludgleydson Fernandes Araújo	-Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia; - Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais.	Universidade Federal do Piauí.	- <i>Psicologia e Sociedade</i> , 2007; - <i>Temas em Psicologia</i> , 2018.
Carina Pessoa Santos	-Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência; - A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos.	Universidade Federal de Pernambuco.	- <i>Psicologia, Teoria e Prática</i> , 2011; - <i>Paidéia</i> , 2009.
Célia Maria Souto Maior de Souza Fonsêca	-Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência; - A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos.	Universidade Federal de Pernambuco.	- <i>Psicologia, Teoria e Prática</i> , 2011; - <i>Paidéia</i> , 2009.

Cristina Maria de Souza Brito Dias	-Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência; - A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos; - Percepção de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção.	Universidade Católica de Pernambuco.	- <i>Psicologia, Teoria e Prática</i> , 2011; - <i>Paidéia</i> , 2009; - <i>Psicologia, Ciência e Profissão</i> , 2003;
------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

Neste estudo pôde-se observar que uma pesquisa desenvolvida pelos pesquisadores pode ter gerado um ou mais artigos, o que culminou na publicação de dois artigos ou mais por diversos autores. 16 autores produziram mais de um artigo, sendo que 10 produziram dois artigos — a saber: Surama Gusmão Ebrahim, Niva Maria Vasques Campos, Liana Fortunato Costa, Livia Kusumi Otuka, Milena Leite Silva, Bruna Maria Corazza Martins, Samara Silva dos Santos, Ludgleydson Fernandes Araújo, Carina Pessoa Santos, Célia Maria Souto Maior de Souza Fonsêca. Seis outros estudiosos produziram 3 artigos, foram eles: Fabio Scorsolini-Comin, Manoel Antônio dos Santos, Mônica Dorian Arpini, Suane Pastoriza Faraj, Aline Cardoso Siqueira, Cristina Maria de Souza Brito Dias. Além disso, pôde-se observar que muitos destes autores são parceiros de pesquisas, publicando juntos em mais de um artigo.

Tabela 9 - Total de artigos por Universidades/Instituições que os autores estavam vinculados, por Região do país e no Exterior

REGIÃO	UNIVERSIDADE/INSTITUIÇÃO	REDE (número de artigos)	
Norte 1 artigo	1. Universidade Federal do Pará-UFPA (Belém-PA).	Pública UFPA (1)	Privada X

Centro-oeste 6 artigos	1. Universidade de Brasília-UNB (Brasília-DF); 2. Universidade Católica de Brasília-UCB (Brasília-DF); 3. Tribunal de Justiça do Distrito Federal (Brasília-DF).	Pública UNB (2) TJ/DF (2) Total: 4 artigos	Privada UCB (2) Total: 2 artigos
Sul 9 artigos	1. Universidade Federal do Paraná-UFPR (Curitiba-PR); 2. Universidade Federal de Santa Maria-UFSM (Santa Maria-RS); 3. Universidade Federal do Rio grande do Sul-UFRGS (Porto Alegre-RS); 4. (1) Entidade Palotina de Educação e Cultura de Santa Maria (Santa Maria-RS).	Pública UFPR (1) UFSM (5) UFRGS (2) Total: 8 artigos	Privada Palotina (1) Total: 1 artigo

<p>Nordeste</p> <p>26 artigos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Universidade Federal da Paraíba- UFPB (João Pessoa-PB); 2. Universidade Estadual da Paraíba (João Pessoa-PB); 3. Universidade Federal do Piauí- UFPI (Teresina- PI e Parnaíba-PI); 4. Universidade Federal de Alagoas- UFAL (Maceió-AL); 5. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN (Natal-RN); 6. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (Recife-PE); 7. Universidade Federal de Sergipe- UFSE (Aracaju-SE); 8. Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP (Recife-PE); 9. Centro Universitário de João Pessoa- UNIPÊ (João Pessoa-PB); 10. Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte- FACEX (Natal-RN); 11. Centro Universitário Maurício de Nassau (Recife-PE); 12. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE (Belo Jardim- PE); 13. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (Natal-RN). 	<p>Pública</p> <p>UFPB (5)</p> <p>UEPB (1)</p> <p>UFPI (2)</p> <p>UFAL (1)</p> <p>UFRN (2)</p> <p>UFPE (2)</p> <p>UFSE (2)</p> <p>IFPE (1)</p> <p>TJ/RN (1)</p> <p>Total:17 artigos</p>	<p>Privada</p> <p>UNICAP (4)</p> <p>UNIPÊ (2)</p> <p>FACEX (2)</p> <p>NASSAU (1)</p> <p>Total: 9 artigos</p>
-----------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Sudeste</p> <p>20 artigos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Universidade de São Paulo- USP (Ribeirão Preto-SP); 2. Universidade de São Paulo- USP (São Paulo-SP); 3. Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR (São Carlos-SP); 4. Universidade Paulista- UNIP (São Paulo-SP); 5. Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC (Campinas-SP); 6. Centro Universitário de Jaguariúna- UNIFAJ (Jaguariúna-SP); 7. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC/RJ (Rio de Janeiro-RJ); 8. Universidade Federal de Uberlândia-UFU (Uberlândia-MG); 9. Universidade Federal Fluminense-UFF (Niterói-RJ); 10. Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM (Uberaba-MG); 11. Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo-SP); 12. Ministério Público do Estado de São Paulo-MP/SP; 13. (1) Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro- TJ/RJ. 	<p>Pública</p> <p>USP-SP (2)</p> <p>USP-RP (5)</p> <p>UFSCAR (1)</p> <p>UFU (1)</p> <p>UFF (1)</p> <p>UFTM (3)</p> <p>UPM (1)</p> <p>MP/SP (1)</p> <p>TJ/RJ (1)</p> <p>Total: 16 artigos</p>	<p>Privada</p> <p>UNIP (1)</p> <p>PUC-SP (1)</p> <p>UNIFAJ (1)</p> <p>PUC-RJ (1)</p> <p>Total: 4 artigos</p>
----------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Exterior 6 artigos	1. Universidade de Lisboa-ULISBOA (Lisboa-Portugal); 2. Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE (Lisboa-Portugal); 3. Universidade Católica do Porto-UPORTO (Porto-Portugal); 4. Universidade do Minho-UMINHO (Braga-Portugal); 5. Universidade de Angers (Angers-França); 6. Universidade de Paris (Paris-França).	Pública/Privada ULISBOA (1) ISCTE (1) UPORTO (1) UMINHO (1) ANGERS (1) PARIS (1) Total: 6 (4 Portugal e 2 França)	
Total de Produções	Nacional	46	16
Total de Produções	Internacional	6	

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

No total de artigos elaborados por Região do país e em ordem crescente, o Nordeste se sobressaiu com 26 produções; seguida do Sudeste, com 20 produções; Sul, com nove produções; Centro-Oeste, com seis produções; e a região Norte com apenas uma produção. O total geral de produções de artigos foi de 68, sendo 62 nacionais e seis internacionais. Salienta-se que o número total excede o número de artigos estudados (44), posto que houve em uma grande proporção, parcerias de mais de uma instituição na publicação de um mesmo artigo. Ou seja, foi contabilizada a produção por instituição de todos os autores dos artigos, sendo que a maioria dos artigos foram publicados com dois ou mais autores, o somatório de todas as produções vinculadas com as instituições excede o número de artigos analisados.

Na região Nordeste, os resultados apontaram para 13 instituições envolvidas nas publicações em periódicos de Psicologia, e destas, nove são públicas e quatro privadas. Do mesmo modo, a região Sudeste também teve uma boa participação, contando com publicações de 13 instituições diferentes, sendo nove instituições de cunho público e quatro da rede privada. A região Sul indicou quatro instituições envolvidas, sendo três públicas e

apenas uma privada. A região Centro-Oeste apresentou três instituições, sendo duas públicas e uma privada. A região norte foi a de menor destaque, com apenas uma instituição pública com artigo publicado. Por fim, as instituições estrangeiras tiveram publicações oriundas de seis instituições diferentes, sendo quatro de Portugal e duas da França.

Tabela 10 - Total de instituições que os autores estavam vinculados

Instituições Nacionais			Instituições Internacionais
Acadêmica Pública	Acadêmica Privada	Não Acadêmica Pública	
19	11	4	6
34			
Total de Instituições			40

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

A Tabela 10 mostrou as Universidades e Instituições que os autores estavam vinculados no momento das respectivas publicações. O resultado encontrado foi de 40 instituições diferentes, englobando Universidades Públicas, Faculdades Privadas, Tribunais de Justiça e Ministério Público. Destas, 34 são instituições brasileiras, sendo 30 Instituições de Ensino Superior, compostas por 19 públicas e 11 privadas. Outras quatro instituições são órgãos do Poder Judiciário, sendo três dos Tribunais de Justiça e uma do Ministério Público. As outras seis são Instituições de Ensino Superior Estrangeiras: duas francesas e quatro portuguesas.

Tabela 11 - Total de artigos publicados por instituição e por Estados Brasileiros

ESTADO	UNIVERSIDADE	QUANTIDADE DE ARTIGOS POR ESTADO
ALAGOAS	· Universidade Federal de Alagoas (1).	1
PARAÍBA	· Universidade Federal da Paraíba (5); · Centro Universitário de João Pessoa (2); · Universidade Estadual da Paraíba (1).	8

PERNAMBUCO	<ul style="list-style-type: none"> · Universidade Católica de Pernambuco (4); · Universidade Federal de Pernambuco (2); · Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (1); · Centro Universitário Maurício de Nassau (1). 	8
PIAUI	Universidade Federal do Piauí (2).	2
RIO GRANDE DO NORTE	<ul style="list-style-type: none"> · Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (1); · Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2). 	3
SERGIPE	· Universidade Federal de Sergipe (2).	2
SÃO PAULO	<ul style="list-style-type: none"> · Universidade de São Paulo- USP (Ribeirão Preto-SP) (5); · Universidade de São Paulo- USP (São Paulo-SP) (2); · Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR (São Carlos-SP) (1); · Universidade Paulista; - UNIP (São Paulo-SP) (1); · Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC (Campinas-SP) (1); · Centro Universitário de Jaguariúna- UNIFAJ (Jaguariúna-SP) (1); · Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo-SP) (1); · Ministério Público do Estado de São Paulo-MP/SP (1). 	13

RIO DE JANEIRO	<ul style="list-style-type: none"> · Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC/RJ (Rio de Janeiro-RJ) (1); · Universidade Federal Fluminense- UFF (Niterói-RJ) (1); · Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro- TJ/RJ (1). 	3
MINAS GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> · Universidade Federal de Uberlândia-UFU (Uberlândia-MG) (1); · Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM (Uberaba-MG) (3). 	4
PARANÁ	<ul style="list-style-type: none"> · Universidade Federal do Paraná- UFPR (Curitiba-PR) (1). 	1
RIO GRANDE DO SUL	<ul style="list-style-type: none"> · Universidade Federal de Santa Maria-UFSM (Santa Maria-RS) (5); · Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (Porto Alegre-RS) (2); · Entidade Palotina de Educação e Cultura de Santa Maria (Santa Maria-RS) (1). 	8
PARÁ	<ul style="list-style-type: none"> · Universidade Federal do Pará-UFPA (Belém-PA) (1). 	1
DISTRITO FEDERAL	<ul style="list-style-type: none"> · Universidade de Brasília-UNB (Brasília-DF) (2); · Universidade Católica de Brasília-UCB (Brasília-DF) (2); · Tribunal de Justiça do Distrito Federal (Brasília-DF) (1). 	54

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

Quanto à Região do país onde estão localizadas as unidades acadêmicas, encontraram-se os seguintes dados: das 31 unidades acadêmicas, 12 são do Nordeste,

compreendendo os Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; 13 são do Sudeste, compreendido pelos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; quatro da região Sul, compreendendo os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná; dois representados pelo Distrito Federal e por fim um da região Norte, representado pelo Estado do Pará. Quanto às 3 publicações oriundas do Poder Judiciário, estas partiram dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro, Distrito Federal e do Ministério Público do Estado de São Paulo.

No que tange à produção de artigos por Estado Brasileiro, os resultados apontaram a prevalência do Estado de São Paulo, com 14 artigos, seguido do Estado de Pernambuco com 11 artigos, posteriormente, Rio Grande do Sul com 9 artigos, Paraíba com oito artigos, Distrito Federal e Minas Gerais com quatro artigos cada um, seguidos do Rio de Janeiro com três artigos. Os Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e Piauí produziram dois artigos cada e por fim, Alagoas e Paraná, um artigo cada.

Das Universidades Brasileiras, as que obtiveram maior quantidade de publicações na amostra selecionada pela pesquisadora foi a Universidade Federal de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul (cinco artigos), e a Universidade Federal da Paraíba (cinco artigos). Com 4 artigos, cada, obteve-se a Universidade de São Paulo (USP Ribeirão Preto) e Universidade Católica de Pernambuco. A Universidade de São Paulo- SP, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Triângulo Mineiro produziram três artigos cada, as demais instituições elaboraram de um a dois artigos.

Tabela 12 - Pesquisas financiadas

Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia;	- FAPESP/CNPq
Adoção e exclusão insidiosa: o imaginário dos professores sobre a criança adotiva;	CNPq/FAPIC
Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos;	FAPESP
Recuperação desenvolvimental após a adoção: características da criança e da família adotiva.	Fundação para a Ciência e Tecnologia Fundação Bial.

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

Do total de 44 pesquisas selecionadas para o presente estudo, apenas quatro foram

subsidiadas por agências de fomento. Destas, uma recebeu incentivo da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), outra da FAPESP juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), outra financiada pelo Fundo de Apoio à Iniciação Científica (FAPIC) e CNPq e a última foi subsidiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Tais dados revelam o baixo incentivo das agências de fomento em pesquisa científica nesta área.

Tabela 13 - Total de artigos publicados com parcerias entre os autores

Autores da mesma Instituição de Ensino	17
Autores de Instituições Públicas e Privadas de Ensino (mesma cidade, mesmo Estado)	6
Autores de Instituições Públicas de Ensino Distintas (interestadual)	4
Autores de Instituições de Ensino e Instituições não acadêmicas	3
Autores de Instituições Públicas de Ensino Distintas (mesma cidade ou mesmo Estado)	2
Autores de Instituições Privadas Distintas (interestadual)	1
Autores de Instituições de Ensino (Brasil e Portugal)	1
Parceria com instituições – Portugal (interuniversidades Porto e Braga)	1
Parceria com instituições – França (interuniversidades Angers e Paris)	1
TOTAL	36

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

No que se referiu às parcerias entre as instituições na produção de artigos científicos, obteve-se, neste estudo, o total de 17 artigos produzidos por autores que estavam vinculados à mesma instituição acadêmica. Outros seis artigos foram resultados da parceria entre instituições acadêmicas da rede pública e privada do mesmo estado, quatro foram decorrentes da parceria de autores de instituições públicas de ensino distinto e interestadual, três por

autores de instituições de ensino em parceria com instituições não acadêmicas, dois por autores de instituições públicas de ensino distintas, sendo da mesma cidade ou mesmo Estado. Dos restantes, um foi escrito por autores de instituições privadas distintas e interestaduais, um por autores de instituições de ensino brasileiro e português, um por autores de instituições distintas de Porto e Braga e por fim, um artigo foi fruto da parceria entre autores franceses das Universidades de Angers e Paris. Esses dados revelam que a grande maioria dos autores publicam com autores da mesma instituição, mas também pôde-se observar parceria entre diferentes instituições, tanto universidades públicas quanto privadas, e até mesmo instituições não acadêmicas, apontando ser esta temática estudada em diversos ambientes que não apenas o acadêmico.

5.4 Análise dos Artigos

Após a leitura e análise de todos os artigos estudados², seguindo as etapas sistematizadas da metassíntese, foram elaboradas duas grandes categorias conforme o método: pesquisas de campo e pesquisas teóricas e documentais. Na categoria pesquisas de campo foram criadas subcategorias segundo o público participante: a) *famílias e crianças*; b) *profissionais* e; c) *população em geral*. A Tabela 13 demonstra de que forma ficaram organizadas as categorias e subcategorias.

Tabela 14 - Organização das categorias e subcategorias

CATEGORIAS	TÍTULOS DOS ARTIGOS
<u>Pesquisas de Campo (38)</u>	
<u>Pesquisas Teóricas (6)</u>	
a) Subcategoria <i>famílias e crianças</i> Total: 23	1 - Adoção tardia: uma visão comparativa. 2 - Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. 3 - Reflexão Social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. 4 - A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências

²Na “**Tabela 6** - Lista de artigos da amostra final em ordem temporal” encontra-se a lista com a referência de todos os artigos estudados, para possíveis consultas por parte do leitor.

das famílias adotantes.

5 - Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia.

6 - A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção.

7 - A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos.

8 - Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança.

9 - A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção.

10 - Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência.

11 - Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos.

12 - Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade.

13 - A adoção de crianças por gays.

14 - Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos.

15 - A construção cultural de significados sobre adoção: um processo semiótico.

16 - Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homo afetiva.

17 - Homoparentalidade e adoção: (RE) afirmando seu lugar como família.

18 - Adoção e mito: os destinos do mito familiar na cena da família contemporânea. Estudo a partir de um caso clínico de adoção na França atual.

19 - Adoção e psicanálise: a escuta do desejo de filiação.

20 - “Doeu muito em mim!” Vivência da entrega de um filho para adoção na visão de mães doadoras.

21 - Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais.

	<p>22 - A trajetória de adoção de uma criança por um casal de lésbicas.</p> <p>23 - Construção e validação de instrumento para prática interventiva na adoção.</p>
<p>b) Subcategoria <i>profissionais</i></p> <p>Total: 9</p>	<p>1 - A subjetividade presente no estudo psicossocial da Adoção.</p> <p>2 - Adoção e exclusão insidiosa: o imaginário de professores sobre a criança adotiva.</p> <p>3 - O impacto da Nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de Psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas.</p> <p>4 - Adoção e preparação infantil na percepção dos profissionais do juizado da infância e juventude de Belém-PA.</p> <p>5 - O acolhimento institucional na perspectiva da nova lei da adoção.</p> <p>6 - Entregar o filho para adoção é abandoná-lo? Concepção de Profissionais da Saúde.</p> <p>7 - Quero entregar meu bebê para adoção: O manejo de profissionais da saúde.</p> <p>8 - A equipe psicossocial na colocação da criança nos processos de adoção.</p> <p>9 - A nova lei nacional de adoção: desafios para a reinserção familiar.</p>
<p>C) Subcategoria <i>população em geral</i></p> <p>Total: 6</p>	<p>1- Percepção de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção.</p> <p>2 - Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia.</p> <p>3 - O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homo afetivas.</p> <p>4 - Adoção homo parental e preconceito: crenças de</p>

	<p>estudantes de direito e serviço social.</p> <p>5 - Escala de atitudes frente à adoção: construção e validação.</p> <p>6 - Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais.</p>
<p>Pesquisas Teóricas</p> <p>Total:6</p>	<p>1 - A adoção na mídia: revisão da literatura nacional e internacional.</p> <p>2 - A demanda nos processos de habilitação para adoção e a função dos dispositivos judiciais.</p> <p>3 - A adoção no Brasil: algumas reflexões.</p> <p>4 - Adoção e mídia televisiva: a telenovela amor à vida em análise.</p> <p>5 - Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: revisão da literatura.</p> <p>6 - Recuperação desenvolvimental após a adoção: características da criança e da família adotiva.</p>

Fonte: Elaboração autoral, 2019.

5.4.1 Pesquisas de Campo

5.4.1.1 Famílias e crianças

Nesta categoria foram identificados 23 artigos, e as temáticas mais prevalentes foram: adoção tardia — Ebrahim (2001a, 2001b); Costa e Rosseti-Ferreira (2007); Sampaio, Magalhães e Feres-Carneiro (2018); Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013); Lyra e Valério (2014) —; adoção tardia e internacional — Combier e Binkoski (2017) —; adoção tardia e construção de instrumento técnico — Dugnani e Marques (2011) —; adoção tardia e homoparentalidade — Dantas e Ferreira (2015) —; adoção e homoparentalidade — Veríssimo, Amazona e Lourenço (2013); Machin (2016) —; homoparentalidade e adoção de crianças com necessidades especiais — Tombolato, Maia e Santos (2019) —; adoção de crianças com necessidades especiais — Fonseca, Santos e Dias, 2009) —; características de mães adotivas (— Reppold e Hutz (2003) —; importância do Grupo de Apoio a Adoção para as famílias — Sequeira (2014) —; avaliação do processo de adoção pela família — Costa e Campos (2003) —; adoção por família monoparental — Santos (2011) —; adoção por família

com filhos biológicos —Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012) —; adoção por mulheres férteis e homens inférteis — Maux e Dutra (2009) —; entrega voluntária de filhos para adoção — Faraj, Machado, Siqueira e Campeol (2017) —; expectativas da família sobre a adoção — Oliveira, Souto e Silva (2017) —; prática clínica com crianças e adolescentes adotados — Rosa, (2010) —; criança institucionalizada aptas à adoção — Oliveira e Próchno (2010).

Os dois artigos de Ebrahim (2001a, 2001b) tratam da temática da adoção tardia. Em um deles (2001a), o objetivo foi averiguar se existem diferenças entre os adotantes que optaram por adoções tardias e os que realizaram adoções convencionais. A autora realizou a pesquisa com 82 mães adotivas, sendo 27 adotantes tardios, caracterizados por “mães adotantes de crianças com faixa etária acima dos dois anos de idade”, e 55 adotantes convencionais, conceituados como “adotantes de bebês e crianças até os dois anos de idade”. Foi enviado, via Correio, para famílias adotivas um questionário sobre adoção com questões abertas e fechadas, que investigaram o perfil das crianças, processo de habilitação, preparação, dentre outros quesitos inerentes ao processo de adoção por vias legais. A autora concluiu que os adotantes tardios enfrentam maiores dificuldades nas etapas do estágio de convivência, período de adaptação e pós-concessão da guarda provisória, no entanto, a minoria de seus participantes desistiu do processo, o que indicou um resultado satisfatório frente à adoção tardia.

A outra pesquisa realizada pela mesma autora (EBRAHIM, 2001b) teve como objetivo comparar adotantes de crianças maiores de dois anos com pais que efetuaram adoções de bebês. A amostra foi composta por 82 mães adotivas, sendo 27 classificadas como adotantes tardias e 55 adotantes como convencionais. Pode-se perceber que a amostra foi a mesma do trabalho descrito anteriormente. Como instrumento foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas contendo os dados pessoais dos participantes, perguntas relativas à adoção, bem como questões a respeito de maturidade, estabilidade emocional e altruísmo. A pesquisadora concluiu que com relação à maturidade, estabilidade emocional e altruísmo houve uma diferença significativa entre os dois grupos. O nível de altruísmo foi mais elevado entre os adotantes tardios. A maturidade e a estabilidade emocional compuseram um elemento de diferenciação entre os dois grupos, com os adotantes tardios mostrando-se mais maduros e estáveis emocionalmente do que os adotantes convencionais. O referencial teórico das duas pesquisas foi o de Weber (1995, 1996, 1997).

A pesquisa intitulada “Pedras no caminho da adoção tardia”, de autoria de Sampaio, Magalhães e Feres-Carneiro (2018), objetivou a investigação do período de adaptações e de

construções dos vínculos parento-filiais em casos de adoções tardias. O estudo contou com 10 sujeitos, sendo três homens e sete mulheres que realizaram adoção de crianças maiores de dois anos de idade. Como procedimento, utilizou-se de entrevista com roteiro semiestruturado e análise foi realizada pelo método da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). No que diz respeito aos resultados, os entrevistados declararam que as maiores dificuldades encontradas durante o período de adaptação e de estabelecimento dos vínculos afetivos foram as seguintes: não conhecimento acerca das informações do desenvolvimento inicial da vida das crianças, comportamento agressivo da criança, dificuldades de cumprimento de regras e imposição da autoridade, a falta de segurança jurídica, o atraso escolar e problemas quanto à adaptação da rotina familiar. A forma como os pais acolheram as dificuldades, integrando história pregressa e atual, na tentativa de reconstrução do ambiente familiar perdido, foi relatada como de extrema importância para a construção e manutenção do vínculo parento-filial. Foi concluído que a vivência do processo adaptativo nas adoções de crianças maiores é de fato um caminho de pedras, posto que a criança já chega com uma bagagem de experiência de sua história inicial, vivenciada na família biológica ou nos serviços de acolhimento. O medo dos costumes trazidos pela criança, foi bastante presente nas narrativas parentais. Para a maioria dos respondentes, a participação nos Grupos de Apoio à Adoção, as leituras sobre o tema e as palestras com profissionais ajudaram a desmistificar as fantasias sobre as interferências no processo de adoção tardia. Por fim, acrescentou-se que as conclusões não podem ser interpretadas de maneira generalizada, posto que a amostra foi pequena, o que abriu a lacuna para o desenvolvimento de maiores pesquisas sobre este eixo temático tão importante.

Uma outra pesquisa, realizada por Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013) tratou de um recorte de um projeto mais amplo que investigou as motivações para a adoção em casais que já tinham filhos biológicos. Neste recorte, o estudo foi de uma adoção bem atípica, cujo objetivo foi de conhecer a experiência de um casal divorciado com três filhos biológicos, que após o rompimento conjugal, realizou a adoção de um adolescente com 17 anos de idade e mantiveram seus papéis sociais de cuidadores parentais. A pesquisa foi caracterizada pelos autores como um estudo descritivo, exploratório e transversal desenvolvido sob o enfoque de pesquisa qualitativa, mais especificamente um estudo de caso realizado através de entrevista individual semiestruturada e embasada no referencial teórico da Psicanálise Winnicottiana. O instrumento adotado foi um questionário de caracterização sociodemográfico e roteiro de entrevista semiestruturada com questões abertas. O método selecionado de tratamentos de dados foi o da análise de conteúdo, temática, descrita por Trivinos (1997). Com relação ao

filho adotivo, os entrevistados relataram que tiveram como motivação o desejo de ajudar e oportunizar a alguém o direito de viver em família, relataram sobre a experiência vivenciada com o filho adotivo, quando o mesmo testou o amor dos pais, reagindo com ódio em relação às normas e valores familiares, porém, compreenderam que o episódio representou muito mais características da adolescência do que da condição de ser filho biológico ou adotivo. Desse modo, os entrevistados desmistificaram a crença sobre a adoção tardia, enfrentaram preconceitos por parte dos colegas da família e demonstraram que não havia diferenças no tratamento dos filhos. Os pesquisadores concluíram neste estudo que a situação de divórcio do casal não impediu o sucesso da adoção e a efetividade dos papéis parentais, o esteio foi o vínculo afetivo, respeitoso e amistoso que existe na família, capaz de sobreviver à dissolução do vínculo conjugal, permitindo-nos evidenciar o quanto as pré-concepções do senso comum podem afetar o comportamento dos adotantes e, sobretudo, o quanto tal temática merece ser conhecida, discutida e esclarecida.

A pesquisa de Costa e Rosseti-Ferreira (2007) tratou da parentalidade na adoção tardia e objetivou analisar a produção discursiva de um casal ao longo do processo de adoção tardia de duas irmãs, o que foi possível por intermédio de entrevistas abertas realizadas em etapas diferentes do decorrer do processo adotivo. Além disso, houve o convite para a realização de um diário pessoal, registro livre, onde poderiam ser escritas ideias, lembranças e acontecimentos que os participantes julgassem importantes no seu processo de construção de figuras parentais. A pesquisa teve como aporte teórico-metodológico a Rede de Significações (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA e CARVALHO, 2004), conectado com o referencial da produção de sentidos nas práticas discursivas (SPINK, 1999). Foram selecionados dois momentos relevantes para a organização da análise das entrevistas: o período antes da chegada das filhas e o período pós-chegada delas. No primeiro, o casal expressou o desejo de serem pais de uma menina, os problemas de infertilidade que atrapalharam os planos do casal sendo este a motivação apresentada pela opção da adoção. Posteriormente, discutiram sobre o estágio de convivência com as irmãs. No segundo momento, as narrativas foram relacionadas à chegada das filhas adotivas na família e à inesperada surpresa da gravidez por via natural. No que se relaciona com o sentido de maternidade e paternidade, concluiu-se que a filiação adotiva traz especificidades não presentes na filiação biológica. O estudo de caso apresentado se caracterizou como um tornar-se pai e mãe dentro de um período de guarda provisória, em uma adoção tardia e de grupo de irmãos, e nesta esteira, percebeu-se que a construção do vínculo ocorreu de maneira gradual. Os pais adotivos tiveram muitas dificuldades no processo da adoção tardia,

sobretudo com uma das filhas, que se mostrava hostil, rebelde e competitiva tanto em relação à irmã, quanto disputando o amor do pai com a mãe adotiva, fazendo com que o casal construísse as relações de parentalidade experimentando sentimentos diversificados e em diferentes etapas, o que exigiu paciência, perseverança e sabedoria por parte do casal em tela.

A pesquisa de Lyra e Valério (2014) teve como objetivo compreender o processo de construção de significados em um caso de adoção tardia satisfatória, de forma a investigar a dinâmica entre os significados que existem na cultura coletiva e pessoal. A pesquisa tratou-se de um estudo de caso de um familiar, a partir da perspectiva semiótica da Psicologia Cultural (VALSINER, 2007). A família adotante indicou quatro pessoas da família extensa, e uma tia que convive com as sobrinhas adotivas foi a selecionada pelas pesquisadoras. Com a experiência adotiva de tornar-se tia, foi observado pelo sujeito participante que os significados construídos revelaram uma aceitação das crianças adotadas na percepção da tia: que elas são amadas por todos os membros das famílias; que foram acolhidas e inseridas na história das famílias de seus pais; que não recebem tratamento diferenciado ou superproteção pelos pais por serem adotivas; que as crianças (quatro e cinco anos) sabem que são filhas adotivas e que, no futuro, também segundo a percepção da tia, elas irão aceitar com naturalidade. Por fim, a tia definiu a adoção das suas sobrinhas como uma experiência tão positiva que a fez esquecer-se de todos os mitos e preconceitos que ela apresentava. Concluiu-se que na cultura coletiva aparecem mitos e histórias sobre adoção, e a forma como a mídia noticia casos de assassinatos dos pais por um filho adotivo ou como uma novela aborda de forma preconceituosa a filiação adotiva, reforça mitos e preconceitos. No caso da entrevistada, a ambivalência apareceu por meio do mediador semiótico incompatível, fazendo com que a mesma construísse e reconstruísse seus significados sobre a adoção. Deste modo, a análise efetuada pelas pesquisadoras sugeriu que a construção de significados é um processo em constante transformação situado em um espaço específico que é tanto coletivo, quanto pessoal.

Combiere e Binkowski (2017) realizaram uma pesquisa que objetivou a exploração das questões psíquicas conjugais e familiares mobilizadas quando de uma filiação adotiva, ocorrida na França. O estudo de caso foi desenvolvido a partir do encontro com uma família adotiva na França. Não foi informado o referencial teórico, método e procedimento de forma explícita no artigo. O caso apresentado englobou muitas das problemáticas acompanhadas por clínicos e profissionais do cuidado psicossocial na França, onde questões relativas às dimensões interculturais agitam os debates teóricos da área da Psicologia. O caso explorou a adoção de um menino de origem asiática com nove anos de idade e que fora adotado aos

cinco anos, apresentando problemas de aprendizagem, embora tivesse sido submetido a exame cognitivo que constatou competências satisfatórias. Em outros aspectos de sua vida, mostrava-se discreto, inibido e amante do futebol. O menino se mostrou retraído na primeira consulta e o discurso dos pais foi repleto de frustrações e palavras amargas no que dizia respeito ao filho, sobretudo na preocupação de que no futuro o garoto conseguisse diploma e estabilidade profissional. A motivação para a adoção foi a “infertilidade inexplicada” constatada após muitas tentativas de fertilização assistida, entretanto a mãe manifestou a motivação como gesto de solidariedade, deixando claro o mito da criança salva e dos pais salvadores. O casal mencionou ainda sobre os custos durante o processo adotivo, já que a criança morava na China. As pesquisadoras destacaram que os pais se recusaram a saber de todo o histórico de vida do filho quando convidados pela instituição de acolhimento, declararam medo de saber a verdade. As pesquisadoras concluíram que o discurso parental acerca do filho foi ambivalente, ora sendo declarado como criança maravilhosa, ora como filho decepcionante, incapaz de recompensar os esforços sobretudo financeiro dos pais “salva-vidas”. A criança foi paulatinamente tomando a palavra durante o estudo, tentando conquistar um lugar no qual sua história pudesse ser esclarecida e revisitada. Foi considerado por fim, que é fundamental um processo de adoção recíproco entre pais e filhos.

A pesquisa de Dugnani e Marques (2011) teve como objetivo construir um instrumento técnico a ser usado no processo de adoção. O presente estudo contou com uma amostra composta por 23 colaboradores, divididos de acordo com o objetivo. Para a realização da análise de conteúdo, participaram 10 Juízes de Direito, peritos na área de adoção, 11 pais e mães adotivos colaboraram com a análise semântica, dois colaboradores que realizaram adoção tardia participaram da aplicação-piloto para adequações. A investigação foi desenvolvida junto ao Setor Técnico de uma Comarca e nas residências dos adotantes participantes. O documento obteve 45 questões, abertas e fechadas. Através da análise semântica, foi constatada a necessidade da aplicação do formulário ser realizada de maneira individualizada, ou seja, com o pai e com a mãe separadamente, este aspecto foi reforçado na aplicação da versão reestruturada (final) na testagem-piloto do instrumento. A opção por esta forma de administração buscou identificar a visão dos pais diante da prática efetiva no processo de adoção, suas responsabilidades e atribuições de tarefas. Ancoradas na necessidade social e prática satisfatória de profissionais que atuam na intervenção e orientação de pais pretendentes à adoção, as autoras deslumbraram a construção de um instrumento com informações sistematizadas na prática da adoção tardia. Sendo assim, a partir da aplicação de procedimentos científicos e técnicas psicométricas, foi possível obter

um instrumento, por meio dos quais informações objetivas e válidas sobre vários questionamentos referentes à adoção, mais especificamente à adoção tardia, poderão ser viabilizadas. Segmentos técnicos do setor judiciário, instituições de acolhimento bem como os grupos de apoio à adoção poderão lançar mão deste recurso técnico a fim de sustentar uma prática adequada e satisfatória na condução do processo de adoção.

A pesquisa de Dantas e Ferreira (2015) teve como eixos centrais a parentalidade dentro de um contexto de adoção tardia e homo parental. Objetivou investigar a produção de sentidos entre pais homoafetivos e filhos provenientes de adoção tardia. O estudo de caso foi feito com uma família homoafetiva, constituída de dois pais e dois filhos, adotados tardiamente, com idades de seis e sete anos. Foram realizadas entrevistas e a análise baseou-se na busca dos núcleos de significação propostos por Aguiar e Ozella (2006). No que se referiu aos procedimentos de pesquisa, inicialmente, os pais convidados foram orientados a realizarem a leitura do livro "Bebê do Coração" (LAUFER, 2002) para os filhos, em seguida, foi sugerido que pais e filhos debatessem sobre o livro. Seguindo a leitura da história, foi sugerido ainda que os pais, junto com seus filhos, contassem a história da adoção vivenciada por eles. Neste momento, a pesquisadora também fez intervenções a partir de uma entrevista não estruturada ou aberta com a finalidade de ampliar e contextualizar os discursos produzidos, observando possíveis reformulações, contradições e contemplando o papel ativo dos entrevistados/entrevistador. Salientou-se que as crianças sabiam das suas condições de filhos adotados, anteriormente à pesquisa. Os autores concluíram que neste estudo de caso, a paternagem implicou em ensinar aos filhos a amarem e aceitarem os pais, independentemente da identidade sexual. Por outro lado, os filhos iniciaram o desenvolvimento no sentido de filiação indagando aos pais sobre as diferenças existentes entre a família deles e as outras famílias. À medida que estas indagações foram respondidas pelos pais adotivos, foram produzidos novos sentidos que prepararam os filhos para enfrentar o estranhamento social ainda causado pela família homoparental.

A pesquisa de Veríssimo, Amazonas e Lourenço (2013) teve como objetivo investigar como surgiu o desejo de parentalidade em gays (referência a homens e mulheres homossexuais e bissexuais na pesquisa), a forma como foi construída a paternidade e ainda como lidaram com os momentos de segredos e revelações entre pais e filhos. A pesquisa foi composta por três participantes do sexo masculino, que se autodeclararam gays e que realizaram adoções ou se consideraram pais socioafetivos. Tratou-se de um estudo qualitativo, com aplicação de entrevistas semidirigidas individuais e análise por meio do método da Análise de Conteúdo. Três temáticas foram escolhidas e trabalhadas a partir dos

dados das entrevistas: (a) o desejo de se tornar pai; (b) a construção do sentimento de paternidade; e (c) os segredos e as revelações. Quanto aos resultados, verificou-se que o desejo de ter um filho surgiu distintamente em cada pai e a maneira como os pais abordaram os assuntos relacionados à própria sexualidade para com os filhos dependeram de como eles próprios experienciam e lidam com ela, desta forma a revelação pôde ser vista como difícil ou ausente de qualquer sofrimento, conforme as narrativas dos entrevistados. No que tange à revelação da adoção, todos os pais revelaram de forma gradual aos filhos sobre sua origem, a revelação pareceu não ter sido traumática em nenhum dos casos. Para alcançar a parentalidade, as estratégias dos participantes variaram desde o enfrentamento das dificuldades, assumindo sua orientação afetivo-sexual, ao ocultamento desta, a fim de atenuar conflitos na vida familiar e social. Apareceram os medos inerentes de revelar ao filho acerca da sua história inicial e o fantasma de perder o filho para os genitores também esteve presente na adoção por gays, demonstrando que se trata de um fenômeno comum nas relações parentais, não sendo exclusivo dos filhos de casais homo orientados. Os pesquisadores concluíram que a experiência adotiva acionou muitos elementos novos nas vidas desses pais que, em busca da conservação de suas novas famílias, mantêm um forte vínculo afetivo com seus filhos adotivos que foram desejados, amados e, dia após dia, conquistados, não vendo na discriminação sexista empecilhos suficientes para atenuar o amor que cultivam na relação com eles.

A pesquisa de Machin (2016) teve como temática a homoparentalidade na adoção. O objetivo do estudo foi investigar os tipos de demandas por adoção e as concepções sobre família formuladas por casais homo afetivos. A pesquisa foi baseada em um estudo qualitativo que abordou as temáticas da adoção em configurações familiares homossexuais. Foram utilizados os dados empíricos advindos de entrevistas com 12 casais de mesmo sexo, sendo nove de homens e três de mulheres, incluindo casais com projeto de adoção (nove ao todo - em elaboração ou já submetidos à justiça) e aqueles que já tinham adotado (dois casais gays e um de lésbicas). Os entrevistados foram localizados por meio de contatos com comunidades de LGBTT e redes de pessoas conhecidas da pesquisadora. Nas narrativas produzidas sobre o desejo de ter filhos, sobressaiu um projeto conjunto que vinculou a história pessoal com o interesse pela maternidade/paternidade. Ter um filho foi visto como um importante passo no reconhecimento e afirmação da família construída, inclusive possibilitando uma (re)aproximação com suas famílias de origem, quando a descoberta da sexualidade teria provocado afastamentos. As narrativas revelaram que a adoção legal prevalece como escolha baseada na importância do reconhecimento legal das famílias e do

bem-estar da criança acolhida. Manifestaram igualmente receio de que a opção por outros arranjos utilizados para viabilizar a chegada de um filho possa criar vulnerabilidades para o casal e a criança, por temerem que a força dos laços biológicos se sobreponha ao vínculo social ou dispositivo legal. No discurso dos casais sobressaiu a percepção da adoção como um compromisso social. Nesse sentido, foi importante destacar que os casais (gays e lésbicas) entrevistados buscavam crianças para adoção fora dos perfis mais demandados no país, demonstrando maior abertura pela acolhida de crianças com perfil fenotípico distintos dos integrantes do casal (em particular, quanto à etnia/raça), portadoras de necessidades especiais ou com problemas de saúde. Por fim, a autora do presente artigo concluiu que se de um lado a adoção por gays e lésbicas ainda conserva a normatividade quanto ao gênero e a heteronormatividade presente na família patriarcal/tradicional, por outro lado instiga a sociedade e a desafia à reflexão quanto aos modelos de gênero e de relações parentais.

A pesquisa de Tombolato, Maia e Santos (2019) abordou um estudo de caso cujo objetivo foi analisar o percurso do processo adotivo de uma criança especial realizado por um casal de lésbicas. No estudo de caso realizado segundo os fundamentos de Stake (2005) foi utilizada a entrevista semiestruturada e um questionário, e os dados foram submetidos à análise temática conforme Braun e Clarke (2006). Os resultados apontaram que as entrevistadas desejaram exercer a maternidade, para uma delas, o desejo cresceu quando uma cunhada engravidou, a outra se preocupou com a sua idade, não ficar velha para ser mãe. O casal relatou que antes mesmo de se habilitarem à adoção por via judicial, decidiram participar do Programa de Apadrinhamento e visitaram duas instituições. Em uma delas foram mal recebidas e tiveram a solicitação indeferida, ambas acreditam que o motivo do indeferimento foi por serem lésbicas. No outro abrigo, foram bem recebidas e foi lá que conhecerem a criança que viria a ser filha do casal. Em virtude das experiências, o casal, que havia solicitado um perfil de criança do sexo masculino e de até dois anos, foi reconfigurando suas predileções até chegarem ao perfil da filha, bebê e portadora de microcefalia. Devido à espera no CNA, o casal chegou a pensar em realizar inseminação artificial, contudo, o perfil da criança não foi disputado pelos pretendentes inscritos no CNA e não foi difícil a consolidação da guarda em nome das duas mães. As narrativas do casal sobre a vivência geral da adoção foram permeadas de obstáculos, sobretudo pela saúde delicada da filha, preconceitos, mas de muita emoção por terem se realizado enquanto mães e família. Os pesquisadores concluíram que a pesquisa contribuiu no sentido de esmiuçar todo o percurso vivenciado por pessoas adotantes, mas especificamente as de orientação sexual que não a heteronormativa. Ressaltaram ainda o quanto as mães adotivas surpreenderam com o

aceleramento dos trâmites legais por parte do Fórum, quando se tratou de uma criança com necessidades especiais. Nessa perspectiva, as pesquisadoras reconheceram as limitações do estudo, um deles foi o fato do estudo de caso ter abordado apenas uma família.

A pesquisa de Fonseca, Santos e Dias (2009) objetivou compreender as experiências de pais adotivos de crianças com necessidades especiais. Quanto ao procedimento metodológico, foi utilizado um roteiro de entrevista semi-dirigido com seis pais adotivos de crianças especiais, sendo cinco mães e um pai, que foram indicados por Grupo de Apoio à Adoção ou foram convidados por serem conhecidos das pesquisadoras. De acordo com os resultados da pesquisa, a motivação dos pais diante da adoção de crianças especiais se deu por motivos diversos, assim como ocorre na adoção de crianças não especiais. Quanto à adaptação, a maioria dos respondentes afirmou que foi algo positivo, o que pode ser justificado pelo fato de cinco crianças terem sido adotadas quando bebês. Já pelas dificuldades encontradas, os entrevistados responderam que foram diversas, tais como encontrar um cuidador(a) para a criança, demora no processo de adoção, preconceito, baixa condição socioeconômica e não aceitação da adoção por parte de um dos cônjuges. Em relação aos sentimentos experimentados, todos os participantes declararam um sentimento de satisfação e realização frente à adoção. A autora complementou que estes pais atravessaram dois obstáculos grandes: o primeiro, considerado como o fato de adotar, posto que este ato normalmente é cerceado por dificuldades; e o segundo por adotarem crianças especiais, o que nos faz refletir que o êxito da adoção depende muito da maneira como os pais lidam com a situação e nos confirma que todas as crianças são adotáveis. Quanto à evolução dos filhos, todos os respondentes relataram que os filhos evoluíram em relação aos comprometimentos advindos das deficiências de cada um. Por meio das narrativas, foi verificado sentimento de respeito, alegria e valorização de cada conquista dos filhos, por menor que tenha sido a evolução. Os autores do artigo concluíram que os pais adotivos encontraram muitas dificuldades e sofreram muitos preconceitos, entretanto não desanimaram e procuraram ajudar os filhos a superarem seus obstáculos. Pôde-se perceber, sobretudo nas narrativas dos participantes em condição socioeconômica menos favorecida, a necessidade de apoio social, tendo em vista que por terem menor recurso financeiro, sentiram dificuldades em conseguir os acompanhamentos necessários às demandas dos filhos. Por fim, os autores salientaram que os pais alegaram não existir razão para se sentirem tristes ou envergonhados perante às limitações no desenvolvimento dos filhos, pois os amam em suas singularidades.

A pesquisa de Reppold e Hutz (2003) tratou sobre a reflexão social, o controle

percebido e as motivações frente à adoção. O objetivo foi investigar características psicossociais de mães adotivas, como as motivações à adoção, o nível de julgamento moral, as crenças de *locus* de controle (crenças sobre os comportamentos e eventos cotidianos que ocorrem com o indivíduo ou com o ambiente onde está inserido) e a percepção de apoio social. A composição da amostra englobou 40 mulheres, sendo 20 mães adotivas e 20 mães biológicas. Os dados foram coletados a partir de um questionário contendo informações referentes às características pessoais, familiares e socioeconômicas, bem como à percepção do apoio social recebido após o nascimento ou adoção do filho. No grupo adotivo, a ficha descritiva incluía, ainda, alguns itens relativos ao histórico da adoção realizada. Os demais instrumentos utilizados neste estudo foram a Escala Multidimensional de *Locus* de Controle de Levenson (DELA COLETA, 1987) e a adaptação brasileira do *Sociomoral Reflection Objective Measure* (BIAGGIO & BARRETO, 1991). Os resultados apontaram que as mulheres separadas ou divorciadas demonstraram maior autoconfiança e independência, no sentido da não necessidade de aprovação social perante a adoção. Uma outra diferença significativa foi obtida entre o grau de instrução das participantes e seu nível de julgamento moral, podendo-se cogitar que quanto maior o grau de escolaridade, maior desenvolvimento da maturidade da reflexão social. Foi pontuada a discriminação associada à adoção e grande situação de preconceito vivenciada por parte das famílias adotantes, inclusive no apoio social recebido por parte da família durante e após a adoção. Foi destacado que 40% da amostra não tinha filho biológico, mas alegou outras motivações para a adoção que não a infertilidade, sendo assim, os autores concluíram que pode ser possível que as causas mencionadas tenham sido ditas em busca da resposta mais “politicamente correta” frente à pesquisa, ou seja, uma maneira de encobrir a frustração da impossibilidade de gerar filhos. Por fim, os autores concluíram que não existiram grandes diferenciações entre os dois grupos maternos nos itens analisados: respeito ao nível de julgamento moral, *locus* de controle, e motivações para a adoção, as diferenças foram acentuadas mais em relação ao nível de escolaridade e o julgamento moral e ao estado civil no que diz respeito à maior segurança emocional por parte das mulheres separadas e divorciadas frente à adoção.

A pesquisa desenvolvida por Costa e Campos (2003) tratou sobre a avaliação psicossocial no processo adotivo. O estudo foi embasado na proposta metodológica da investigação qualitativa de González-Rey (1999) e teve como objetivo investigar a experiência de famílias adotantes por vias legais e a relação ocorrida com o Poder Judiciário. O instrumento utilizado selecionado foi a entrevista de grupo focal de Fontana e Frey (1994), por meio de roteiro de entrevista composto por quatro questões abertas. Os sujeitos da

investigação foram duas famílias que já haviam passado pelo processo de estudo psicossocial de inscrição e de adoção no Setor de Adoção, ambas com parecer técnico favorável à adoção e sem filhos biológicos. Foi realizado um único encontro, conduzido por uma das pesquisadoras e por dois observadores. Foram elencadas cinco dimensões para a análise, a saber: motivação, condição socioeconômica, amor e vínculo, prioridade para os casais sem filhos e o perfil compatível da criança. Quanto à motivação das famílias, foi possível identificar que existem diferentes motivações para a decisão de adotar, foram mencionados o desejo de ter um filho(a), oportunizar uma família para alguém, amar uma criança e pressão social pelo exercício da parentalidade. No aspecto da condição socioeconômica, as famílias entrevistadas relataram que reconheceram a importância de o estudo psicossocial avaliar as condições materiais e financeiras dos habilitados à adoção, entretanto, confessaram receio e insegurança quando foram avaliados e visitados pela equipe técnica do poder judiciário. Além disto, acreditaram que o poder socioeconômico deve ser visto como um peso secundário no processo, sendo o principal peso o amor e o vínculo com a criança pretendida. A categoria amor e vínculo foi enfatizada como prioridade no trâmite da adoção pelas famílias, ambas citaram que sentiram receio de perder o vínculo com a criança caso a adoção não tivesse se concretizado. No quesito da prioridade para os casais sem filhos, os resultados demonstraram que as famílias propuseram que isto deveria ser avaliado como prioridade por parte da avaliação psicossocial, as pesquisadoras compreenderam isto como associar o filho a um “prêmio”, no sentido de que, quem já possui, não precisa de outro. Quanto ao perfil compatível entre criança e família pretendida, as famílias entendem como necessário, uma família opinou que a equipe técnica deve ter a habilidade de ajustar a criança à família no que concerne às características físicas, posto que acreditam que se trata de uma medida de proteção à família e à criança adotada, no sentido de que assim terão menos chances de serem afetados pelos possíveis questionamentos da sociedade frente às características dela e de seus pais substitutos. As pesquisadoras concluíram que foi perceptível nas famílias a certeza de que a adoção por meio legal traz confiança e segurança, foi declarada pelas famílias a consciência na capacidade técnica dos profissionais do Juizado da Infância e Juventude, no entendimento de que o estudo psicossocial é uma ferramenta que pode corroborar para uma adoção exitosa. Embora tenham experienciado a sensação de vulnerabilidade e vasculhamento diante do estudo psicossocial, entendem como algo necessário.

A pesquisa de Otuka Scorsolini-Comin, e Santos (2012) objetivou investigar a experiência adotiva de um bebê de quatro meses por um casal juntos há 20 anos e com três filhos biológicos com 16, 18 e 20 anos de idade. A estratégia metodológica adotada foi o

estudo de caso ancorado no referencial Winnicottiano. Para a coleta de dados, foram utilizados um questionário de caracterização sociodemográfica e um roteiro de entrevista semi-estruturada. O método empregado para o tratamento dos dados foi a análise de conteúdo temática (TRIVIÑOS, 1987) e a interpretação dos dados apoiou-se no referencial psicanalítico Winnicottiano. A respeito da intenção de adotar, o casal afirmou que ocorreu sem planejamento prévio, a mãe apresentou como principal motivação para a adoção o seu desejo de ajudar o próximo, porém, em seu discurso ficou claro o desejo de ter mais filhos, o que demonstrou que o simples desejo de ajudar não se constituiu como o único fator motivador para a adoção. O pai alegou que a decisão inicial da adoção foi tomada unicamente pela esposa. Dessa maneira, os autores notaram uma clara diferenciação entre as motivações. Foi relatado que a reação dos filhos biológicos ante a decisão de adotar caracterizou-se por uma resistência inicial, por parte do filho mais velho e com o passar do tempo houve um processo gradual de construção vincular. No que diz respeito à forma como vivenciaram o exercício da parentalidade adotiva, o casal relatou as complicações de saúde do filho em seu início de vida, destacaram o preconceito que sofreram por parte da família, confessaram a dificuldade de revelar ao filho sua história original e temeram a perda do mesmo em detrimento da família biológica. Ademais, os pais fizeram referência às dificuldades escolares e comportamentais do filho adotivo, as semelhanças e diferenças físicas foram enfatizadas, mas justificadas pela igualdade de tratamento entre os filhos. Para os pesquisadores, o estudo revelou que os pais vivenciaram o processo com grande carga emocional e sentimentos ambivalentes por parte da família. Foi concluído pelos autores que a forma pela qual ocorre uma adoção, a motivação, e a maneira como a família substituta lida com a adoção pode impactar diretamente sobre o desenvolvimento da criança e seu relacionamento intrafamiliar. Constatou-se a relutância do casal em revelar ao filho sua história original e os medos e fantasias frente ao medo da perda em detrimento da mãe biológica. O estudo contribuiu para a reflexão das configurações familiares neste caso, mesmo após terem seus filhos biológicos, optaram pela adoção, revelando que as motivações para a adoção podem ocorrer por diferentes maneiras, quebrando o paradigma da adoção como via de parentalidade somente para os casais inférteis. A legítima parentalidade pareceu estar relacionada, nesse sentido, tanto aos laços consanguíneos, quanto à adoção. E por fim, concluiu-se que a partir do fio condutor do estudo, ou seja, o embasamento teórico psicanalítico, a adoção ocorreu de forma suficientemente boa.

A pesquisa de Maux e Dutra (2009) objetivou compreender a vivência da adoção por parte de mulheres férteis cujos companheiros são inférteis, conhecer as motivações frente à

decisão de adotar, bem como investigar em quais aspectos a adoção efetivou a relação marital. O referencial teórico que embasou a pesquisa foi o fenomenológico-existencial de natureza qualitativa e o instrumento metodológico foi a narrativa. A seleção dos participantes ocorreu por registros de pessoas habilitadas em uma Vara da Infância, cuja motivação foi a infertilidade masculina, e a amostra foi composta por cinco mulheres casadas, apenas uma delas possuía dois filhas biológicas anterior à adoção, as demais todas vivenciaram a maternidade via adotiva. Quanto aos resultados, verificou-se que embora as entrevistadas valorizassem o papel social e profissional da mulher, a maternidade ocupa lugar preponderante. A escolha da adoção foi a forma encontrada de realizar a maternidade e agradar os companheiros, garantindo a continuidade da conjugalidade amorosa. As entrevistadas declararam que ser mãe trouxe um novo sentido para a vida e que se sentem realizadas, porém, não esconderam o sofrimento e a frustração pela ausência da gravidez. Falaram acerca da dedicação e sentimentos de preocupação, medo e incerteza com o bem estar dos seus filhos. Os autores concluíram que as mães entrevistadas, embora não tenham gerado seus filhos, se reconheceram como mães realizadas e completas, demonstrando que o ser mãe não é algo inato, mas uma construção que vai se moldando a partir da relação afetiva com o filho. Salientaram ainda ser necessária uma modificação nos currículos dos cursos científicos, de modo que o tema da adoção seja apresentado como uma das maneiras de um casal ter filhos e não como uma solução para casais sem filhos e que tenham esgotado as demais vias de parentalidade.

A pesquisa de Faraj, Machado, Siqueira e Campeol (2017) abordou acerca da entrega espontânea de criança para a adoção, o objetivo foi compreender de que maneira as mães doadoras vivenciaram a renúncia da maternidade. Participaram três mães que doaram voluntariamente seus filhos ainda recém-nascidos. O método elencado foi de caráter qualitativo-exploratório e adotou-se como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturada contendo além de aspectos biossociodemográficos, tópicos referentes à gravidez, decisão da entrega, sentimentos e repercussões subjacentes, rede de apoio, entre outras questões. Diante dos resultados, pôde-se constatar que a decisão de doar o filho aconteceu ainda no período gestacional e que os filhos foram decorrentes de gravidez não planejada ou indesejada, no entanto, os relatos apontaram que as mães realizaram o acompanhamento pré-natal de forma necessária. As narrativas indicaram sentimentos ambivalentes das mães doadoras, desde o momento da descoberta da gestação até a entrega dos filhos. A decisão de doar o filho foi compartilhada com o pai da criança em apenas um caso, nos outros, os pais foram informados, mas a decisão não teve participação e nem

influência dos mesmos. Quanto ao acompanhamento do pai na gestação, houve presença em um caso. Verificou-se que as mães doadoras não contaram com uma rede de apoio familiar. No que diz respeito às motivações para a doação, as entrevistadas relataram situação socioeconômica desfavorecida, falta de apoio de familiares e do pai da criança e dificuldades com os demais filhos. No que concerne aos sentimentos despertados na entrega dos bebês, as participantes viram a doação como única saída, relataram sentir-se impotentes de cuidar e oferecer um ambiente propício para o desenvolvimento psicoemocional do bebê, bem como descreveram sofrimento e dor perante o ato. Após a entrega, as participantes foram acompanhadas pelo Conselho Tutelar, conforme preconiza a Lei. O atendimento prestado pelas equipes de saúde dos hospitais públicos foi violador dos direitos da mulher e da criança, evidenciando uma atuação precária e embasada em julgamento moral. Na audiência judicial, elas foram ouvidas pelo Juizado da Infância e da Juventude, contudo esse momento também foi marcado por percepção de ausência de apoio. Os pesquisadores concluíram que a entrega voluntária de um filho é um fenômeno muitíssimo complexo e que instiga muitos debates e questionamentos, ademais, foi verificado que a rede de apoio às mulheres doadoras nem sempre ofereceram um suporte necessário e garantido legalmente, fazendo com que o ato da entrega fosse vivenciado com um maior sofrimento. As pesquisadoras salientaram que a ausência da oitiva do pai, nos casos em que as mães não tinham relacionamento estável, revela que a mulher é a responsável pelo filho que gesta, desresponsabilizando o pai da criança de manifestar seu consentimento acerca da entrega.

Oliveira, Souto e Silva (2017) objetivaram analisar os significantes e expectativas associados à adoção por parte de casais postulantes. A pesquisa de campo de base qualitativa foi realizada com dez casais habilitados à adoção em uma Vara da Infância e da Juventude. Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas e a análise do discurso foi pautada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicanálise, visando privilegiar o significante relevante nas narrativas. A adoção foi compreendida como um ato de amor e de solidariedade, como uma possibilidade de construção familiar, e como uma solução de exercer a parentalidade diante da infertilidade. A infertilidade/esterilidade também foi mencionada como uma das principais motivações para a via adotiva. Nesse cerne, os significantes apresentados nos discursos dos entrevistados revelaram a importância da escuta das subjetividades implicadas nos casos de adoção. Para os autores, o estudo pode trazer contribuições aos profissionais do Judiciário, no sentido de que possam discutir e refletir sobre o tema aqui abordado, entre eles, os de Psicologia, que lidam com as demandas de habilitação de adotantes e com o processo de adoção de forma geral. Por fim, salientaram

que as instituições envolvidas com a adoção, devem promover acolhimento e acompanhamento aos postulantes durante e após o percurso adotivo.

A pesquisa de Santos (2011) tratou da adoção monoparental e teve como objetivo geral compreender como os pais solteiros vivenciaram o processo de adoção. Esse estudo apoiou-se na teoria sistêmica, teoria que postula que a família é um sistema composto de subsistemas interligados, o conjugal, o filial e o fraterno, de forma que mudanças em quaisquer deles alteram o todo. Os dados coletados foram analisados de acordo com a análise de conteúdo. Foram entrevistados seis adotantes solteiros, sendo dois homens e quatro mulheres, indicados pelo Grupo de Apoio à Adoção que frequentam e convidados por pessoas conhecidas das pesquisadoras. As entrevistas foram semidirigidas e realizadas individualmente. Quanto à motivação para a adoção, os participantes enfatizaram o desejo de adotar e as circunstâncias em que os filhos adentraram em suas vidas, sendo o motivo predominante: o abandono sofrido pela criança por parte de seus genitores e o luto vivenciado pelos adotantes diante da perda de entes queridos, sendo, nestes casos, a adoção motivada pelo impacto de um abandono ou pelo sofrimento de um luto. Todos os participantes adotaram por via legal, não consideraram o processo moroso. Uma das adoções foi realizada após a experiência como padrinho afetivo. Todos os entrevistados falaram sobre a importância do apoio familiar na adoção, entretanto houve dois casos de não aceitação inicial da adoção por parte da família, ambos na condição de adoção tardia. Quanto às dificuldades encontradas, foram citadas: preconceitos em relação a homens solteiros que adotam; necessidade de se adaptar novamente à vida de mãe; não aceitação inicial por parte da família; dificuldades em relação à educação do filho, uma vez que a criança estava acostumada a não ter limites. Todos os pais adotivos verbalizaram a adoção como sinônimo de realização, indicam às pessoas que adotem e não relataram diferenças entre filhos adotados e biológicos, mesmo nos casos em que já tinham ou tiveram filhos biológicos após a adoção. Baseado nos relatos dos participantes e análise da pesquisadora, concluiu-se que experiências adotivas ocorreram de forma satisfatória, mesmo diante dos entraves inerentes ao processo, os pais tiveram dedicação e paciência diante dos obstáculos.

A pesquisa de Sequeira e Stella (2014) buscou compreender a experiência de um grupo de apoio a candidatos à adoção, bem como se o grupo pode ser uma ferramenta importante também para as crianças e adolescentes. A amostra foi composta por 11 candidatos, sendo cinco casais e uma solteira e a pesquisa foi desenvolvida em 12 encontros com o grupo, nos quais foram discutidos assuntos relevantes e escolhidos previamente pelos participantes. Foi possível perceber que o grupo ofereceu um espaço de reflexão sobre a

decisão de adotar, possibilitando entrar em contato com diferentes conteúdos, inclusive inconscientes. A possibilidade de os candidatos serem escutados fora do espaço jurídico faz com que o processo ganhe uma humanização, já que eles se sentem acolhidos em suas questões e encontram apoio no grupo, seja para enfrentar a longa fila de espera pela criança, seja para compartilhar dores da infertilidade ou da impossibilidade de gerar filhos biológicos. Isso tem um efeito terapêutico, na medida em que os candidatos se sentem acolhidos e amparados para prosseguir com o processo de adoção. O fato de os candidatos manifestarem frequentemente mudanças de ponto de vista em relação aos temas abordados, como o perfil da criança a ser adotada e as expectativas com relação aos futuros filhos, apontou indícios de que o grupo atingiu seu objetivo fundamental: a superação de ideias fixas e estereotipadas, e a criação de questionamentos dialéticos. Foi considerada a importância de se preparar os pais para lidarem com essas situações e com os seus sentimentos e os da criança. Conforme os pesquisadores, foi averiguado na pesquisa que o grupo de apoio se mostrou interessante no processo de reflexão sobre a escolha de adotar e sobre as mudanças na vida decorrentes dessa escolha, além de contribuir para uma desidealização da família, fazendo com que os candidatos pudessem compreender a família real como espaço de conflitos e crises, que contribuem para o fortalecimento dos vínculos e do desenvolvimento das pessoas.

A pesquisa de Oliveira e Próchno (2010) objetivou compreender acerca da vinculação afetiva de crianças institucionalizadas e aptas à adoção. A afetividade foi tratada na pesquisa como a capacidade e necessidade do indivíduo de se vincular a outro e interagir. O presente trabalho elegeu o método qualitativo por meio da abordagem fenomenológica existencial. A pesquisa teve como lócus um abrigo estatal, os sujeitos da pesquisa foram quatro (dois meninos e duas meninas) que aguardam ser adotados, com idades entre seis e nove anos de idade. Foram utilizados como instrumentos da pesquisa: entrevista semi-estruturada e desenho livre. O vínculo com a instituição foi descrito como algo bom, agradável, em que as crianças atribuíram um valor de consideração. O relacionamento com os funcionários, sobretudo, com os cuidadores foi descrito pelas crianças como uma vinculação afetiva, variando de uma criança para outra. Geralmente, algumas figuras da instituição foram descritas como pessoas a quem as crianças atribuem, seja em uma lembrança, seja em um desenho, uma importância significativa. A experiência da vinculação afetiva permeou o campo das relações de amizade entre as crianças, essa experiência pôde ser observada em dois aspectos: ter e não ter amigos. Os relatos das crianças versaram acerca da relação bem x mal/certo x errado na experiência da vinculação afetiva, denotando a construção de valores e a maneira como estes influenciam na relação com as demais crianças. Nos desenhos, foram

identificadas figuras de vinculação das crianças, como cuidadoras do abrigo e amigos mais próximos das crianças. No que diz respeito à pesquisa documental realizada nos prontuários das crianças, foram obtidos dados que se referem à sua história de vida, tais como, motivo do acolhimento, situação socioeconômica dos pais biológicos, tempo de institucionalização, situação clínica de saúde (física e psicológica), descrição de patologias, entre outros. As crianças que colaboraram com a pesquisa expressaram verbalmente e por desenhos seu desejo de ter uma casa e uma família. No relato delas, o brincar emergiu como primeiro ponto, como via de acesso ao seu universo com as demais pessoas. Para a pesquisadora, a instituição funciona como ponto de apoio e proteção às crianças e adolescentes, contudo, também acaba por se tornar um paradoxo no sentido de sua vivência afetiva. Deste modo, a pesquisadora salientou o cuidado que os profissionais da área devem ter para facilitar o estabelecimento de novos vínculos entre ela, os novos pais e a instituição. Os pesquisadores concluíram que a percepção das crianças acerca da instituição não foi tão negativa como se supôs inicialmente: foi percebida interação afetiva entre as acolhidas e principalmente, destas com os cuidadores. Apesar de conseguirem estabelecer vínculo no Serviço de Acolhimento, manifestaram a esperança do direito de viver em família substituta.

A pesquisa de Rosa (2008) objetivou conhecer os lutos e fantasias existentes na adoção, utilizando-se da interface da narratividade da experiência clínica da pesquisadora e os contos infantis. A pesquisa buscou identificar as fantasias inconscientes e as sintomatologias neuróticas em pessoas adotadas na prática clínica. O referencial teórico adotado foi a psicanálise Freudiana. Para ela, a prática clínica psicanalítica com crianças vem mostrando que a utilização de histórias e contos infantis traz à tona conteúdos relevantes de serem trabalhados, sobretudo no que diz respeito às fantasmáticas de todo o processo da adoção. A pesquisadora utilizou-se de contos literários como “João e Maria”, “O patinho feio” e “Harry Potter” com interpretações embasadas pela teoria psicanalítica de Freud. Em “João e Maria”, cujo eixo central é o abandono de crianças em uma floresta, foi possível verificar que as crianças adotivas podem associar o conto ao próprio abandono sentido e à falta de confiança em pessoas que tinham o dever de mantê-las nutridas em todas as suas necessidades. O abandono de João e Maria na floresta costuma provocar angústia e busca de esclarecimentos: “Por que os pais os abandonaram? Eles fizeram alguma coisa errada?”, atualizando nas crianças o temor do abandono e a fantasia auto acusatória de que mereceram o abandono, pois fizeram algo ruim. Apesar de a cena inicial de abandono ser a que mais prende a atenção e as associações das crianças adotivas, o encontro dos personagens infantis com a casa de doces trata novamente da questão da confiança quebrada – a casa que prometia

ser acolhedora e se revelou ameaçadora, remete ainda à idealização da família adotiva, em especial para crianças que são adotadas tardiamente. Quanto às sintomatologias neuróticas, a pesquisadora apontou que é bastante comum entre indivíduos que sofreram, ou acreditaram sofrer, rejeição problemas de memória e o esquecimento de pequenas ou grandes coisas, e isso reflete o sentimento de sentir-se esquecido, perdido, jogado fora. Uma adolescente adotada e acompanhada pela pesquisadora apresentou problemas na memória e costumava indagar: “O que você faz para lembrar de tudo isso que eu falo?”, querendo na verdade perguntar: “Você não vai esquecer de mim?”; além disso, durante o processo psicoterapêutico costumava parar e retomar as sessões, num ciclo incessante de ausências e presenças para testar se a profissional estaria sempre disponível e não interromperia o processo com ela. Para Rosa (2008) nessa mesma linha sintomatológica está a tendência a perder coisas e de desistir muito fácil dos seus objetivos, assim como um dia uma mãe desistiu de seu bebê. Na obra “O Patinho feio”, que aborda o animal como um “estranho no ninho”, a pesquisadora fez associações entre o conto e a filiação adotiva e afirmou o quanto é difícil para as crianças adotadas chegarem ao entendimento de que não nasceram da barriga da mãe, mas “do coração”. Tudo o que elas não querem é ser diferente dos outros, assim como o animal se sentia no conto literário, que não sabia da sua origem de cisne, mas sentia-se diferente de todos. Quanto à sintomatologia apresentada por uma adolescente adotiva atendida pela pesquisadora, declarou que a adolescente se identificou com o patinho, se autodepreciava, se achava feia e se automutilava, mordendo os braços até arrancar pedacinhos de pele, a adolescente dizia fazer isso de forma “distraída”. Para a pesquisadora, a automutilação pode ser interpretada como a raiva que ela sentia por não ser igual, raiva desse corpo que só mostrava a diferença, esse corpo que agredia o olhar cada vez que ela parava diante de um espelho e denunciava os traços genéticos diferentes de sua família substituta. Já em “Harry Potter” foi dito que assim como o personagem, muitas crianças têm, em determinado momento, a fantasia de não serem filhos dos seus pais, de pertencerem a uma outra família, mais nobre. Os tios, que criaram o personagem, figuram aqui nesse sentido como os pais reais, decepcionantes, e os pais que morreram ficam inatingíveis, idealizados. Um outro ponto analisado foi acerca da revelação ou não da adoção para a criança, que envolvem o processo educativo da criança adotiva e mantêm lacunas de mistério a respeito da própria origem, permitindo imaginações conscientes e inconscientes. A pesquisadora concluiu que a fantasmática da família adotiva, tanto para pais como para filhos, depende das condições de desejo dos pais, da possibilidade de estes inscreverem seus filhos nos ajustes simbólicos familiares, inscrevê-los em uma história que já começou a ser contada muito antes da chegada

deles. Salientou que papel do Psicólogo Clínico é fundamental no processo da adaptação e acomodação de pais e filhos e o quanto as histórias literárias permitiram contribuir no acesso ao inconsciente infantil, remodelando uma trama que parecia já ter sido encerrada, porém, foi possível de ser recontada e reconstruída para melhor.

5.4.1.2 Profissionais

Nesta subcategoria foram identificados nove artigos que abordaram a percepção de profissionais acerca das seguintes temáticas: Nova Lei da Adoção — Silva e Arpini (2013, 2013a, 2013b) —; entrega e abandono de criança — Martins, Faraj e Siqueira (2015); Faraj, Martins, Santos, Arpini e Siqueira (2015) —; parecer técnico sobre adoção — Costa e Campos (2004) —; equipe psicossocial — Silva, Cassarino-Perez, Sarriera e Frizzo (2017) —; preparação para adoção —Contente, Cavalcante e Silva (2013) —; percepção dos professores sobre a criança adotiva — Pontes, Cabrera e Vaisberg (2008).

A pesquisa de Silva e Arpini (2013) teve como objetivo geral conhecer como os técnicos dos serviços de acolhimento entendem as mudanças da NLNA (Lei nº 12.010/2009). O *locus* investigativo aconteceu em cinco instituições de acolhimento. Os profissionais que integraram o estudo foram quatro assistentes sociais e quatro psicólogos. A pesquisa foi desenvolvida sob o caráter qualitativo, utilizando-se de entrevistas semidirigidas de questões abertas (TURATO, 2003), à medida em que o entrevistador ia introduzindo tópicos, os entrevistados expressavam discurso livre, possibilitando uma interação dinâmica entre entrevistador e entrevistados. A análise dos dados foi realizada segundo a proposta de análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Duas categorias foram selecionadas pelo presente estudo, a saber: a escuta da criança e do adolescente e a construção do PIA. Quanto aos resultados, os técnicos pareceram reconhecer a importância das propostas da NLNA e seus benefícios para a qualidade do atendimento das crianças e adolescentes, com destaque para valorização da escuta da criança, prática considerada frequente pelos entrevistados. Mediante as narrativas dos técnicos, foi possível considerar que os entrevistados alegaram a angústia vivenciada por eles, diante do sofrimento apresentado no contexto de uma instituição de acolhimento, lidar com a crueldade das histórias de negligência e violência em todas as suas facetas manifestadas por cada assistido, pode desencadear nos profissionais uma atuação profissional inadequada, a necessidade de licença médica ou até mesmo a solicitação de afastamento daquele ambiente. Foi salientada acerca da necessidade de estudos sobre o plano de atendimento individual, como um instrumento que possibilita a verdadeira escuta da criança

e do adolescente, pois, sendo um instrumento dinâmico e que trata da história de vida de crianças, adolescentes e famílias, não se pode correr o risco de torná-lo mais um procedimento burocrático no interior das instituições. A pesquisa apontou que os profissionais entrevistados demonstraram benefícios trazidos pela NLNA, entre eles a valorização da escuta da criança e do adolescente, a importância do PIA e da relação mais estreita com a família. Foi verificada a angústia dos profissionais perante as histórias vivenciadas pelos assistidos, em que habitualmente estão presentes o abuso, a crueldade e a violência de um adulto sobre uma criança ou adolescente. Deste modo, a angústia dos técnicos advinda da história de sofrimento das crianças e adolescentes pode levar ao trabalho inadequado ou ao pedido de afastamento laborativo e/ou licenças médicas.

A pesquisa de Silva e Arpini (2013a) objetivou compreender como assistentes sociais e psicólogos perceberam o acolhimento institucional, a partir da vigência da NLNA (Lei nº 12.010/09). Os participantes do estudo em tela totalizaram oito profissionais (Assistentes Sociais e Psicólogos) atuantes em cinco serviços de acolhimento institucionais governamentais e não governamentais. Foram utilizadas entrevistas individuais semidirigidas de questões abertas amparadas por Turato (2003), e a análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo segundo Bardin (1977). No que tange aos resultados das entrevistas, o acolhimento institucional atual foi visto como um misto de fracassos e superações por parte dos profissionais. As narrativas denotaram a presença de sofrimento no acolhimento institucional, mas a consciência de que estes precisam ser superados. A fala dos entrevistados acerca de suas práticas no interior das instituições de acolhimento foi permeada por um resgate da história destas e das legislações que foram normatizando novas formas de compreender o acolhimento institucional. Por um lado, os profissionais entrevistados consideraram o atual contexto do acolhimento institucional, marcado pela NLNA, como um avanço em relação às situações do passado e, por outro, como a única referência de trabalho que possuem, uma vez que a maioria deles havia se graduado recentemente. Os Psicólogos e Assistentes Sociais declararam ainda que posteriormente ao ECA, o número de acolhimentos foi bastante reduzido, a capacidade máxima seguida, os espaços físicos mais reduzidos e personalizados. Foi sinalizada a importância de superar o modelo de orfanato e tudo aquilo que ele trouxe consigo, de se fazer jus ao nome de acolhimento institucional, e certamente a NLNA se constituiu em uma importante contribuição nessa direção. De acordo com as pesquisadoras, a instituição de acolhimento foi vista pelos profissionais como um espaço que ainda cultivava resquícios da história da institucionalização de crianças e adolescentes, embora reconheçam os benefícios advindos

da NLNA na prática profissional dos mesmos. Foi salientada que a prioridade estabelecida constitucionalmente é que crianças e adolescentes permaneçam com suas famílias. Enfatizaram ainda que a NLNA reforçou a reflexão dos profissionais do acolhimento institucional sobre o rompimento de práticas antigas e sobre seu papel no decorrer da medida. Por fim, as autoras relataram sobre a necessidade de pesquisas sobre as instituições após a nova Lei, pois estas podem nos indicar se a transformação dos orfanatos em instituições de acolhimento também foi percebida pelos usuários desses locais. Foi concluído pelas autoras que mesmo se considerando alguns avanços na qualidade das instituições de acolhimento e posteriores à NLNA, as práticas de trabalho ainda são cristalizadas, denotando o modelo de orfanato.

Igualmente à pesquisa acima, a pesquisa de Silva e Arpini (2013b) abordou a NLNA, porém, neste o objetivo foi compreender como os assistentes sociais e psicólogos dos Serviços de Acolhimento analisaram a reinserção familiar após a promulgação da nova Lei. A proposta de método e análise de dados foi igual à pesquisa anterior de Silva e Arpini (2013a). Por meio das narrativas dos assistentes sociais e psicólogos entrevistados foi possível compreender que os mesmos dedicam muito tempo na busca pela família original e extensa das crianças e adolescentes institucionalizadas, com o intuito de esgotar todas as possibilidades de reinserção familiar perante os laços sanguíneos. Justificaram o ato como uma “busca incansável” porque acreditam na importância da família e de se tentar resgatar os vínculos outrora rompidos. Acreditam que se trata do papel deles enquanto profissionais, a fim de que tentem garantir o que estabelece o ECA quanto ao direito de convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente. Relataram que muitas vezes precisam argumentar no âmbito Judiciário acerca do esforço da equipe técnica pela busca dos familiares, posto que há necessidade de uma comprovação por relato fidedigno antes que se solicite a destituição do poder familiar de uma criança ou adolescente. Para as pesquisadoras, a reintegração familiar pode ser facilitada quando o laço existente entre a instituição e a família é forte e, principalmente, quando a instituição consegue trabalhar com a história da criança e de sua família, integrando-as, fazendo da instituição um verdadeiro caminho de volta ao lar. Para além desse vínculo entre instituição e família, entende-se que a avaliação das condições (estudo psicossocial) da família para receber o filho de volta é uma das premissas obrigatórias quando se pensa em reintegração. Diante do exposto, a reinserção familiar mostrou-se como uma prática desafiadora para a equipe psicossocial das instituições de acolhimento institucional pesquisadas. Nesse desenho da nova prática, a busca constante pelo esgotamento das possibilidades de convivência familiar foi bastante destacada, acontecendo

uma forte vinculação entre a instituição e a família. Não obstante, mesmo com a soma de esforços para reintegração familiar, foram apontadas, pelos profissionais, situações em que a família não se encontra apta para receber a criança de volta, principalmente devido a doenças, dependências (drogas, álcool) e violências sofridas. Essas situações levam à necessidade de buscar a família extensa, a qual muitas vezes é vista como semelhante à família de origem, ou seja, vulnerável. A pesquisa alcançou sua relevância porque conseguiu mostrar a presença da vulnerabilidade nas famílias originais e nas extensas, o que dificulta ou impede a possibilidade de reinserção familiar. Além disso, foi salientada a importância do respaldo das políticas públicas de apoio a estas famílias.

A pesquisa de Martins, Faraj e Siqueira (2015) objetivou conhecer a percepção de profissionais da saúde sobre o abandono e a entrega de crianças, assim como os motivos que levam uma mãe ao ato. A pesquisa contou com sete profissionais da saúde, sendo três técnicas de enfermagem, três enfermeiras e uma médica ginecologista-obstetra, todas elas funcionárias de hospitais públicos. A pesquisa foi de cunho descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as participantes do estudo. Os dados obtidos foram analisados conforme o método de análise de conteúdo de Bardin (1979). Quanto aos resultados, foi verificado o quanto as opiniões das profissionais de saúde se encontram alinhadas com as concepções culturais que estigmatizam negativamente as mulheres que renunciam à maternidade. Foi constatada que a entrega legal e o abandono foram predominantemente considerados sinônimos por profissionais da saúde em suas narrativas. A entrega legal dessa foi vista de forma menos negativa, representada pelo ato de amor e coragem que visa ao bem-estar da criança, na impossibilidade real da genitora criar o filho. Já o abandono foi percebido por algumas entrevistadas como um ato de desespero, em que a mulher não contou com rede de apoio, viu-se sozinha e cometeu o ato. Em momento algum foi citado na pesquisa e nos estudos apresentados, o papel do genitor, sua responsabilidade sobre a situação e nem recaiu sobre este nenhum indicativo de culpabilização pela abdicação do filho e da mulher a qual engravidou: a figura paternal parece não existir diante desta situação específica. A dificuldade das profissionais de identificar a diferença entre essas condutas pode prejudicar o atendimento oferecido às mães que decidem realizar a entrega nos hospitais de saúde. Neste sentido, destacou-se a importância da formação dos profissionais de saúde, pois se faz necessário preparo teórico e prático adequado para que se possa romper com as concepções errôneas a respeito do tema e, dessa forma, desenvolver uma prática não mais permeada pela crença da impossibilidade de negar a maternidade, a condição de vulnerabilidade emocional e social dessas mulheres e a força

das concepções religiosas na sociedade brasileira. Além desses fatores macrosociais, também é possível identificar aspectos da dimensão pessoal, incluindo características de personalidade, das interações interpessoais e experiências de vida, como por exemplo, a falta de apoio da família ou do companheiro. As justificativas relatadas por algumas participantes para a entrega ou abandono de crianças foram diversas, aspectos como vulnerabilidade social e emocional foram identificados. A partir dos resultados da pesquisa, os pesquisadores concluíram que embora exista uma padronização simbólica e cultural da maternidade, no sentido de que o amor materno é inato e inviolável, foi possível observar que as transformações sociais requerem um novo olhar acerca desta temática, pensando-se no maternar diante da contemporaneidade, permeada por todas as mudanças e desafios, sobretudo os sociais.

A pesquisa de Faraj, Martins, Santos, Arpini e Siqueira (2015) englobou a entrega voluntária de bebês por parte de suas mães, como objetivo de compreender como profissionais da saúde manejam os casos. A relevância da pesquisa foi justificada pela escassez de pesquisas acerca desta temática, sobretudo na área da Psicologia, além da importância de discutir sobre o tema, propondo novas estratégias e desmistificando o mito voltado ao assunto. Quanto ao delineamento da pesquisa, esta foi de caráter descritivo e exploratório e abordagem qualitativa. Os sujeitos foram sete participantes, sendo três técnicas de enfermagem, três enfermeiras e uma médica ginecologista-obstetra, todas funcionárias da rede pública de saúde. Quanto ao instrumento utilizado, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977/1979). Na percepção das profissionais de saúde entrevistadas, as mães que decidiram entregar o filho para a adoção possuíam nível socioeconômico baixo, eram jovens com idades entre 14 e 24 anos e possuíam mais de um filho. Para as profissionais, entre os fatores implicados na decisão da entrega do filho para adoção, estavam presentes: a dependência química, problemas de saúde mental, prostituição, gravidez fruto de relacionamentos eventuais, gravidez indesejada e falta de recursos financeiros. Quanto à saúde das pacientes atendidas pelos hospitais públicos, as profissionais apontaram que, no momento do parto, estas se encontravam em boas condições de saúde física, mas consideraram que o pré-natal realizado pelas gestantes não tinha sido o mais adequado. Quanto às dificuldades vivenciadas pelas mães atendidas nos hospitais públicos no que diz respeito ao exercício da maternidade, as profissionais acreditavam que estas estavam relacionadas a fatores como a carência de preparo durante o pré-natal, a falta de planejamento familiar, o pouco conhecimento, a falta de comprometimento do companheiro, as dificuldades financeiras e o elevado número de

filhos. Todas as profissionais entrevistadas já vivenciaram situações em que a parturiente decidiu entregar o filho para adoção. Entretanto, essas situações não ocorreram com frequência. As profissionais entrevistadas relataram conhecer os direitos das gestantes estabelecidos na legislação, mas assumiram ter pouco conhecimento sobre os direitos das crianças. As equipes de saúde, diante de casos de mães que decidiram pela entrega do filho, também comunicaram e solicitaram a presença do profissional do serviço social e da psicologia, antes de acionarem os órgãos competentes. As profissionais opinaram que há carência na assistência e no acolhimento da demanda. As pesquisadoras enfatizaram o quanto é mister que as equipes de saúde tratem sobre a complexidade do fenômeno e estejam capacitados para lidar com ele adequadamente.

O artigo de Costa e Campos (2004) objetivou conhecer quais são os critérios adotados pela equipe psicossocial na elaboração do parecer técnico nos processos de adoção de uma Vara da Infância da Juventude. A pesquisa teve como base epistemológica o enfoque qualitativo de González-Rey (1999), o instrumento utilizado foi a entrevista de grupo focal com nove técnicos da psicologia e do serviço social do Setor de Adoção de uma Vara da Infância e Juventude, que realizavam os estudos psicossociais de seleção, habilitação e preparação de candidatos à adoção, bem como a avaliação psicossocial dos casos. Por intermédio das narrativas dos entrevistados, analisou-se que o trâmite legal da avaliação psicossocial gera desconforto, insegurança e ansiedade tanto nas famílias adotantes como nos técnicos responsáveis. A responsabilidade pela assertividade da habilitação das famílias “adequadas”, o fato de ser “alguém juridicamente instituído” para fazer tais avaliações gera sofrimento na equipe psicossocial. Os autores concluíram que o processo de estudo psicossocial produz desconforto e insegurança, tanto com a equipe técnica quanto com a família, posto que a subjetividade no processo pode dar margens aos abusos de poder, visto que preconceitos, valores, vieses culturais e de classe social permeiam as concepções dos profissionais, pois estes carregam subjetividades pessoais, assim como qualquer componente da sociedade. Foi enfatizada a importância da realização dos grupos multifamiliares, na aprendizagem entre famílias e técnicos, bem como a importância do investimento do sistema jurídico na formação continuada dos profissionais envolvidos.

A pesquisa de Silva, Cassarino-Perez, Sarriera e Frizzo (2017) objetivou investigar e refletir sobre o papel da equipe psicossocial do Judiciário nos processos de adoção. A amostra foi composta por 18 profissionais de sete cidades diferentes de um Estado Brasileiro, sendo sete Psicólogos e 11 Assistentes sociais. O procedimento utilizado foi a entrevista semiestruturada. A partir da análise de conteúdo foi possível constatar divergências nas

formas de atuação entre as comarcas, a maioria das colocações das crianças e adolescentes para adoção foi conduzida pela equipe psicossocial jurídica com ou sem auxílio da equipe da instituição de acolhimento, e em algumas comarcas conduzida apenas pela equipe psicossocial dos serviços de acolhimento. Uma outra diferença observada foi a respeito das atribuições dos Psicólogos, estes ficaram mais encarregados nos processos considerados complexos, a exemplo dos casos de adoção tardia. Discutiu-se a falta de uma metodologia unificada nesta etapa, bem como o papel do Psicólogo apenas nos casos considerados mais difíceis. Também se apontou a importância de se atentar para práticas realmente voltadas para o melhor interesse da criança. Os profissionais referiram a importância da preparação da criança e dos pretendentes à adoção ao longo de todo o trâmite do processo e confessaram que os aspectos negativos mais relevantes são a grande demanda de trabalho decorrente do volume de processos, as constantes mudanças de magistrados, que faz com que a dinâmica do serviço se modifique e a “pressão” dos prazos processuais aumente. Para os pesquisadores, o estudo investigou e propôs reflexões e melhorias sobre o papel dos técnicos judiciários, embora tenha se reconhecido as limitações da pesquisa, no sentido de ter englobado apenas algumas comarcas de um determinado estado brasileiro.

A pesquisa de Contente, Cavalcante e Silva (2013) buscou analisar a preparação para a adoção de crianças institucionalizadas. A amostra foi composta por analistas judiciários das áreas de pedagogia, psicologia, serviço social e sociologia de uma Vara da Infância e da Juventude. Foi utilizado como instrumento um questionário contendo sete perguntas abertas e três fechadas. Os dados foram interpretados e organizados em categorias. Para a discussão foram considerados conceitos e proposições extraídos da literatura que trata da preparação de crianças para adoção — Figueiredo (2010); Gueiros (2007); Motta (2008); Solon (2008); Weber (2001, 2010). A pesquisa permitiu a percepção de que o trabalho de preparação à adoção não pode ser unilateral, não devendo ser operacionalizado de maneira fragmentada e assistemática pelos profissionais envolvidos no processo de adoção. Os autores do presente artigo constataram que o processo de preparação para a adoção com os pais adotivos e com a criança é de suma importância. No processo de preparação para a adoção, o lugar ocupado pela criança deve ser central e demanda a necessidade de conectar sua história de vida, seus sentimentos e suas perspectivas em relação à família adotiva. Para alguns dos profissionais entrevistados a preparação é real e para outros ainda não existe. Os autores perceberam ainda que não existe uma padronização nas conformidades do que propõe a Lei nº 12.010/2009 ao elucidar que essa preparação deve existir e ser gradativa para crianças em situação de institucionalização prolongada. Nem todos esses fatores de trabalho estão sendo ativados em

conjunto, por isso há de se afirmar que essa preparação representa um processo incipiente. Foi notório que a leitura da realidade trazida pelos sujeitos mostrou que até hoje a preparação tem sido desempenhada somente pelos abrigos, sendo esta atividade recentemente assumida pelos profissionais da área jurídica. Por mais que esteja em processo de operacionalização, como indicaram os resultados da pesquisa, a preparação das crianças tem que estar em sintonia com uma busca por entender mais sobre este fenômeno, não devendo ser deixado para depois. Os pesquisadores concluíram que diante das afirmações dos sujeitos sobre a existência ou não do trabalho de preparação à adoção, que o desafio da equipe será o de torná-lo visível e com reflexos de desenvolvê-lo metodologicamente. Isso quer dizer que a metodologia deve ser pensada para esse fim e deverá ser responsável por tornar a realização desse trabalho viável e eficaz, envolvendo a discussão e atuação em conjunto dos profissionais que materializam a adoção no seu dia-a-dia nos seus espaços de atuação.

A pesquisa de Pontes, Cabrera e Vaisberg (2008) teve como objetivo compreender o imaginário coletivo de professores acerca da criança adotiva. As pesquisadoras justificaram a escolha pelos professores do ensino fundamental e médio, tanto porque representam uma camada eventualmente melhor informada da população, como também por estarem sempre próximas dos alunos e de suas respectivas famílias. O presente estudo foi ancorado na Psicanálise, visto que esta tem se mostrado como maneira coerente de investigação da subjetividade coletiva, permitindo o acesso às complexidades emocionais e existenciais humanas. A metodologia consistiu na utilização de narrativas psicanalíticas e decorrentes de entrevistas realizadas com professores. Além disto, utilizou-se do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, idealizado por Aiello-Vaisberg (1995, 1997) e com objetivo de investigar as representações sociais a partir do procedimento originalmente concebido por Trinca (1976). O material coletado pelos desenhos-estórias e pelas narrativas foi analisado de acordo com as regras constitutivas do método psicanalítico, tendo em vista a apreensão dos campos psicológicos não-conscientes a partir dos quais se sustentam as representações relativas à criança adotiva. A pesquisa seguiu as recomendações propostas pela Teoria Psicanalíticas dos Campos proposta por Herrmann (1979). O estudo foi desenvolvido sob o caráter exploratório, a amostra foi constituída por um grupo de 20 professoras do ensino fundamental, sendo metade vinculada a escolas públicas e outra metade a escolas particulares. As entrevistas com os professores participantes aconteceram de maneira individual, nas residências dos mesmos e de acordo com a disponibilidade deles. Cada participante foi convidado a desenhar uma criança adotiva e a criar uma história sobre a mesma, sendo escrita pela própria pessoa no verso da mesma folha. Posteriormente, foram

elaboradas narrativas que incluíssem tanto as lembranças de detalhes da entrevista, tal como foi vivenciada pelas pesquisadoras, como as produções dos desenhos das 20 participantes. O material clínico foi composto pelo conjunto de 20 Desenhos-Estórias com Tema, que se articularam a 20 narrativas dos professores. Quanto aos resultados encontrados, foi analisado que o imaginário dos professores se organizou primordialmente a partir de dois campos temáticos, de caráter psicológico não consciente: abandono infantil e infertilidade. A infertilidade foi revelada nas produções dos professores, como sendo a principal motivação para a adoção. O campo do abandono apareceu relevantemente no material estudado, isto foi possível por meio da análise psicanalítica que indicou a sintonia imaginária entre o participante e a figura desenhada. Nesta linha, apareceu, em várias produções dos sujeitos, a fantasia de se deparar com uma criança desamparada e sofrida que, ao ser adotada e salva do abandono, traria consigo um benefício para a vida do adotante. Ao percorrerem uma linha associativa as pesquisadoras constataram que a articulação entre estes dois campos, infertilidade e abandono infantil, foi exatamente o que configurou um campo maior, que pode ser precisamente denominado como campo da exclusão insidiosa. Não foram observadas diferenças entre os professores em relação ao fato de trabalharem em escolas particulares ou públicas. Os autores concluíram que foi possível verificar que coexistem, no imaginário dos professores pesquisados sobre a adoção e a criança adotiva, duas visões antagônicas. De um lado, há indícios de haver uma consciência coletiva capaz de perceber que a existência de crianças disponíveis para a adoção indica uma grave problemática social, por outro lado, prevaleceu uma perspectiva segundo a qual a criança abandonada serve para resolver o sofrimento daqueles que não conseguiram gerar filhos biológicos.

5.4.1.3 População em geral

Nesta subcategoria foram identificados seis artigos que abordaram a opinião da população em torno da temática. Além de pessoas da sociedade em geral, foram realizadas pesquisas com estudantes do curso de Direito, Psicologia e Serviço Social. As temáticas abordadas foram: adoção homoafetiva — Araújo (2007); Pereira, Torres, Falcão e Pereira (2013); Cerqueira e Santos (2015); Santos, Araújo, Negreiros e Santos (2018) —; entrega voluntária de filho/abandono — Mello e Dias (2003) —; construção de instrumento para a adoção — Brasileiro, Fonseca, Gouveia, Carvalho e Gouveia (2017).

A pesquisa de Araújo (2007) abordou a adoção homoafetiva, objetivando analisar e comparar as Representações Sociais (RS) de universitários do último ano do curso de direito

e de psicologia. O campo de investigação da pesquisa foi em instituição pública de ensino superior do Nordeste. As entrevistas foram realizadas de forma individual na própria instituição, por dois pesquisadores previamente treinados e qualificados. A amostra foi composta por 104 universitários, de ambos os sexos, sendo 51 concluintes do curso de direito e 53 concluintes do curso de psicologia. O critério de inclusão adotado foi a condição dos participantes estarem cursando o último período das respectivas áreas do conhecimento. Foram utilizados questionários com perguntas fechadas e subdivididas. Posteriormente, foi categorizado pela análise de conteúdo temática de Bardin (1977/2000). Com base na coleta de dados, foi possível verificar as RS por parte dos universitários no contexto da homossexualidade. De forma semelhante, os atores sociais, desta pesquisa ancoraram suas RS contrárias à adoção de crianças por essa modalidade de casais embasados numa visão de que tal processo poderá acarretar consequências psicossociais e morais ao filho adotivo. Embora tenham demonstrado a opinião de uma forma muito sutil, verificou-se uma nova roupagem do preconceito velado por meio das respostas dos universitários. Os pesquisadores denotaram a necessidade de implementação de mecanismos psicossociais e jurídicos que contribuam na discussão desta temática complexa na sociedade contemporânea. Neste cenário faz-se necessária a inserção, nas pautas de investigações e intervenções acerca dos aspectos psicossociais, afetivos e jurídicos do processo de adoção no contexto da homossexualidade, para que os profissionais das diversas áreas atuem com o escopo de promover o bem-estar aos adotantes e aos adotados, contribuindo para processos de adoção exitosos, independentemente do formato familiar.

A pesquisa de Pereira, Torres, Falcão e Pereira (2013) abordou a adoção homoafetiva, com o objetivo de analisar as relações entre as RS da homossexualidade na prática adotiva de crianças e adolescentes. A hipótese investigada foi a de que as RS sobre a homossexualidade predizem o preconceito bem como o apoio às políticas discriminatórias. Utilizou-se como fundamento teórico o Modelo de Análise Quantitativa das Representações Sociais (DOISE; CLÉMENCE; LORENZI-CIOLDI, 1993). Participaram 297 estudantes concluintes dos cursos de psicologia, serviço social e direito de uma universidade. Como instrumento, foi aplicado um questionário que conteve indicadores sociodemográficos dos sujeitos, uma medida de crenças sobre a natureza da homossexualidade, uma medida de preconceito contra homossexuais, uma medida de oposição à adoção de crianças por casais homossexuais e uma medida de oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Quanto aos resultados, apenas a idade e a pertença religiosa dos participantes predisseram o preconceito contra os homossexuais: quanto maior foi a idade, menor foi o preconceito; os

participantes de religião evangélica apresentaram maior nível de preconceito do que os participantes sem religião. Os resultados indicaram que os participantes evangélicos se opuseram à adoção de crianças por homossexuais mais do que os participantes que não têm religião, enquanto os estudantes espíritas foram mais favoráveis à adoção do que os sem religião. Os estudantes solteiros se opuseram menos a essa adoção. Os participantes evangélicos e os estudantes do sexo masculino se opuseram mais fortemente ao casamento homossexual. Especificamente, mostrou-se que as representações sobre a natureza da homossexualidade baseadas em conceitos religiosos e psicológicos estão intimamente relacionadas com o apoio à manutenção de políticas discriminatórias. Por outro lado, a representação da homossexualidade que recorre a fatores culturais implicou menor orientação para a discriminação. Nenhum efeito foi verificado envolvendo as representações que recorrem a fatores biológicos. A pesquisa levou à conclusão de que um tipo específico de RS, analisadas no contexto das relações intergrupais, pode ser um fator preponderante na determinação das tensões entre os grupos, nomeadamente o preconceito e a discriminação.

A pesquisa de Cerqueira e Santos (2015) teve como temática a adoção homo parental e buscou investigar as crenças de estudantes de direito e serviço social sobre orientação sexual e adoção homoparental. A pesquisa contou com a participação de 132 universitários de ambos os sexos, sendo 67 do curso de serviço social e 65 do curso de Direito. Foram aplicados questionários estruturados e contendo questões sociodemográfica e duas escalas, sendo uma a respeito de crenças sobre a homossexualidade e outra sobre adoção homoparental. De maneira geral, perceberam-se algumas diferenças entre os universitários de Direito e de Serviço Social, entre elas verificou-se que os alunos de serviço social concordaram mais que homossexuais são mais promíscuos e que eles se expõem mais a AIDS e DST. Já os estudantes do curso de Direito concordaram mais que os homossexuais usam mais drogas, são menos fiéis, se afastam da religião e que seus relacionamentos são menos duradouros. O estudo em tela ilustrou uma realidade pouco positiva no cenário da formação de profissionais que poderão atuar na área de adoção. De maneira geral, os dados mostraram ainda uma rejeição à ideia de adoção homoparental e crenças negativas sobre a homossexualidade, sugerindo uma correlação entre estas duas posições para estudantes universitários de Direito e de Serviço Social. A principal hipótese deste estudo foi a de que os estudantes de Direito seriam mais contrários à adoção de crianças do que os estudantes do curso de Serviço Social, devido à Lei brasileira ter demorado muito tempo para "permitir" a adoção por homossexuais. Nos resultados desta pesquisa foram constatados que, realmente, os universitários do curso de direito apresentaram um índice maior de crenças negativas

contra homossexuais e contra a adoção assistida por eles, quando comparados aos estudantes de serviço social. Além dos argumentos de cunho "psicológico", este estudo percebeu também argumentos "morais" contra homossexuais em geral e negando o direito à adoção, mais uma vez, especialmente entre estudantes de Direito. O presente artigo defendeu que o debate sobre a sexualidade humana deva acontecer em escolas do ensino fundamental e médio e estendido a todos os cursos das universidades, principalmente da área de Ciências Humanas, no intuito de haver um maior preparo dos futuros profissionais e uma maior tolerância e respeito à orientação sexual de cada indivíduo. Este estudo demonstrou que a questão da adoção homoparental ainda está distante da realidade de profissionais em formação em áreas tão próximas à temática. Por fim, foi sugerido pelos autores que os resultados da pesquisa possam colaborar com a implementação de políticas públicas que promovam alteração dos estereótipos negativos frente à homoafetividade.

A pesquisa de Mello e Dias (2003) abordou a entrega voluntária de um filho para a adoção, objetivou investigar a percepção dos gêneros masculino e feminino frente à doação de um filho, bem como as circunstâncias que envolvem o ato. A amostra foi composta por 60 pessoas, sendo 30 de cada sexo, e os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa através de visitas das pesquisadoras em ambientes de trabalho, bem como na universidade. No que concerne ao instrumento, foi utilizado um questionário que compreendeu as seguintes categorias: características de quem doa um filho, motivos que levam à doação de um filho, pontos positivos na doação de um filho, repercussões na vida do doador, repercussões da doação na vida do filho, justificativas para a doação e direito de o doador reencontrar seu filho. Quanto aos resultados principais, verificou-se que os sujeitos perceberam as pessoas doadoras como incapazes de criar o filho devido à situação financeira, à imaturidade e à irresponsabilidade, sendo a doação uma alternativa para a sobrevivência da criança. A respeito dos motivos que levam à doação de um filho, pôde-se observar respostas ambivalentes e contraditórias por parte dos sujeitos. A categoria que se destacou foi relacionada ao sentimento de perda, vazio culpa e remorso como repercussão na vida da mãe doadora. Ficou perceptível uma maior severidade no julgamento por parte do grupo feminino, possivelmente abalizada na crença de que o amor maternal é capaz de enfrentar qualquer obstáculo, presente na máxima dos ditados populares no contexto brasileiro, entre eles, "mãe que é mãe não abandona seu filho". Acerca das justificativas para o ato de doar o filho, a maior proporção avaliou a doação como caso extremo, como por falta de condições financeiras ou casos de risco de vida por parte dos pais biológicos. Em relação ao direito do reencontro do doador com o filho, destacou-se que a maioria dos sujeitos opinou pelo direito

da criança de conhecer seus pais biológicos, tendo o grupo das mulheres demonstrado mais rigidez ao indicarem que não se deve permitir o reencontro, para as pesquisadoras, existe um tabu acerca do reencontro, pois nele há um medo implícito de perder o amor do filho adotivo em detrimento do reencontro com os genitores biológicos. Os pesquisadores concluíram que embora haja uma maior discussão social acerca do tema da adoção, este instituto ainda é pincelado de opiniões contraditórias e ambivalentes. No presente estudo, percebeu-se um olhar de maior severidade com a mãe doadora por parte do gênero feminino, no que diz respeito a considerar o ato como uma atitude atípica e egoísta. Os homens, por sua vez, acharam que o motivo que leva uma pessoa a doar um filho é a falta de preocupação com o mesmo, demonstrando contradição ao indicarem também que essa pessoa doaria o filho por considerar que outra cuidaria melhor dele. Por fim, as pesquisadoras reconheceram limitações na pesquisa, tais como não controle das variáveis como nível socioeconômico, escolaridade e idade dos sujeitos, e recomendaram a continuidade de pesquisas acerca do assunto, sobretudo acerca dos genitores doadores e do pai da criança, figura que raramente aparece nas pesquisas.

O estudo de Brasileiro, Fonseca, Gouveia, Carvalho e Gouveia (2017) intitulado “Escala de atitudes frente à adoção: construção e validação”, objetivou a elaboração e validação de um instrumento a ser usado na temática da adoção. Quanto à amostra, esta foi composta por 421 pessoas de uma cidade do nordeste brasileiro. Foram utilizados questionários formulados nas versões impressa e *on-line*. A primeira versão foi aplicada em locais públicos (e.g. praças). Já na segunda, fez-se uso das redes sociais (e.g. *Facebook*) e para a análise de dados utilizou-se o pacote estatístico PASW (versão 18) e o estatístico AMOS (versão 18), conforme descrito na página 53 do item *Análise de Dados*, do referido artigo. Todos os participantes responderam aos mesmos instrumentos: a EAFA e questionário com perguntas sociodemográficas. Os autores referiram que o objetivo foi atingido, embora se reconheça limitações, tal como a construção da amostra, composta por sujeitos de uma mesma cidade do Nordeste brasileiro, impossibilitando um resultado generalista acerca da sociedade brasileira. Para encerrar, as pesquisadoras afirmaram que a EAFA possui evidências psicométricas satisfatórias, tratando-se de um instrumento breve, de fácil compreensão e com itens curtos, podendo ser utilizada em pesquisas que tenham como foco conhecer as atitudes das pessoas frente à adoção em geral.

A pesquisa de Santos, Araújo, Negreiros e Santos (2018) objetivou identificar as representações sociais da adoção por casais homoafetivos no Brasil. A amostra foi composta por 589 pessoas de ambos os sexos, com idades entre 18 e 69 anos e de diferentes regiões do

país. Utilizou-se entrevistas estruturadas e questionários sociodemográficos que foram analisados pelo software Iramuteq (*Interface de R Pour Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (Camargo e Justo, 2013; Nascimento e Menandro, 2006; Ratinaud, 2009) e respondidos pelos participantes de forma virtual. Sobre as representações sociais da adoção e desenvolvimento infantil no contexto homoparental, foram observados posicionamentos favoráveis, que aceitam a legitimação desse direito. A respeito da diferenciação entre gays e lésbicas, notou-se uma maior aceitação se o casal for por duas mulheres, tendo em vista possuírem um suposto instinto maternal. Nesse cerne, verificou-se que os resultados apresentaram complexos campos representacionais que embasam o sentido de mudança que a sociedade atravessa, sobretudo nos novos arranjos familiares garantidos por Lei. Para os pesquisadores, o estudo conseguiu reunir representações sociais sobre adoção homoafetiva no contexto nacional, visto que englobou diversidade de participantes no que se relaciona aos tipos de religião, posicionamento político, grau de instrução, orientação sexual, idade e outras variáveis que caracterizaram a diversidade de cidadãos brasileiros. Deste modo, o estudo contribuiu substancialmente para instigar as discussões da temática no país, porque sinalizou pensamentos assertivos que visam minimizar os preconceitos na parentalidade homoafetiva. Os pesquisadores apontaram limitações no estudo, dificuldade no recrutamento dos participantes, mesmo o convite da participação na pesquisa tendo sido on-line, houve muita recusa, demonstrando a dificuldade que a sociedade tem em falar sobre temas considerados polêmicos. Além disso, essa via acabou selecionando pessoas com escolaridade alta, o que para os pesquisadores estreitou os resultados, no sentido de não incluir com relevância os demais graus de escolaridade.

5.4.2 Pesquisas Teóricas e Documentais

Nesta categoria, foram identificadas seis pesquisas de cunho teórico do tipo pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, revisão de literatura e uma análise de telenovela. As temáticas encontradas foram: adoção e mídia — Gagno e Weber (2003); Ayres (2016) —; avaliação psicossocial de candidatos à adoção — Coimbra (2005); Cecílio e Scorsolini-Comin (2018) —; adoção no Brasil — Maux e Dutra (2010) —; característica da criança e da família adotiva — Baptista, Soares e Henriques (2013).

A pesquisa de Gagno e Weber (2003) objetivou investigar as representações da adoção na mídia por meio de uma revisão de literatura nacional e internacional. A pesquisa elencou alguns estudos realizados no Brasil e na França, que apontaram o modo como a

adoção é transmitida pelos meios de comunicação de massa, possibilitando uma análise aprofundada do discurso midiático. A partir dos dados obtidos neste artigo, foi perceptível que os estudos sobre adoção nos meios de comunicação de massa são recentes e restritos, tanto no Brasil quanto na França. As pesquisadoras relataram que encontraram diferenças entre o discurso midiático brasileiro e o francês, uma delas foi sobre a adoção internacional. No Brasil foi vista como um “mal necessário”, já na França, a adoção internacional apareceu como um gesto de caridade para com crianças oriundas de países subdesenvolvidos, incapazes de solucionar o problema das crianças abandonadas. Destarte, as autoras do artigo pontuaram a grande responsabilidade da mídia em possibilitar uma reorientação nos conceitos e práticas sociais sobre a adoção, com base na divulgação de notícias completas e críticas sobre os fatos.

A pesquisa de Maux e Dutra (2010) objetivou estudar a cultura da prática adotiva no Brasil por meio de uma revisão bibliográfica nacional. Ressalta-se que as pesquisadoras não deixaram exposto no artigo em tela a forma como procederam no que concerne ao pressuposto teórico-metodológico. A princípio, as pesquisadoras discursaram acerca do percurso histórico da adoção no Brasil, onde, no período colonial, adoção era visto como sinônimo de caridade, existindo os “filhos de criação”, além disto, pontuaram acerca da família patriarcal e a cultura dos laços sanguíneos no país. Em seguida, atribuíram que a prática do período colonial foi uma herança cultural responsável pela visão da adoção de forma tão preconceituosa, além disto, afirmaram que ali foi a base da prática da “adoção à brasileira”, prática ilegal de criar e/ou registrar como filho uma criança nascida de outra pessoa sem passar pelos trâmites legais. Posteriormente, indicaram os marcos legais da adoção no país e destacaram as principais mudanças ocorridas na legislação brasileira. As pesquisadoras destacaram o fato de a adoção vir ganhando espaço nos últimos anos, sobretudo na mídia televisiva, contudo, acreditam que exista uma glamourização da adoção advinda, quando esta provém de artistas famosos que acabam por ganhar grande repercussão no país. Quanto ao direito de o filho adotivo conhecer toda a sua história de vida, as pesquisadoras citaram que a opinião dos teóricos estudados na pesquisa, bem como dos profissionais que lidam com a seara adotiva, foi unânime ao versarem que concordam com a revelação acerca da história de vida original. Os pesquisadores afirmaram que embora a prática adotiva apareça no Brasil desde a era colonial, e tenha se configurado uma instituição legítima e realizada de forma mais responsável, ainda predomina a força dos laços sanguíneos no contexto social, como se este fosse um fator indissolúvel. Ademais, ainda é muito arraigada a ideia de que os filhos adotivos possam ser mais problemáticos que os biológicos,

porque trazem em sua carga genética herança de distúrbios, tanto físicos quanto de conduta, como se adotar fosse criar um filho com índole duvidosa e como se o fato de ter filhos biológicos resguardasse os mesmos de uma conduta transgressora e fossem blindados de problemas.

A pesquisa intitulada “Recuperação desenvolvimental após a adoção: características da criança e da família adotiva” foi desenvolvida por Baptista, Soares e Henriques (2013) e objetivou investigar o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional das crianças após o período de finalização do processo adotivo por intermédio de pesquisa teórica. Pesquisou-se nas principais bases de dados eletrônicas, nomeadamente MEDLINE, PsycINFO e SciELO, usando-se o recorte temporal de 1945 a 2011. Foram identificadas 149 produções possivelmente relevantes e 46 foram selecionadas e organizadas em duas categorias, baseando-se na proposta de Rutter (2005). As pesquisadoras mencionaram várias pesquisas nacionais e estrangeiras — muitas delas longitudinais —, avaliaram o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes institucionalizadas e/ou adotadas, realizaram estudos comparativos e estudos associativos do desenvolvimento da criança a itens como motivo do acolhimento, idade, tempo de institucionalização, uso de drogas pela mãe no período gestacional, entre outros. Os resultados dos estudos mencionados no presente artigo compactuaram com a ideia de que a pesquisa sobre a adoção deverá contar com a combinação de três fatores: experiências pré-natais, cuidados anteriores e posteriores à adoção, e a constituição genética. Os autores constataram uma preocupante ausência de estudos longitudinais, dedicados à monitorização da trajetória de desenvolvimento da criança, desde a sua integração na instituição até anos após a adoção. Por fim, sugeriram a possibilidade de se constituir uma base de dados conjunta entre vários países, de forma a permitir à comunidade científica explorar os efeitos da variável cultural.

Cecílio e Scorsolini-Comin (2018) realizaram uma pesquisa com o objetivo de compreender de que modo a avaliação de pretendentes à adoção no contexto brasileiro vem sendo abordada, descrita e problematizada na literatura científica. O estudo ocorreu por meio de Revisão de Literatura de Mendes, Silveira e Galvão (2008) e a partir de critérios preestabelecidos nos indexadores eletrônicos SciELO, PePSIC, LILACS e PsycINFO (2006-2016). Foram selecionados 30 estudos, sendo 10 de cunho teórico e 20 estudos de cunho empírico. A pergunta norteadora da pesquisa foi: como a avaliação de candidatos pretendentes à adoção é abordada na literatura científica em termos de características, processos, contextos e práticas? Quanto aos estudos selecionados na pesquisa, verificou-se que os objetivos foram diferenciados, entretanto, foi possível contemplar os cinco principais:

compreensão da vivência do processo de adoção; história sócio cultural da adoção no Brasil; perfis de crianças/adolescentes disponíveis à adoção; adoção de crianças maiores e com necessidades especiais; configurações familiares na adoção. Os resultados encontrados contemplaram aspectos, como instrumentos e procedimentos, o foco da avaliação, os desafios, as recomendações ou o que se espera da prática dos profissionais, as críticas e as possíveis repercussões das intervenções realizadas nesse processo. Os pesquisadores analisaram que apesar da avaliação de candidatos à adoção ser um dos passos iniciais e um dos mais importantes no processo de adoção, encontrou-se poucas pesquisas que trataram sobre o assunto: das 30 pesquisas, apenas oito abordaram a temática. Assim, os pesquisadores mencionaram a importância de novas produções científicas em torno do eixo temático, concluindo que o estudo psicossocial realizado por assistentes sociais e psicólogos do âmbito Jurídico traz à tona diversos questionamentos, tanto em termos dos instrumentos empregados nesse processo, como no manejo das entrevistas, na condução das observações e no modo como essa atuação proporcionará a tomada de decisão do juiz em relação ao deferimento ou não de uma adoção. As pesquisadoras versaram que a pesquisa teórica permitiu um mapeamento da produção científica e um convite à reflexão temática do tema, mas admitiram algumas limitações tais como, restrição ao contexto brasileiro, impedindo a comparação com outros países, em termos de como ocorrem as etapas no processo de adoção, e o recorte de dez anos, impossibilitando maior abrangência temporal e incorporação de mais estudos. Por fim, os autores enfatizaram, ainda, o quão interessante seria dar voz tanto aos profissionais atuantes, como aos pretendentes e famílias que passaram pelas etapas do processo de adoção.

A pesquisa de Coimbra (2005) objetivou analisar de que forma os dispositivos judiciais podem contribuir no processo de habilitação dos requerentes à adoção. A pesquisa teve como *lócus* uma Vara da Infância e da Juventude, o método empregado foi a pesquisa documental e a amostra foi composta por 94 processos de pessoas habilitadas à adoção em determinada Vara. O ponto de partida do pesquisador foi a quantidade substancial de habilitados à adoção que desejaram por perfil uma criança branca, do sexo feminino e com até dois anos de idade. Outro aspecto mencionado como frequente no *Lócus* pesquisado referiu-se à possibilidade de os habilitados poderem recusar até três vezes crianças com o perfil selecionado que lhes sejam apresentados, o que acaba sendo usado como ferramenta de busca do “filho ideal”. Algumas comarcas realizam um levantamento fotográfico de gerações anteriores à dos requerentes com o objetivo de indicar uma criança que seja detentora de características físicas semelhantes à da família substituta, e diante disso, a pesquisadora indaga: não seria esse caminho uma via na qual a especificidade da adoção

estaria por se perder? Ao mesmo tempo, não se produz, assim, no requerente, uma certeza imaginária de que lhe será entregue uma criança tal como ele quer. A pesquisadora exemplificou algumas possíveis alternativas, algumas comarcas limitam o grau de liberdade dos requerentes no que tange às variáveis de sexo, cor ou idade, por exemplo. Mencionou-se que a idade e as características físicas do adotando que apontem semelhanças com os adotantes, são pilares que continuam a sustentar a maior demanda de solicitações na adoção. A pesquisa trouxe a conclusão que não podemos tentar julgar as motivações que levam alguém a querer um filho, nem mesmo acreditar que a adoção possa ser a melhor alternativa contra a problemática da institucionalização de crianças e adolescentes. Contudo, ao não submeter inteiramente a criança à demanda inicial dos requerentes à adoção, é possível que a colocação em família substituta ganhe novos arranjos que priorizem o melhor interesse das crianças e adolescentes.

A pesquisa de Ayres (2016) teve como objeto de análise a telenovela “Amor à Vida”, transmitida no horário nobre na Rede Globo de Televisão, no período de maio de 2013 a janeiro de 2014. O objetivo foi problematizar os discursos e práticas veiculados na teledramaturgia a partir da análise dos capítulos. As contribuições teóricas foram provenientes da Teoria de Foucault, Guattari e Bourdieu, buscando-se analisar as subjetividades produzidas nas cenas da referida novela no que se refere aos modos de parentalidade e adoção. A análise inicial da pesquisadora acerca da relação entre televisão e adoção disse respeito às inúmeras artimanhas insidiosas do recurso televisivo. A Telenovela *Amor à Vida*, escrita por Walcyr Carrasco, tratou sobre muitas questões sociais, entre elas, a parentalidade, retratada pelo autor por meio de diferentes práticas: “adoção à brasileira”, fertilização assistida, adoção legal por casal homoafetivo, e o método da “barriga solidária”. Em seus capítulos, quatro formas de parentalidade foram problematizadas. A primeira forma retratou a adoção à brasileira, forma ilegal de filiação, que apesar da ilegalidade da ação, a telenovela afirmou essa via como possibilidade. A parentalidade pelo viés da fertilização assistida ou barriga solidária foi desestimulada na trama da novela, uma vez que as narrativas conferiram a essa modalidade de filiação um caráter dúbio e incerto, na medida em que foi atravessada por uma questão emblemática. Quanto à prática da “barriga solidária”, o autor “vilaneou” a gestante solidária pela quebra do contrato em detrimento do amor materno, isto porque a personagem desistiu do trato e decidiu assumir a maternidade para si. A modalidade adoção por via judicial foi a alternativa sugerida como a melhor solução ao desejo da filiação. A adoção tardia também ganhou visibilidade e transparência na trama. Para finalizar, a pesquisadora concluiu que a mídia televisiva vem funcionando como um elemento de

produção e afirmação da adoção, contudo, analisou-se como preocupante o poder da mídia televisiva na produção de realidades, mitos e verdades.

6 DISCUSSÃO

Apoiando-se nos dados quantitativos e qualitativos apresentados neste estudo, buscou-se discutir os possíveis motivos e hipóteses implicados nos resultados, bem como explicitar de que forma estes podem vir a contribuir com a literatura acadêmica e com a área da Psicologia enquanto Ciência e Profissão.

A partir das etapas sistematizadas da Metassíntese, na fase de “*Exploração*” foram encontrados 200 periódicos científicos de Psicologia, nacionais e internacionais, com *Qualis* A1 e 413 periódicos de Psicologia, nacionais e internacionais, com *Qualis* A2, totalizando 613 periódicos, número bem substancial. Entretanto, utilizando-se dos critérios de inclusão e exclusão, na fase de “*Refinamento*”, foi possível compor uma amostra com 5 revistas *Qualis* A1 e 14 revistas *Qualis* A2, totalizando 19 revistas. Deste modo, foi possível considerar que a predominância das Revistas *Qualis* A, na área da Psicologia, é internacional, apontando o quanto o Brasil está aquém na existência de periódicos científicos que representem a Psicologia e suas interfaces. Nos periódicos *Qualis* A1 e A2, no que diz respeito a organizadores, *locus* do periódico e sede física, a prevalência foi da região Sudeste, representada pelo estado de São Paulo, o que apontou também limitações neste aspecto, tendo em vista que os periódicos de Psicologia são representados em sua maioria por uma ou duas regiões, não permitindo representações territoriais mais vastas e diversificadas.

Posteriormente às fases de *Refinamento e Cruzamento*, foi utilizado o descritor “*adocao*” juntamente com a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos, deste modo, foi possível encontrar 53 artigos, sendo a amostra final composta por 44 artigos, como se pode analisar na Tabela 5. Levando-se em consideração o quantitativo de 19 periódicos selecionados, bem como o fato de não ter sido adotado marcador de temporalidade, pôde-se verificar que a amostra de 44 artigos foi sucinta em relação ao descritor utilizado. Ainda dentro deste quesito, o Gráfico 1 apontou a temporalidade dos artigos estudados, período compreendido entre os anos de 2001 a 2019. Assim, observou-se que o recorte estudado representa um panorama de produções de 20 anos, sinalizando que houve um avanço associado à temática nas últimas décadas. A produção de artigos entre os anos de 2001 a 2012 variou entre 1 a 3 artigos por ano. O ano de 2013 foi o que mais se destacou, com publicação de 8 artigos, o que hipoteticamente pode ter sido incentivado a longo prazo por um dos marcos históricos da adoção no Brasil, que foi a consolidação da NLNA (BRASIL, 2009). Outro destaque no que concerne ao crescimento de publicações de artigos científicos ocorreu no ano de 2017, cujo motivo pode ter decorrido de outro marco legal que envolve a

temática da adoção, que foi a implantação da Lei 13.509/17 (BRASIL, 2018), que estabeleceu alterações no ECA no que diz respeito ao processo de adoção brasileiro.

A Tabela 7 indicou que as produções estudadas foram publicadas por 1 a 5 pesquisadores, e entre os 44 artigos, a prevalência foi a publicação por dois autores (18 artigos), demonstrando que consideravelmente a produção científica é realizada em parceria com outros pesquisadores. De acordo com a Tabela 8, vale salientar que 16 pesquisadores produziram mais de um artigo (até três publicações), sendo alguns derivados de uma mesma pesquisa, em que os autores selaram parcerias. Os resultados da Tabela 9 referiram que a região que mais se destacou nesta amostra, no que concerne à produção de pesquisas, foi o Nordeste, que contabilizou 26 produções. As publicações demonstraram que foi o nordeste quem mais produziu academicamente sobre a temática neste estudo, sugerindo que esse assunto é um fenômeno estudado nesta região, seja pela problemática existente ou pela pluralidade de ramificações em torno dela, já que, conforme dados do Relatório Estatístico, encontrados no Portal do CNJ (2019), há 740 crianças e adolescentes disponíveis à adoção no Nordeste, sendo 40 em Alagoas, 103 na Bahia, 137 no Ceará, 54 no Maranhão, 64 na Paraíba, 214 em Pernambuco, 39 no Piauí, 46 em Sergipe e 43 no Rio Grande do Norte. Das instituições envolvidas nas pesquisas do Nordeste, a predominância foi de instituições públicas de ensino superior, o que apontou para uma maior concentração no desenvolvimento de pesquisas e produções científicas por parte das academias públicas.

A Tabela 10 apontou que 40 instituições nacionais e estrangeiras (acadêmicas públicas, acadêmicas privadas e não acadêmicas) estiveram envolvidas nas publicações. Destas, 26 foram acadêmicas públicas, sinalizando a relevância da produção científica nas universidades públicas brasileiras. A Tabela 11, que tratou da produção científica por Estado e por instituição, demonstrou a prevalência do estado de São Paulo, com 13 publicações, e quanto à produção por instituição, sobressaíram-se a USP-Ribeirão Preto, UFSM-RS e UFPB-PB, com o quantitativo de cinco pesquisas por Universidade.

A Tabela 12 apontou que dos 44 artigos, apenas quatro se referiram ao subsídio por agências de fomento (FAPESP, CNPq, FAPIC, FCT e Fundação Bial), e destas, três foram realizadas por pesquisadores do estado de São Paulo — Costa e Rosseti-Ferreira (2007); Pontes, Cabrera, Ferreira e Vaisberg (2008) —, sendo uma das pesquisas em parceria com um pesquisador do estado de Minas Gerais — Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012), e a quarta, que recebeu apoio por agência de fomento à pesquisa, foi realizada por pesquisadores de Portugal — Baptista, Soares e Henriques (2013). Isto nos leva a crer que por conta do estado de São Paulo ter boa representatividade nas produções científicas, sugere-

se a possibilidade de receber maior financiamento. Quanto à precariedade de financiamentos nas pesquisas científicas brasileiras, um levantamento feito pela USP Dudziak (2018) mostrou que as principais agências de financiamento da pesquisa — CNPq e Capes — enfrentam problemas com a redução de orçamento, e a escassez de recursos vem afetando as metas de concessão de bolsas e apoios. O levantamento revelou ainda a situação do financiamento da pesquisa nos diferentes estados brasileiros, deste modo, o estado que apareceu com uma maior produtividade e financiamento foi São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. De acordo com Dudziak (2018), as agências de fomento que mais financiaram pesquisas no Brasil, no período compreendido entre os anos de 2011 a 2018, foram o CNPq (122.967 pesquisas), Capes (70.048 pesquisas) e Fapesp (56.667 pesquisas), sendo as áreas de pesquisa com maior incentivo recebido no período acima mencionado: a Biologia molecular e a Bioquímica, Ciências das Plantas/Biologia Vegetal, Ciências dos Materiais e por fim, Farmácia e Farmacologia. Neste sentido, em meio à crise econômica, o meio acadêmico sofre o impacto dos cortes orçamentários por parte do atual governo, dificultando a aprovação de subsídios às pesquisas e a concessão de bolsas estudantis, tão importantes para os estudantes de graduação e pós-graduação no país. Foi perceptível nesta amostra o quanto a área da Psicologia é carente de pesquisas, sobretudo carente de apoio por parte das agências de fomento.

A Tabela 13 apresentou as parcerias existentes entre as instituições, e mostrou que a prevalência foi entre pesquisadores da mesma instituição. Contudo, a amostra demonstrou que existiram pesquisas decorrentes de parcerias interinstitucionais, interestaduais e internacionalidades, tanto da rede pública quanto da privada, o que faz com que se reflita que a temática da adoção além de ser de interesse e de intervenção das várias Ciências, também é um canal de interface entre os diversos segmentos — academias públicas e privadas e dispositivos do Poder Judiciário.

Com base na leitura aprofundada dos 44 artigos foram elaboradas duas grandes categorias: *Pesquisas de Campo* e *Pesquisas Teóricas e Documentais*. O quantitativo encontrado foi de 38 *Pesquisas de Campo* e 6 *Pesquisas Teóricas e Documentais*, o que revelou a preferência pela pesquisa empírica na área da Psicologia, na presente amostra. De acordo com a composição das amostras, a categoria *Pesquisas de Campo* foi subdividida em três subcategorias: a) *famílias e crianças*; b) *profissionais* e c) *população em geral*. Deste modo foi possível uma melhor organização dos resultados no que tange à percepção dos participantes das pesquisas no que se refere à adoção.

Na subcategoria *famílias e crianças* foram selecionados 26 artigos, a temática mais

prevalente foi a da adoção tardia, composta por 6 pesquisas de Ebrahim (2001a, 2001b); Costa e Rosseti-Ferreira (2007); Sampaio, Magalhães e Feres-Carneiro (2018); Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013); Dantas e Ferreira (2015). Estas pesquisas abordaram a adoção tardia por diferentes aspectos e apresentaram um panorama de como esta modalidade e todas as suas vertentes são vivenciadas no contexto brasileiro. Algumas pesquisas agregaram especificidades bem atípicas no processo de adoção, a exemplo da pesquisa de Costa e Rosseti-Ferreira (2007), que objetivou investigar duas especificidades dentro da macrotemática da adoção, a adoção tardia e adoção do grupode irmãos. Na mesma linha, a pesquisa de Dantas e Ferreira (2015) objetivou compreender a parentalidade homoafetiva dentro de uma adoção tardia, demonstrando estudos diferenciados em relação às demais adoções predominantes no país. Além disso, foi possível observar o quanto a temática da adoção se subdivide em múltiplos eixos temáticos.

Os resultados apontaram que a adoção tardia e seus desmembramentos são um fenômeno complexo, que instiga interesse da produção científica no Brasil. Além de suscitar debates, deixa clara a importância da discussão temática. De acordo com dados do tutorial do CNJ (2019), as crianças e adolescentes acima dos dois anos de idade e disponíveis à adoção no CNA, representam cerca de 97% do percentual brasileiro. Quanto maior a idade da criança e do adolescente, maior a quantidade disponível à espera de uma família. Os dados apontaram ainda que existe 18 bebês disponíveis no país (0,37%), 49 crianças até um ano de idade (1%) e 59 crianças até dois anos (1,2%). Verificou-se no relatório estatístico daquele dispositivo judicial que quanto maior a idade, maior a disponibilidade; verificou-se ainda que acima dos 12 anos a demanda é crescente e alarmante. Existem, pois, 639 adolescentes de ambos os sexos institucionalizados em unidades de acolhimento com 17 anos de idade à espera de uma adoção, o que significa, pela literatura consultada, uma chance muito remota de a adoção ser concretizada para este público. Nesse cerne, campanhas e projetos de incentivo à adoção tardia, como o Programa de Apadrinhamento previsto pelo ECA, e descrito no corpo do presente estudo, são medidas de incentivo à adoção tardia, assim como vários projetos espalhados pelo país que fomentam a causa.

Na Vara da Infância e da Juventude de Maceió-AL, o dispositivo jurídico conta com o Programa de Apadrinhamento, o Grupo de Apoio à Adoção de Alagoas e com o Programa Adoções possíveis, lançado em maio do corrente ano e disponibilizado nas plataformas digitais do TJAL, todos com o propósito de dar visibilidade às 40 crianças e adolescentes disponíveis à adoção, acolhidos em instituições do estado, o que, conforme o CNJ (2019), atinge o percentual de 0,79% do quantitativo nacional. Destaca-se que Alagoas apresenta o

segundo índice mais baixo de crianças e adolescentes para adoção no território brasileiro. Na capital Maceió, os dados apontam a existência de 26 crianças e/ou adolescentes com idades variadas, entre os cinco e os dezessete anos, de ambos os sexos, cadastrados no CNA. A lista de pretendentes habilitados na capital consta de 166 pessoas, o que aponta outro relevante ponto de discussão: o desequilíbrio entre pretensos adotantes e a demanda alagoana apta à adoção e que aguardam por família substituta.

Pôde-se observar que os dados também apontaram para a relevância de um outro eixo temático de interesse por parte dos pesquisadores: a homoparentalidade na adoção, presente na subcategoria *famílias e crianças*. Na pesquisa de Tombolato, Maia e Santos (2019) destacou-se o estudo de caso de um processo adotivo bem peculiar: a adoção por um casal de lésbicas de uma criança com necessidades especiais. Na pesquisa de Veríssimo, Amazona e Lourenço (2013) destacou-se o consenso dos pais adotivos frente à revelação aos filhos sobre sua família original e a superação dos obstáculos frente à discriminação sexista. Na pesquisa de Machin (2016) o ponto de destaque foi uma maior aceitação por parte das pessoas homoafetivas quanto ao perfil de crianças e adolescentes menos procurados no perfil (crianças maiores, crianças com necessidades especiais e grupos de irmãos). Em consonância com o CNJ (2019), mais de 45.000 famílias esperam para terem seus filhos via adoção legal, entretanto, apenas 50% das famílias inscritas no CNA aceitam crianças de qualquer etnia e somente 3,21% concordam em receber crianças maiores de dez anos de idade. Enquanto isto, mais de 9.498 crianças aguardam por adoção, destas, mais de 55% possuem irmãos que também aguardam por um lar.

Salienta-se que das 23 pesquisas de campo na subcategoria *famílias e crianças*, apenas 2 tiveram suas amostras compostas por crianças e adolescentes —Oliveira e Próchno (2010); Rosa (2008) —, a primeira realizada com crianças institucionalizadas em serviços de acolhimento e a segunda com crianças e adolescentes adotados acompanhados no processo de psicoterapia. Esse resultado nos revela o quão as crianças e adolescentes são pouquíssimos contemplados nas pesquisas de cunho nacional, o quanto se está distante de uma efetivação de escuta e visibilidade desse público-alvo como principais atores de um processo que está intimamente relacionado à sua vida, o processo de uma possível adoção ou da concretização desta. É preciso um outro olhar por parte dos pesquisadores, de modo que as crianças e adolescentes sejam incluídos como sujeitos de direito em toda a trajetória de suas vidas.

Do mesmo modo, a homoparentalidade foi apresentada de forma substancial na subcategoria *população em geral* — Araújo (2007); Pereira, Torres, Falcão e Pereira (2013); Cerqueira e Santana (2015); Santos, Araújo, Negreiros e Cerqueira (2018) —, ratificando a

ideia de que a temática ganhou destaque na sociedade, sobretudo após a promulgação da NLNA (BRASIL, 2009) que legitimou a adoção monoparental e homoparental. Assim, a homoparentalidade na adoção denotou área de interesse nas produções científicas e por parte de diversos públicos do contexto brasileiro.

Na subcategoria *profissionais*, foram identificados oito artigos, com objetivos distintos, contudo o eixo temático que mais se destacou foi o que abordou sobre a NLNA, representados pelos estudos de Silva e Arpini (2013, 2013a, 2013b). Em suma, estas pesquisas buscaram investigar a percepção dos profissionais que compõem as equipes técnicas das instituições de acolhimento acerca das possíveis mudanças decorrentes da lei, explorando aspectos, tais como o modelo institucional, a práxis profissional e a reinserção familiar após a implementação da Lei. De forma geral, os dados revelaram que os profissionais enfatizaram muitos benefícios trazidos pela NLNA, entre eles, a diminuição do tempo previsto de institucionalização, a valorização da escuta da criança e do adolescente, a importância do PIA, e da relação mais estreita com a família. Verificou-se ainda que os profissionais entrevistados, apesar de considerarem os avanços, confessaram sentimentos ambivalentes em relação aos Serviços Institucionais, ora por acreditarem ser um espaço de proteção, ora por criticarem o modelo anterior de “orfanato”(SILVA; ARPINI, 2013a). Além disso, eles demonstraram o quanto os Recursos Humanos precisam se aperfeiçoar na práxis da adoção no país. Não obstante, ainda foi mencionado por Silva e Arpini (2013) a frustração profissional diante do contexto de violências diversas tão presentes nas histórias dos assistidos do serviço. Nesta seara, abriu-se o convite à reflexão do quanto precisa-se avançar na política de garantia de direitos da criança e do adolescente e na real efetivação do cumprimento da legislação brasileira, o quanto precisa-se repensar as práticas dos profissionais que lidam diretamente com essa demanda, bem como saber da responsabilidade técnica-ética e humana que têm, especificamente, a equipe psicossocial, composta por Assistente Social e Psicólogo dos diversos segmentos.

A subcategoria *população em geral* englobou seis pesquisas com três eixos temáticos, a saber: entrega legal/abandono —Mello e Dias (2003) —; adoção homoafetiva — Araújo (2007); Pereira, Torres, Falcão e Pereira (2013); Cerqueira e Santana (2015); Santos, Araújo, Negreiros e Cerqueira (2018)); construção de instrumento — Brasileiro, Fonseca, Gouveia, Carvalho e Gouveia (2017). O eixo temático preponderante foi o da adoção homoafetiva, o que se arrisca constatar que se trata de outro ponto de comum interesse aos pesquisadores da área da Psicologia no Brasil, o que pode ser justificado pela tentativa de compreender, debater e intervir diante dos novos arranjos familiares que se derramam no cenário nacional, entre

eles, a homoparentalidade. Os sujeitos predominantes nas amostras das pesquisas foram estudantes de graduação dos cursos de Direito, Serviço Social e Psicologia, o que pode ser justificado pela importância que tais profissionais têm sobre o tecido da adoção no país, seja nos dispositivos jurídicos onde se inicia o alicerce do processo adotivo, com as fases de seleção, habilitação e preparação dos pretensos adotantes, seja nas diversas modalidades (abrigo institucional, casa-lar, família acolhedora) dos serviços de acolhimentos públicos e privados espalhados pelo país. Neste sentido, foi possível observar a preocupação com a temática da homoparentalidade no alicerce da formação acadêmica dos futuros profissionais, de forma que se “re(pense)” o papel que estes têm frente a todos os desafios costumeiramente mencionados nos estudos, os preconceitos, os mitos e a discriminação vivenciados pelas pessoas homoafetivas, especialmente dentro do processo adotivo parento-filial.

Nessa esteira, a pesquisa de Santos e Santana (2015) defende que o debate sobre a sexualidade humana deve ser incluído nas escolas do ensino fundamental e médio, além de ser estendido a todos os cursos de graduação, sobretudo nas áreas das Ciências Humanas, posto que profissionais do Direito, Psicologia e Serviço Social desenvolvem atribuições imprescindíveis em todo o desenrolar do processo de adoção, bem como aparentam representar figuras de referências que podem vir a contribuir na minimização dos preconceitos e tabus vivenciados frequentemente pelas famílias homoparentais, como se pôde observar na análise dos resultados das pesquisas aqui apresentadas.

O último eixo temático foi apresentado pela pesquisa de Brasileiro, Fonseca, Gouveia, Carvalho e Gouveia (2017), na qual se desenvolveu a construção e validação da EAFA-Escala de Atitudes frente à Adoção, um instrumento que poderá ser utilizado pelas Instituições/Profissionais que lidam com a adoção no Brasil, objetivando assim, minimizar a carência de documentos teóricos-metodológicos que instrumentalizem a prática de algumas atribuições daqueles profissionais que atuam com adoção no país, no sentido de que sirvam para uma melhor avaliação e otimização dos processos de adoção e tragam benefícios nas relações entre todos os atores envolvidos: as famílias, as instituições e as próprias crianças e adolescentes.

Na categoria das *Pesquisas Teóricas e Documentais* foram identificadas 6 pesquisas com os seguintes eixos temáticos: adoção e mídia — Gagno e Weber (2003); Ayres (2016); avaliação psicossocial de candidatos à adoção — Coimbra, (2005); Cecílio e Scorsolini-Comin (2018); adoção no Brasil — Maux e Dutra (2010); e característica da criança e da família adotiva — Baptista, Soares e Henriques (2013). Os eixos temáticos predominantes foram sobre *adoção e mídia* e sobre a *avaliação psicossocial de candidatos à adoção*, com

duas pesquisas em cada. As pesquisas que envolveram o eixo *adoção e mídia* tiveram métodos diferentes de realizar a pesquisa: uma por meio da revisão de literatura e outra pela análise dos discursos dos personagens dos capítulos apresentados pela teledramaturgia. Ambas relataram o poder da mídia diante dos signos sociais, reconheceram a grande relevância da temática da adoção nos veículos de comunicação nas últimas décadas, sobretudo a “glamourização da adoção”, e por fim alertaram sobre a preocupação com que a mídia é capaz de lançar para a sociedade acerca do fenômeno complexo da adoção no país, no sentido de alimentar, despertar e produzir novos e velhos estigmas acerca da parentalidade adotiva de uma forma geral. O segundo eixo temático predominante nesta subcategoria tratou sobre *avaliação psicossocial de candidatos à adoção*, no qual a primeira pesquisa, de Cecílio e Scorsolini-Comin (2018), por meio de uma Revisão de Literatura, objetivou compreender de que modo a avaliação de pretendentes à adoção acontece no contexto brasileiro. A segunda, de Coimbra (2005), objetivou analisar de que forma os dispositivos judiciais podem contribuir no processo de habilitação dos requerentes à adoção. Diante do exposto, verificou-se que os eixos temáticos prevaletentes nesta categoria, também despertaram o interesse substancial dos pesquisadores da área da Psicologia, tendo em vista a importância de que a mídia cumpra seu papel de transmissora social de uma maneira eticamente responsável, especialmente quando se trata de adoção e legalidade. Por fim, salientou-se a importância da avaliação psicossocial na tessitura dos processos de adoção nacional, bem como a valorização das equipes técnicas dos dispositivos judiciais que se utilizam do instrumento para amparar os magistrados a deferirem ou não os pedidos de habilitação de candidatos pretensos à adoção no Brasil.

De forma geral e em grande proporção, a amostra selecionada registrou as necessidades de continuidade das pesquisas científicas a nível nacional e internacional acerca da temática e todos os seus vieses possíveis, ratificou o quanto a temática é urgente, relevante, complexa e polêmica no contexto Brasileiro, merecendo lugar de destaque e visibilidade no seio acadêmico, não acadêmico e na sociedade em geral. No presente estudo, o campo científico da Psicologia apresentou um recorte temporal recente acerca da temática, contudo, permeado de uma vasta quantidade de assuntos de interesse que perpassam a complexidade do fenômeno da adoção, assim como elencou problemáticas existentes decorrentes deste e convidou à reflexão de possíveis alternativas de melhorias no desenvolvimento do instituto da adoção no Brasil em todas as suas singularidades possíveis. Destarte, ficou claro que o compromisso social da Psicologia como ciência e profissão é um exercício possível e desejável. Por intermédio das pesquisas na área, se produzem novas formas de reflexão e atuação

na sociedade em geral, e deste modo, acaba por se fortalecer o discurso do quanto precisamos ainda avançar, usando das teorias para sistematizar e implementar novas *práxis*, especificamente a respeito de tudo o que envolve a adoção.

7 CONCLUSÃO

Com este estudo foi possível mapear o que a área da Psicologia vem produzindo nos periódicos científicos *Qualis A*, conforme classificação da CAPES, a respeito da temática adoção. O desenvolvimento da metassíntese na presente pesquisa permitiu a análise de 44 artigos de forma minuciosa, bem como a ratificação da importância de se estudar substancialmente a temática em tela, não somente porque ela é interdisciplinar e multifacetada, mas sobretudo porque diz respeito a uma problemática social no contexto brasileiro, que envolve a qualidade de vida, o desenvolvimento biopsicossocial e o destino de milhares de crianças e adolescentes brasileiros que padeceram por terem seus direitos violados e aguardam em sofrimento, pelo direito estabelecido de viver em família com condições dignas.

Pôde-se observar que a predominância é de revistas estrangeiras com essa classificação, apenas 19 são nacionais. Quanto à temporalidade, foram identificadas produções recentes, decorrentes dos últimos 20 anos. Foi percebida que a produção científica ganhou consistência nas últimas décadas, possivelmente após a promulgação de Leis que englobam a política de garantia de direitos de crianças e adolescentes, bem como por decorrência de um maior destaque da adoção na sociedade, na mídia e nos diversos grupos de apoio à adoção existentes no Brasil.

Constatou-se ainda a relevância da produção científica por parte de instituições de ensino superior públicas, com relevância das regiões Sudeste e Nordeste. Algumas pesquisas foram desenvolvidas em parcerias entre instituições de ensino públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, além destas com dispositivos não acadêmicos, tais como o MP e o TJ, o que ratifica o quanto a temática desperta o interesse de diversos segmentos e demonstra a necessidade de se discutir acerca dela.

A análise qualitativa permitiu elencar a variedade de assuntos que emergiram do tema central adoção — embora tenha existido a prevalência de alguns temas, não se pode pensar nos demais desmembramentos temáticos como menos importantes, posto que todo o contexto do processo adotivo no Brasil possui suas singularidades e precisam ser estudados de forma aprofundada e constante.

Embora o panorama apresentado pelo estudo seja considerado significativo, foi possível refletir acerca de vieses invisíveis, ainda raramente explorados nas pesquisas, a saber, estudos sobre o CNA (atualizado para SNA), a devolução de crianças e adolescentes após pedido de guarda, adoção internacional, a separação de grupos de irmãos, as diferentes

modalidades de serviços de acolhimento, a sexualidade dentro das instituições, o papel do Psicólogo, a preparação da criança e do adolescente para a destituição do poder familiar e a preparação para colocação em família substituta, a busca ativa realizada pelas Varas da Infância e Juventude e pelos Grupos de Apoio à adoção, entre outros. Muitas pesquisas reforçaram, como em que um pedido de socorro, a necessidade de novas pesquisas envolvendo como sujeitos, as crianças e adolescentes institucionalizados, as mães que doam voluntariamente ou abandonam seus filhos e principalmente, a dos pais (homens) que aparecem como figuras inexistentes no processo de parentalidade, doação voluntária e abandono de seus filhos.

Tal fato coloca a temática como praticamente uma fonte inesgotável de pesquisa, podendo deste modo justificar a ênfase que todas as 44 produções deram à necessidade urgente na continuidade das pesquisas neste segmento, sobretudo no que diz respeito a pesquisas longitudinais, de modo que no palco dessa discussão, as crianças e os adolescentes deixem os “camarins” e se tornem os principais atores, protagonistas ativos de suas histórias de vida.

A limitação encontrada na pesquisa diz respeito ao recorte temporal, pontua-se que embora a adoção seja uma temática antiga no Brasil, a busca de artigos no formato *on-line* em detrimento do formato impresso pode ter restringido a amostra tanto na quantidade, quanto em anos mais recentes. A potencialidade da pesquisa foi referente ao uso da metassíntese, que por meio de etapas sequenciadas e pré-estabelecidas permitiu que estas etapas fossem demarcadas, complementadas e dialogassem entre si. Foi possível uma variedade de análises quantitativas e qualitativas do material coletado, de acordo com o que se objetivava, oportunizando uma produção científica sistemática, consistente, plural e com um olhar ampliado acerca da adoção no país e na Psicologia. A diversidade dos títulos encontrados também pôde ser visto como algo positivo, pois refletiu que a temática da adoção propõe incontáveis linhas de estudo a serem ainda pesquisadas, debatidas e exploradas.

Por fim, essa pesquisa teve a pretensão de despertar seja a sociedade civil, seja os militantes da causa adotiva ou futuros pais para que pesquisem, divulguem e discutam acerca da temática, que é tão vasta e urgente, que o saber e fazer científico penetre os meandros da adoção, rompa as comportas da problemática da adoção no país e contribua não somente para a visibilidade, mas para a voz, a vez, o acolhimento, a efetivação da garantia de direitos preconizados para as partes de maior interesse, as crianças e os adolescentes institucionalizados em serviços de (des)acolhimento no país.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VERÍSSIMO, Hugo Vasconcelos; LOURENÇO, Gilclécia Oliveira. A adoção de crianças por gays. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 631-641, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/17.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

ARAUJO, Ludgleydson Fernandes de *et al.* Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 95-102, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000200013>.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

AYRES, Lygia Santa Maria. Adoção e mídia televisiva: a telenovela Amor à vida em análise. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 92-109, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019.

BAPTISTA, Joana; SOARES, Isabel; HENRIQUES, Margarida. Recuperação desenvolvimental após a adoção: características da criança e da família adotiva. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 396-404, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000200020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722013000200020>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BASTOS, Juliano de Almeida. **Saúde mental e trabalho: Metassíntese da produção acadêmica no contexto da pós-graduação brasileira**. 2013. Projeto de dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

BITTENCOURT, Savio; TOLEDO; Bárbara. **O que são os grupos de apoio à adoção? Como surgiram? O que pretendem?** Revista Semente. 18º ENAPA- Encontro Nacional de Grupos de Apoio à Adoção. Jundiaí-SP, 2013.

BRASIL. CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Versão atualizada. Lei Federal 8.069/1990. CEDCA-AL, 2015.

BRASIL. Lei 12.010/2009 de 03/08/2009. **Lei Nacional de Adoção; Lei de Adoção; Lei de Convivência Familiar e Comunitária**. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, ago. 2009.

BRASIL. Lei 13.509/2017 de 22/11/2017. **Dispõe sobre adoção e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990** (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

BRASIL. **Novo Código Civil Brasileiro**. Lei 10.406, promulgada em 10 de janeiro de 2002. 1ª edição. Brasília, 2002.

BRASILEIRO, Tamiris da Costa *et al.* Escala de atitudes frente à adoção: Construção e validação. **Psico (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 50-60, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712017000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.1.24280>.

CAMPOS, Niva Maria Vasques; COSTA, Liana Fortunato. A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 95-104, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722004000100012>.

CARVALHO, Sônia Regina; FERREIRA, Márcia Regina Porto. **Primeiro guia de Adoção de crianças e adolescentes do Brasil**. São Paulo: Ineris Editorial, 2000.

CASTRO, A.A. **Revisão Sistemática e Meta-análise**.2001[Online]. Disponível em: <http://metodologia.org/wp-content/uploads/2010/08/meta1.PDF>>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

CECILIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Avaliação de Candidatos Pretendentes no Processo de Habilitação para Adoção: Revisão da Literatura. **Psico-USF**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 497-511, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712018000300497&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712018230309>.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; SANTANA, Geovanna. Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de direito e serviço social. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 873-885, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-06>.

COIMBRA, José César. A demanda nos processos de habilitação para adoção e a função dos dispositivos judiciais. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-78, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019.

COMBIER, Claudine Veillet; BINKOWSKI, Gabriel. Adoção e mito: os destinos do "mito familiar" na cena da família contemporânea. Estudo a partir de um caso clínico de adoção na França atual. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 159-172, 2017.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982017000100159&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-14982017001009>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/>. Acesso em: 26 de outubro de 2019.

CONTENTE, Suellen Reis; CAVALCANTE, Lilia Iêda Chaves; SILVA, Simone Souza da Costa. Adoção e preparação infantil na percepção dos profissionais do juizado da infância e juventude de Belém/PA. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 317-333, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-02>.

COSTA, Liana Fortunato; CAMPOS, Niva Maria Vasques. A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 221-230, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722003000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722003000300004>.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 20, n. 3, 2007, p. 425-434, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a10v20n3.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

DANTAS, Fabiana de Souza e Silva; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde. Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 593-606, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-06>.

DUDZIAK, Elizabeth. **Levantamento mostra quem financia a pesquisa no Brasil e na USP**. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/levantamento-mostra-quem-financia-a-pesquisa-no-brasil-e-na-usp/>. Acesso em: 31 out. 2019.

DUGNANI, Katia Cristina Bandeira; MARQUES, Susi Lippi. Construção e validação de instrumento para prática interventiva na adoção. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 50, p.50 317-328, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2011000300004>.

EBRAHIM, Surama Gusmão. **Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 14, n. 1, pp. 73-80, 2001.

EBRAHIM, Surama Gusmão. Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. **Psicol. Reflex. Crít.**, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 73-80, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0102-

79722001000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/SO102-7972200100100006>.

EBRAHIM, Surama Gusmão. Adoção tardia: uma visão comparativa. **Estud. psic. (Campinas)**, Campinas, v.18, n.2, p. 29-40, 2001. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO103-166X2001000200003lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/SO103-166X2001000200003>.

ESTUDOS & PESQUISAS EM PSICOLOGIA. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/index>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2019.
 FARAJ, Suane Pastoriza *et al.* "Quero Entregar meu Bebê para Adoção": O Manejo de Profissionais da Saúde. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 151-159, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000100151&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722016011998151159>.

FARAJ, Suane Pastoriza *et al.* "Doeu muito em mim!": vivência de entrega de um filho para adoção na visão de mães doadoras. **Estud. pesqui. psicol.**, v. 17, n. 2, p. 475-493, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/37127>. Acesso em: 29 nov. 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Célia Maria Souto Maior de Souza; SANTOS, Carina Pessoa; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 44, p. 303-311, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2009000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000300004>.

FUNDAÇÃO CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

FUNDAÇÃO CAPES. Ministério da Educação do Brasil. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 09 jun. 2019

GAGNO, Adriana Pellanda; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. A adoção na mídia: revisão da literatura nacional e internacional. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 25, p. 111-118, 2003. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2003000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2003000200010>.

GALDINO, Ellen Borges Tenório; MIURA, Paula Orchiucci; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de; ROCHA Dayane Araújo; VIEIRA, Luciana de Araújo. **A Psicologia nos serviços de acolhimento para criança e adolescente no Brasil**. Nuevas familias, nuevas infancias, la clínica hoy/Alberto Trimboli... *et al*; compilado por Alberto Trimboli-1ª ed- Ciudad autónoma de Buenos Aires: Asociación Argentina de Profesionales de Salud

mental- AASM, 2017.

GONÇALVES, Lenilde Cordeiro. **O contato com crianças e adolescentes que esperam por adoção**. Revista Semente. São Paulo: 18^a ENAPA-Encontro Nacional de grupos de adoção de Jundiá, 2013.

GREENHALGH, T. Papersthat summarize otherpapers (systematic review and meta-analyses) **British Medical Journal**. London, v.135, n.7109, p.672-675, 1997.

HERRMANN, F. (1991). **O Método Psicanalítico**. São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1979).

INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. Disponível em: <http://www.ibapnet.org.br/avaliacao-psicologica/revista>. Acesso em: 07 de janeiro de 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)-Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). In: SILVA, E. R. A. (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004.

LOPES; A.L.M., FRACOLLI; L.A. Revisão Sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v.17, n.4, p.771-778, out/dez. 2008.

MACHIN, Rosana. Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família. **Psic. & Soc.**, v.28, n. 2, p. 350-359, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n2/1807-0310-psoc-28-02-00350.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MARCILIO, M.L. **A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950**. Em: Freitas, M. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Bruna Maria Corazza *et al.* Entregar o Filho para Adoção é Abandoná-lo? Concepções de Profissionais da Saúde. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1294-1309, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401294&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002352013>.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 14, n. 2, p. 113-121, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2009000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2009000200004>.

MELLO, Ivana Suely Paiva Bezerra de; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Percepção de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 76-83, 2003. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100011&lng=en&nrm=iso)

98932003000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100011>.

MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C de C.P.; GALVÃO.C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto de Enfermagem**, Florianópolis, v.17, n.4, p.758-64, out/dez, 2008.

MINAYO; M.C. de S.. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde, 12^a ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2010.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2006). **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília-DF, 2006.

MIURA, Paula Orchiucci. **Contribuição Winnicottiana à terapêutica dos traumas de violência intrafamiliar: intervenção institucional**. **Psic.Ver.**, v.23, n.2, 181-196, São Paulo. 2014.

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de; TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; BASTOS Juliano de Almeida; CANUTO Livia Teixeira. **Metassíntese: Apontamentos para sistematização de revistas amplas e crítica interna à produção científica**. Investigação qualitativa em saúde. Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Vol. I ATAS CIAIQ, 2015.

OLIVEIRA, Patrícia AuríliaBreckenfeld Alexandre de; SOUTO, Jailma Belarmino; SILVA JUNIOR, Edivan Gonçalves da. Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação.

Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 37, n. 4, p. 909-922, 2017. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000400909&lng=en&nrm=iso)

98932017000400909&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003672016>.

OLIVEIRA, Shimênia Vieira de; PROCHNO, Caio César Souza Camargo. A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 62-84, 2010. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100006&lng=en&nrm=iso)

98932010000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000100006>.

OTUKA, Livia Kusumi; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 55-63, 2012. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722012000100007&lng=en&nrm=iso)

37722012000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000100007>.

OTUKA, LiviaKusumi; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 89-99, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100010>.

PAIDÉIA. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paideia>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

PAIVA, L. D. **Adoção: significado e possibilidades**. São Paulo: casa do Psicólogo, 2004.

PEREIRA, Cicero Roberto *et al.* O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 79-89, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722013000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722013000100010>.

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS. **Cartilha de Adoção e apadrinhamento**, Diretoria de comunicação-DICOM 2018.

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS. Disponível em: www.tjal.jus.br. Acesso em: 02 dez. 2018.

PONTES, Mariana Leme da Silva *et al.* Adoção e exclusão insidiosa: o imaginário de professores sobre a criança adotiva. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 495-502, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000300010>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 29 nov. 2018.

PSICO UFS. Disponível em: www.usf.edu.br/publicacoes/revistas-exibir/73041430/psicousf+volume+17+numero+03.htm. Acesso em: 06 mar. 2019.

PSICO. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico>. Acesso em: 03 ago. 2018.

PSICOLOGIA EM REVISTA. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista>. Acesso em: 13 ago. 2018.

PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-8557&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2019.

PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp>. Acesso em: 28 jul. 2018.

REPPOLD, Caroline Tozzi; HUTZ, Cláudio Simon. Reflexão Social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. **Estud. Psicol. (Natal)**, Natal, v.8. n.1, p. 25-36, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100004>.

REVISTA ÁGORA. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora>. Acesso em: 28 jul. 2018.

REVISTA BRASILEIRA DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO LANÇA NOVA EDIÇÃO. Disponível em: <https://www5.usp.br/90463/revista-brasileira-de-crescimento-e-desenvolvimento-humano-lanca-nova-edicao/>. Acesso em: 23ago. 2018.

REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-7182&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2018.

REVISTA PSICOLOGIA CLÍNICA. Disponível em: www.psi.puc-rio.br/site/index.php/multimidia/item/316-psicologia-clinica. Acesso em: 13 set. 2018.

REVISTA PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacoes/revista-psicologia-ciencia-e-profissao/>. Acesso em: 05 mar. 2019.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**, 6ª ed. Forense: Rio de Janeiro, 2008.

ROMANOWSKI J.P.; ens, R.T. As Pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.6, n.19, p 37-50, set/dez, 2006.

ROSA, Daniela Botti da. A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. **Psicol. clín.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 97-110, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652008000100007>.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem, vol. 20, núm. 2, abril-junho, 2007, pp. V-VI. Escola Paulista de Enfermagem São Paulo.

SAMPAIO, Débora da Silva; MAGALHAES, Andrea Seixas; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-filial na Percepção dos Pais. **Tem. Psicol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 311-324, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832018000100311&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/tp2018.1-12pt>.

SANTOS, Carina Pessoa *et al.* Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 89-102, 2011. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019.

SANTOS, José Victor De Oliveira *et al.* Adoção de Crianças por Casais Homossexuais: As Representações Sociais. **Tem. Psicol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 139-152, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832018000100139&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/tp2018.1-06pt>.

SEQUEIRA, Vania Conselheiro; STELLA, Claudia. Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 69-78, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019.

SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica. A nova lei nacional de adoção: desafios para a reinserção familiar. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 125-135, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000100013>.

SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica. O acolhimento institucional na perspectiva da nova Lei de Adoção. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 95-106, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019.

SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica. O impacto da nova lei nacional de adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte v. 19, n. 3, p. 422-440, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v19n3/v19n3a07.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

SILVA, Patrícia Santos da *et al.* A Equipe Psicossocial na Colocação da Criança nos Processos de Adoção. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 608-623, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000300608&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000382016>.

SILVEIRA, Diego. **Justiça incentivada: apadrinhamento de crianças que vivem em unidades de acolhimento.** 2016. Disponível em: <http://www.tjal.jus.br/adocao/?pag=verNoticia-10911>. Acesso em: 26 out. 2019.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura.** *Psicol. Soc.*, v. 18, n.1, pp. 71-80, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822006000100010>. Acesso em: 03 jul. 2018.

TARDIVO, L.S.L.P; MIGUEL, A; TOSI, S.M.D.; SILVA, M.C, V.M.; PINTO JUNIOR, A.A.; ESTEVES, C.; CARDOSO, T.; FRANZIN NETO, L. **Teste de apercepção infantil (CAT-A)- forma animal: estudo de validade com crianças vítimas de violência doméstica.** In: V Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica: avanços e desafios, 2011,

Bento Gonçalves -RS. Anais do V Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica: avanços e desafios. Bento Gonçalves: Editora Sul, 2011.v.1.

TARDIVO, L.S.L.P; Pinto Junior A.A. **IFVD: Inventário de frases no diagnóstico de violência doméstica contra crianças e adolescentes**. São Paulo: vetor, 2010.

TEMAS EM PSICOLOGIA. Disponível em: <https://www.temasempsicologia.org>. Acesso em: 09 mar. 2019

TOMBOLATO, Mário Augusto; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; SANTOS, Manoel Antônio dos. A Trajetória de Adoção de Uma Criança por um Casal de Lésbicas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 35, 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722019000100506&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3546>.

TRANCOSO; A.E.R. **Juventudes: o conceito na produção científica brasileira**. 2012. 222f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Departamento de Psicologia. Maceió, 2012.

VALERIO, Tatiana Alves de Melo; LYRA, Maria C. D. P.. A construção cultural de significados sobre adoção: um processo semiótico. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 716-725, 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000300020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000300020>.

VIEIRA, J. M. **Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas médias**. 2001. 214f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [s.l.], v. 14, n. 41, p.165-189, 12 jul. 2014. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR.

<http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 24 nov. 2019.

WEBER, L. N. D. **Filhos adotivos, pais adotados: depoimentos e histórias de escolhas**. Curitiba: Gráfica Capital, 2007.

WEBER, L. N. D.; PEREIRA, C. L. **Pretendentes à adoção- características, perfil e bem-estar psicológico**. 2012. XL Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Curitiba. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1809-5267. Acesso em: 25 ago. 2018.

ZERBINATTI, Aline Gabrielle, KEMMELMEIER, Verônica Suzuki. Padrinhos afetivos: da motivação à vivência. **Rev. Psicol. Saúde**, 2014, vol.6, no. 2, p.85-95. ISSN 2177-093X.